



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 50

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 21 de março de 2018

**Presidente:** *Deputada Ana Luís*

**Secretários:** *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Bruno Belo)*

### SUMÁRIO

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 16 minutos.*

A sessão iniciou-se com o [debate de urgência sobre “Produção de leite e laticínios nos Açores – Estratégia pós 2020”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Aberto o debate com a intervenção do Sr. Deputado António Almeida (*PSD*), usou posteriormente da palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*).

Dando continuidade ao debate, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as António Toste Parreira (*PS*), Graça Silveira (*CDS-PP*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Zuraida Soares (*BE*), Mónica Rocha (*PS*), Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e Miguel Costa (*PS*).

A sessão prosseguiu com o debate do [Projeto de Resolução n.º 67/XI – “Plano de ação para fazer face ao despedimento coletivo da COFACO”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O debate iniciou-se com a intervenção do Sr. Deputado Jorge Jorge (*PSD*), prosseguindo a com a participação dos Srs. Deputados/a Miguel Costa (*PS*), António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Marco Costa (*PSD*), Mário Tomé (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e do Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*).

O diploma em apreço foi aprovado por unanimidade

Pelo Sr. Deputado João Paulo Ávila, relator da Comissão de Assuntos Sociais, foi apresentado o relatório sobre a [Petição n.º 15/XI – “Criação de uma escola alternativa nos Açores – Projeto Novas Rotas”, apresentada por Conceição Medeiros](#), na qualidade de primeira subscritora.

Proferiram intervenções as Sras. Deputadas Susana Costa (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Zúrida Soares (*BE*) e os Srs. Deputados Jorge Jorge (*PSD*), João Paulo Corvelo (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Por fim, iniciou-se o debate do [Projeto de Resolução n.º 49/XI – “Criação de um domínio de primeiro nível para a Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Paulo Estêvão (*PPM*), para apresentar a iniciativa, o Sr. Deputado César Toste (*PSD*), a Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Atingida a hora regimental, o restante debate e votação do diploma transitou para o dia seguinte.

*Os trabalhos terminaram às 20 horas.*

**Presidente:** Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais.

Sr. Secretário da Mesa, pode fazer a chamada.

**Secretário:** Bom dia.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

***Partido Socialista (PS)***

**Ana Luísa Pereira Luís**  
**André Cláudio Gambão Rodrigues**  
**António Gonçalves Toste Parreira**  
**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**  
**Carlos Emanuel Rego Silva**  
**Dionísio Medeiros Faria e Maia**  
**Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha**  
**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**  
**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**  
**Iasalde Fraga Nunes**  
**João Vasco Pereira da Costa**  
**José António Vieira da Silva Contente**  
**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**  
**José Manuel Gregório Ávila**  
**Manuel José da Silva Ramos**  
**Maria da Graça Oliveira Silva**  
**Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira**  
**Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto**  
**Mário José Diniz Tomé**  
**Miguel António Moniz Costa**  
**Mónica Gomes Oliveira Rocha**  
**Pedro Miguel Medeiros de Moura**  
**Renata Correia Botelho**  
**Ricardo Bettencourt Ramalho**

**Sónia** Cristina Franco **Nicolau**

**Susana** Goulart **Costa**

**Tiago** Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**António** Augusto Baptista Soares **Marinho**

**António** Manuel Silva **Almeida**

**António** Oldemiro das Neves **Pedroso**

**António** Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

**Bruno** Filipe de Freitas **Belo**

**Carlos** Manuel da Silveira **Ferreira**

**Catarina** Goulart **Chamacame Furtado**

**César** Leandro Costa **Toste**

**Duarte** Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

**Jaime** Luís Melo **Vieira**

**João** Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

**Jorge** Alexandre Alves Moniz **Jorge**

**Luís** Carlos Correia **Garcia**

**Luís** **Maurício** Mendonça Santos

**Luís** Miguel Forjaz **Rendeiro**

**Marco** José Freitas da **Costa**

**Maria** **João** Soares **Carreiro**

**Mónica** Reis Simões **Seidi**

*Partido Popular (CDS-PP)*

**Alonso** Teixeira **Miguel**

**Artur** Manuel Leal **Lima**

**Catarina** de Oliveira **Cabeceiras**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

*Bloco de Esquerda (BE)*

**António** Manuel Raposo **Lima**

**Zuraida** Maria de Almeida **Soares**

*Partido Comunista Português (PCP/PEV)*

**João** Paulo Valadão **Corvelo**

*Partido Popular Monárquico (PPM)*

**Paulo** Jorge Abraços **Estêvão**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, entramos hoje no ponto dois da nossa Agenda: **debate de urgência sobre “Produção de leite e lacticínios nos Açores – Estratégia pós 2020”**, requerido pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos são os que habitualmente utilizamos nesta figura regimental e para dar início ao debate tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é um debate de urgência porque é urgente olhar e decidir o futuro da produção de leite e lacticínios nos Açores no quadro da PAC pós 2020.

Já diz o povo “antes prevenir do que remediar”, pois remediar é o que o Governo tem feito ao longo dos anos.

Não aceitamos chegar a 2020, e ser confrontados com o resultado de decisões erradas, ou pela falta delas pelo Governo Regional ou da República, quer na Política Agrícola Regional ou nas negociações da Política Agrícola Comum.

Olhamos para o setor leiteiro em cada uma das nossas ilhas e perguntamos: as indústrias não receberam apoios para se modernizarem? Sim receberam.

Os produtores de leite não receberam apoios para comprarem tratores e máquinas, para se modernizarem, para construírem estábulos e salas de ordenha? Em algumas ilhas, sim.

Os apoios ao rendimento da União Europeia não vieram? Sim vieram, mas em muitos casos com rateios e limitados a 95% da produção entregue em 2015, no caso do leite.

O Secretário da Agricultura não fala em milhões? Sim, fala quase todas as semanas.

Mas depois em cada ilha ou temos fábricas grandes demais ou produção a menos.

Temos ótimos produtos lácteos e não temos mercado.

Temos mercado e não temos preço.

E já temos produtores em todas as ilhas com um olho no mercado e outro no subsídio.

Tudo isso significa falta de estratégia, falta de visão, não ter atuado na altura certa para minimizar o que já se sabia que ia acontecer.

Os produtores e os industriais trabalharam com os meios financeiros que o Governo disponibilizou e porque o atual quadro de apoios é igual ao anterior e o anterior igual ao que lhe antecedeu.

O debate dos próximos tempos não é apenas saber se vem mais dinheiro da União Europeia, mas onde vai o Governo aplicar esse dinheiro, quais são as prioridades que garantam o aumento e a distribuição justa do rendimento.

Se for para manter tudo na mesma não vai existir distribuição justa dos rendimentos para os agricultores.

Depois do Governo afirmar que em diversos momentos tem dialogado com todos, de forma especial com os parceiros sociais, para a definição das políticas europeias pós 2020, desconhecem-se documentos formais de uma posição estruturada sobre a nova PAC e o seu impacto na economia agrícola dos Açores.

O crescimento da produção de leite e produtos lácteos ao longo dos anos só é favorável se resultar no aumento do rendimento dos agricultores, dos industriais e dos serviços relacionados.

Os investimentos públicos e o apoio ao investimento privado têm de ter resultados positivos, mas de forma estruturante para a economia.

A economia dos Açores sofre com as crises no sector leiteiro e, com o fim efetivo das quotas leiteiras, não tardou que o preço de leite pago aos produtores caísse.

Razões de mercado e de preço concorrencial conduziram a duas decisões da indústria: baixar o preço ao lavrador e limitar as entregas de leite em algumas indústrias, em ambos os casos com danos graves nas explorações.

Por sua vez, o Governo decidiu limitar algumas ajudas por litro de leite a 95% das entregas de leite efetuadas em 2015.

Pensar o futuro do setor leiteiro dos Açores obriga a perceber o que se está a passar agora, compreender a fileira em cada ilha, e decidir sobre o seu futuro.

E aqui, convenhamos, não temos Secretário Regional de Agricultura para isso: decidir, saber para o que vamos, negociar com Ministro da Agricultura e propor as soluções adequadas.

Ao contrário o que temos é um Governo à espera que as coisas aconteçam. Que o Ministro decida e que a União Europeia diga quanto dinheiro vai mandar para os Açores e que obrigações vão decorrer da nova Política Agrícola Comum.

Na comunicação da Comissão Europeia de 29 de novembro de 2017 pode ler-se: “...reconhecer a variedade de situações existentes na U.E. no que respeita à agricultura, ao potencial de produção agrónómica e às condições climáticas, ambientais e socioeconómicas. Há que aceitar a nossa diversidade em vez de tentar impor um modelo único”.

É precisamente isso que não está a ser feito no sector do leite e lacticínios nos Açores, empurrando “com a barriga prá frente” a solução dos problemas, quer de produtores quer de industriais em cada uma das nossas ilhas.

Se o comportamento do Governo for do tipo: “é a economia a funcionar” então não precisamos do Secretário de Agricultura apenas para atribuir subsídios da União Europeia e tornar os agricultores cada vez mais dependentes dos apoios que quer distribuir.

E se for só para “charme e cortesia” então que se crie a Secretaria da Simpatia.

Os agricultores e os restantes empresários esperam mais de qualquer Governo e têm medo do “deixar rolar” na resolução dos problemas agrícolas.

Com a União Europeia a reconhecer a diversidade agrícola e rural entre os diversos Estados Membros, os Açores têm de adotar o mesmo princípio e respeitar as diferenças de cada ilha nas suas apetências para a produção de leite e lacticínios.

Ao longo dos últimos anos temos assistido ao financiamento de projetos de investimento para as indústrias de lacticínios em modelos semelhantes e sobredimensionados para a realidade produtiva de cada ilha, associada à falta de vontade dos produtores nas condições a que estão sujeitos, quer de preços de leite quer dos custos e preços dos fatores de produção.

Não é a manifestação de vontade do Secretário de Agricultura ao afirmar que é preciso mais leite no Faial, no Pico e nas Flores para que esse aumento aconteça.



Mas sim na utilização dos apoios financeiros que orientem os produtores e as indústrias para uma estratégia adequada.

Mas para isso é preciso, em primeiro lugar, ter estratégia e em segundo que a estratégia seja adequada ao aumento do rendimento de toda a cadeia de valor do leite e lacticínios.

A realidade agro económica de cada ilha não é compatível com um modelo único de produção e industrialização de leite e lacticínios.

Por outro lado, a produção em quantidade também não é incompatível com a inovação e com a diversificação num mercado global face à nossa muito reduzida dimensão para estar em grandes mercados.

Permanece evidente a opção do mercado continental como destino preferencial, mas se é neste mercado que criamos o problema na descida do valor nos lacticínios, teremos de o resolver por uma de duas formas: ou as indústrias assumem uma estratégia conjunta de valorização dos lácteos dos Açores e lácteos de grande consumo ou conquistam outros mercados e consumidores com outros produtos.

Identificar e escolher esses mercados é uma responsabilidade da indústria, mas se os financiamentos públicos não tiverem essa preocupação tudo ficará na mesma.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Aumentam-se os ativos das indústrias sem a contrapartida do aumento do valor da matéria prima entregue pelos produtores.

Estudos de viabilidade sustentados em mercados irreais não podem ser aprovados pelo Governo sob pena de estarmos a hipotecar o sucesso dessas empresas.

Há produtores a pedirem às indústrias declarações de aceitação de mais leite para verem os seus projetos aprovados com preços de leite que não são sequer reais.

Sem estudos de base sobre os custos de produção, em cada ilha, não é possível decidir, de forma competente, sobre o futuro da produção de leite na Região.

As indústrias de laticínios dos Açores devem ser desafiadas para um pacto comercial no mercado português nos produtos de grande consumo: o leite UHT e o queijo flamengo.

Um forte apoio para a criação de redes de lojas ou espaços em lojas para produtos dos Açores é um caminho para reduzir as dependências da grande distribuição e oferecer aos consumidores a tão propalada marca Açores, os produtos certificados e de agricultura biológica, associados à prestação de serviços de promoção turística da Região.

Se a opção das indústrias for transformar o leite dos Açores em produtos de menor margem e menor valor comercial os produtores continuarão a ser as vítimas.

Se o Governo continuar a colaborar neste processo toda a cadeia vai perder valor.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** De acordo com a Comissão Europeia, cada Estado Membro deverá estabelecer um “Plano Estratégico da PAC” adequado às condições e necessidades locais e, no caso dos Açores, deve recorrer-se à condição ultraperiférica para defender a adaptação da PAC à Região.

Preocupamo-nos com o futuro do setor de laticínios e não queremos ser responsáveis pela ausência de visão do Governo sobre os desafios que se colocam ao setor num quadro de evolução dos mercados, alteração do comportamento dos consumidores e sujeito a uma revisão da Política Agrícola Comum em curso.

O Governo diz que quer mais dinheiro no POSEI e mais dinheiro da PAC, mas o Secretário de Agricultura não diz o que pretende fazer com esse dinheiro.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** É verdade!

**O Orador:** Que tipo de investimentos públicos vai fazer e que tipo de apoios serão dirigidos aos produtores e ao investimento privado.

Quando a Comissão Europeia diz que está empenhada em explorar as possibilidades de orientar os pagamentos diretos de forma mais eficaz com:

- uma limitação obrigatória dos pagamentos diretos, tendo em conta o trabalho de modo a evitar efeitos negativos no emprego;
  - a introdução de pagamentos degressivos como forma de reduzir o apoio a explorações de maior dimensão;
  - e a privilegiar um pagamento redistributivo a fim de possibilitar a concessão de apoio de forma direcionada, por exemplo a pequenas e médias explorações,
- Está a Comissão Europeia, em nosso entender, a dar sinais a cada Região nas opções a fazer.

Que tipo de explorações leiteiras pretende o Governo ver consolidadas em cada ilha?

Vai ou não distinguir os apoios para estabulação permanente, semi-estabulação ou pastoreio direto?

Será a certificação do leite um objetivo do Governo e em que tipologia de explorações?

Os Açores têm um regime específico de abastecimento no POSEI que subsidia a importação de cereais para produção de rações. Que critérios de qualidade e segurança estão estabelecidos para este apoio no futuro?

Estudou o Governo o impacto se estes apoios forem aplicados diretamente aos produtores que adotem um modelo de produção compatível com as indústrias que queiram pagar melhor às explorações que ofereçam matéria prima diferente e com maior valor comercial?

Que tipologia de exploração leiteira terá instrumentos preferenciais relativamente aos apoios ao investimento e ao rendimento?

É intenção do Governo manter o apoio ao mesmo tipo de investimentos na modernização da agro indústria leiteira e esquecer os apoios à inovação, *marketing* e acesso a novos mercados?

Serão apoiadas as explorações que queiram reduzir a produção leiteira e alterar o modelo de consumos em concentrados e adubos e que sejam essenciais para manter o rendimento das famílias no meio rural?

Da mesma forma serão premiadas as indústrias que sigam um percurso em inovação, com apoios para compensar custos energéticos, e com consumo de água, benefícios fiscais, entre outro?

Serão implementadas verdadeiras reformas antecipadas na Agricultura permitindo o redimensionamento e a competitividade dos produtores que comprem essas explorações?

Que estudos tem o Governo sobre a situação do setor da produção de leite e lacticínios em cada ilha, designadamente sobre o custo por litro de leite em cada tipo de explorações, e a sua dimensão mínima que garanta a viabilidade futura?

Onde estão os programas de apoio à Universidade dos Açores para intervir na investigação, desenvolvimento e na inovação ao nível das explorações leiteiras, da transformação e na abordagem aos mercados?

Parece que o Governo nem olhou para os estudos que encomendou sobre o setor leiteiro na Região. Está lá quase tudo o que é preciso fazer.

Os desafios que se colocam ao setor do leite e lacticínios dos Açores são demasiados sérios para ficarmos distraídos.

Nós, sociais democratas, não vamos ficar indiferentes às mudanças necessárias.

Disse.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional apresenta-se neste debate aberto ao confronto de ideias e às diferentes apreciações políticas, na expectativa de serem construtivas, mas sempre na defesa da Agricultura, designadamente do setor do leite e dos lacticínios nos Açores hoje em debate.

Este debate de urgência, solicitado pelo Grupos Parlamentar do PSD é, na verdade, mais uma boa oportunidade para se fazer um ponto de situação à produção de leite e dos lacticínios nos Açores, refletindo-se sobre os desafios e as perspetivas de futuro da principal fileira do setor agrícola.

Acontece depois de concluído o processo de consulta ao Conselho Regional de Agricultura, em relação às propostas da Região para o futuro da PAC, de modo a defendermos e acautelarmos os nossos interesses perante o Governo da República e Comissão Europeia.

Surge quando estamos a meio do período do quadro comunitário, cuja taxa de compromisso é de uns satisfatórios 75%, a de execução é ainda inferior a 50% e só no final deste ano é que ocorrerá a avaliação intercalar quanto às metas definidas.

Aparece após um ano de franca recuperação no setor do leite e dos lacticínios nos Açores.

Senão vejamos.

Entre setembro de 2016 e dezembro de 2017, o preço do leite pago à produção aumentou 4 cêntimos.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Quatro cêntimos depois de ter descido quanto? Dez!

**O Orador:** O volume de negócios das indústrias de leite cresceu 4%.

Ao mesmo tempo assistimos a uma redução da transformação de leite de consumo e de leite em pó e a um aumento da produção de queijo.

No limite das nossas competências e dos nossos recursos, lançamos mão de mecanismos para apoiar e impulsionar toda a fileira leite.

Eis alguns exemplos:

O Programa de Apoio à Modernização da Agricultura foi melhorado, cofinanciando investimentos nas eletrificações das explorações agrícolas, abrangendo agora também estruturas fixas em betão para ordenhas móveis e geradores elétricos.

Concluímos com a Federação Agrícola dos Açores a revisão ao programa POSEI para 2018, onde as dotações das ajudas têm em conta as prioridades de desenvolvimento do setor agrícola.

Aprovamos 230 projetos de modernização de explorações de produção de leite, com um investimento de 20 milhões de euros.

Aprovamos 37 projetos de primeira instalação de jovens agricultores na produção de leite, com um investimento público de 1,7 milhões de euros.

O sistema de abastecimento de gasóleo agrícola foi revisto para melhor servir a dinâmica das explorações agrícolas.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ainda vamos nisso?

**O Orador:** A rede de Postos de Atendimento Agrícola foi alargada, disponibilizando mais e melhores serviços de proximidade aos agricultores.

Deu-se início ao processo de acreditação dos laboratórios, com vista a melhorar e credibilizar os serviços de classificação do leite.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sim, sim! O SERCLA já disse que não precisa desse certificado!

**O Orador:** Imprimimos maior ação ao CALL – Centro Açoriano de Leite e Lacticínios, Sra. Deputada.

Com vista a disponibilizar à indústria informação técnica credível que permita no futuro, tirar vantagens competitivas e uma maior valorização do leite, e maiores rendimentos, o CALL está a realizar um estudo comparativo entre o leite dos Açores e o leite nacional e internacional.

Está em curso, com as indústrias, um procedimento com vista ao reconhecimento da qualidade da manteiga dos Açores, através de uma IGP.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Foram feitos estudos pela Universidade dos Açores!

**O Orador:** Foi apresentada à Comissão Europeia, pela primeira vez, uma candidatura com vista à promoção dos produtos lácteos regionais. Pese embora não tenha sido aprovada esta candidatura, já estamos a trabalhar numa nova candidatura para ser apresentada no próximo mês de abril.

Estamos a elaborar um Plano Estratégico de Promoção para a Agroindústria Regional dos Laticínios, de modo a reforçar a presença dos nossos produtos lácteos nos mercados.

Abrimos avisos para candidaturas para o financiamento de projetos piloto e desenvolvimento de novos produtos, processos e tecnologias no setor agrícola.

Lançamos o Plano Estratégico para a Agricultura Biológica, que poderá contribuir para incrementar no futuro a produção de leite biológico nos Açores.

Recentemente, decidimos realizar um estudo de avaliação à sustentabilidade das explorações agrícolas de produção de leite, que será um instrumento valioso para a ação governativa e para a negociação do próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Debater o setor do leite e dos laticínios é refletir sobre a principal atividade económica desenvolvida na Região e aquela que, através da sua dinâmica exportadora, mais contribui para a sustentabilidade e crescimento económico dos Açores. Ponderemos nalguns dados.

A receita bruta da produção de leite paga aos agricultores em 2017 foi 170 milhões de euros.

Devemos acrescentar a este montante as ajudas do POSEI referentes ao setor do leite no valor de 45 milhões de euros.

O volume de negócios das indústrias de lacticínios foi superior a 300 milhões de euros.

Estes valores demonstram bem a importância que o setor do leite e lacticínios tem na Região Autónoma dos Açores, no tecido produtivo da Região e implicamos a todos nós, associações, cooperativas e agricultores, a continuarmos a trabalhar, de forma articulada, para melhorarmos os rendimentos gerados por este setor.

Ao fazermos isso estamos a trabalhar para o futuro da agricultura e para o futuro dos Açores.

A produção de leite foi, sem dúvida, o setor que mais evoluiu e que hoje está mais bem preparado e organizado.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Mais bem preparado e mais mal pago!

**O Orador:** Temos produtores de leite de excelência. 70% dos animais do país classificados de excelente estão nos Açores.

Nos últimos 10 anos a produção de leite cresceu 21%.

Nos últimos 4 anos, apesar dos limites à produção impostos por algumas indústrias, o crescimento foi 14%.

Em 2017, as 2544 explorações de leite superaram, pela primeira vez, os 610 milhões de litros.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Acha que isso é bom? Concorrência desleal dos produtores!

**O Orador:** A produtividade média por exploração, nos últimos 10 anos, cresceu 74%, e nos últimos 4 anos 18%.



Deveu-se à reestruturação feita no setor através da saída digna de vários produtores em mecanismos de reforma antecipada e resgates leiteiros e aos investimentos de modernização dos agricultores que contribuíram para uma maior rentabilidade em muitas explorações de leite.

A melhoria genética, a disponibilidade de ferramentas como o PCOL e o Contraste Leiteiro, essenciais para a gestão de qualquer exploração que queira percorrer a excelência e o sucesso, contribuíram fortemente para uma evolução, sem paralelo na quantidade e na qualidade do leite produzido.

A qualidade é absolutamente necessária num mercado cada vez mais exigente, onde a concorrência é forte, com consumidores cada vez mais exigentes e melhor informados e onde é necessário garantir melhores rendimentos.

É importante reconhecer que o preço do leite pago aos produtores nos Açores é fortemente influenciado pelos mercados internacionais, pela grande concorrência de preços da distribuição e pela estratégia comercial da indústria que tem uma posição dominante no mercado nacional dos lacticínios.

É por isso imprescindível que a futura PAC assegure uma melhor posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar, criando medidas objetivas como a regulação de boas práticas, impedindo práticas desleais de comércio.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Cerca de 85% da nossa produção de leite sai da Região, sobretudo para o continente (75%).

Portugal continental importa 54 mil toneladas de queijo e exporta apenas 9,5 mil toneladas.

Os Açores produzem anualmente 31 mil toneladas de queijo.

Estes números indicam que a indústria tem uma oportunidade para reforçar a presença dos produtos lácteos na mesa dos Portugueses, inovando para responder melhor às preferências dos consumidores do território continental e para uma maior valorização.

É fundamental incrementar as exportações de produtos lácteos, tirando desde logo partido dos circuitos já estabelecidos por Portugal com países estrangeiros e ainda procurando novos mercados.

Para isso é imperativo que a próxima PAC continue a disponibilizar recursos que privilegiem investimentos que aumentem a produtividade e a competitividade da fileira do leite, seja na modernização das explorações, na inovação da indústria ou nas infraestruturas.

Investir nos próximos anos em caminhos, abastecimento de água ou eletrificação das explorações, é contribuir para o fortalecimento do setor e para a redução dos custos de produção das explorações agrícolas e para a sua sustentabilidade.

É absolutamente necessário, que a indústria aproveite as vantagens da qualidade ambiental, do nosso elevado estatuto sanitário, da excelência da genética, do bem-estar animal e da segurança alimentar, para inovar e valorizar mais as suas produções e fazer repercutir este benefício no preço do leite pago ao produtor.

A evolução das tendências do consumidor, como a procura para produtos saudáveis, "amigos do ambiente", o crescimento no consumo de proteínas, irá impulsionar a inovação no setor.

Por isso mesmo a próxima PAC terá que promover o apoio ao investimento em investigação e inovação, reforçar medidas de apoio à produção de leite biológico.

A nossa situação arquipelágica, a distância aos mercados, a dimensão das nossas explorações, tudo isso se traduz em sobrecustos na produção, quando se compara com o resto do país ou com outros Estados Membros. Estes fatores têm um peso extraordinário no custo da produção no leite nos Açores.

São esses sobrecustos que devem continuar a ser compensados pela União Europeia na próxima PAC e também pelo Governo dos Açores.

Um dos desafios que se coloca ao setor leiteiro, é continuar o seu rejuvenescimento.

20% dos produtores de leite nos Açores tem idade inferior a 40 anos, e continuamos a ter os agricultores mais jovens do país, com uma idade média de 52 anos.

Através do ProRural+ registamos mais de 70 candidaturas de primeiras instalações para a produção de leite. Este número evidencia que continua a haver jovens empreendedores e motivados a dedicar o seu futuro e a investir na produção de leite.

A próxima PAC deverá melhorar o regime de apoio à primeira instalação, apoiando os jovens de uma forma mais simples e orientada.

A próxima PAC terá que garantir a renovação geracional, com a possibilidade de atribuição de incentivos adequados que facilitem a saída das gerações com mais idade e facilite, assim, a transferência da terra.

Entretanto, estamos a preparar o Programa Jovem Agricultor, que em breve será apresentado e discutido com as Associações de Jovens Agricultores nos Açores, com o objetivo de cativar a entrada de jovens no setor agrícola e assegurar, ainda, a sua sustentabilidade.

Estamos a trabalhar na PAC pós 2020 há cerca de 1 ano, mas estamos sobretudo focados na boa execução do atual quadro para que os Açores tenham a melhor posição de partida possível, onde as alterações propostas à Comissão Europeia no POSEI e no ProRural+ são bons exemplos deste trabalho.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Nos próximos meses será conhecido o primeiro quadro financeiro orçamental da futura PAC e a apresentação pela Comissão das propostas legislativas sobre a PAC no pós-2020.

No final do primeiro semestre de 2019 (no próximo ano) estima-se que a Região apresentará o Plano Estratégico da PAC.

Há uma semana atrás demos início na ilha de São Jorge a um ciclo de debates com os agricultores sobre os desafios da agricultura e o futuro da PAC.

Nos próximos meses iremos percorrer as restantes ilhas envolvendo os agricultores na reflexão sobre o futuro da agricultura nos seus territórios.

Estes contributos serão determinantes para termos um bom Plano Estratégico da PAC após 2020.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todos sabemos que o setor leiteiro na Região, mas também em Portugal continental e na Europa está perante um quadro de instabilidade de rendimentos sobretudo devido às oscilações dos mercados e do preço pago à produção.

No caso particular dos Açores, não é diferente. Sabemos que existem explorações, umas com mais desafios que outras, mas também um grande dinamismo e confiança no setor. Senão, vejamos!

Não há registos de insolvências em explorações de produção de leite!

O número de produtores de leite nos últimos 2 anos não tem sofrido alterações significativas.

Continuamos a bater recordes de produção!

As explorações colocadas à venda, têm sido adquiridas por valores muito interessantes.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** O senhor outro dia é que veio dizer que tinha menos produtores e explorações maiores!

**O Orador:** Regista-se dinâmica na aquisição de terrenos apoiados pelo programa RICTA.

Verifica-se uma grande procura pelos produtores de leite ao ProRural+.

Todos estes sinais transmitem-nos confiança e capacidade financeira instalada no setor.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito bem!

**O Orador:** Apesar dos desafios permanentes e das dificuldades com que nos confrontamos nos últimos anos, e que não escondemos, a evolução no setor do leite e dos laticínios foi de desenvolvimento, de reforço estrutural e de criação de valor. Isso é um facto indesmentível.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Sempre que estivemos perante qualquer desafio os Açorianos escolheram sempre a luta ou a procura de soluções. Este código faz parte da nossa identidade!

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Os agricultores ao longo da História dos Açores sempre reponderam às dificuldades com tenacidade, capacidade de suporte e trabalho firme.

Podem, por isso contar com a ação do Governo Regional para, em conjunto, vencermos os desafios do futuro da nossa Agricultura.

Muito obrigado.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa já tem algumas inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

**Deputado António Toste Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Debater a Produção de leite e laticínios nos Açores e a Estratégia pós 2020, antes de mais, importa perceber:

- Onde estávamos antes da adesão de Portugal à União Europeia;
- O que fizemos e onde estamos;

- O que pretendemos no futuro, Pós 2020;

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como sempre, está aberto ao debate e ao confronto de ideias e que o mesmo seja profícuo, esclarecedor e que se traduza em vantagens para o setor.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** É mais uma oportunidade para se analisar a situação do leite e lacticínios, refletir e perspetivar o futuro.

Antes da adesão de Portugal à União Europeia, ser agricultor não era tanto uma opção, era mais uma alternativa, era um meio de subsistência, era preciso sustentar a família, na sua grande maioria numerosas.

Não havia horários, trabalhava-se de sol a sol, era um trabalho árduo e difícil,

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Era, não! Continua a ser um trabalho árduo e difícil; continua-se a trabalhar de sol a sol e a ganhar mal!

**O Orador:** ... não havia mecanização e, sobretudo, não havia a garantia de um rendimento no final de cada mês.

As produções eram baixas, havia o saber fazer, mas faltavam outros conhecimentos e a perceção da realidade do mundo agrícola, a genética e a sanidade animal deixavam muito a desejar, bem como a qualidade de grande parte dos produtos.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo :

A adesão de Portugal à CEE, em 1986, trouxe muitos benefícios aos Açores, mas, também novos desafios, desde logo com a entrada do I Quadro Comunitário de Apoio 1987/1993, iniciou-se uma grande transformação no setor Agrícola Regional.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Sendo que, o grande desenvolvimento agrícola deu-se a partir da entrada em funcionamento do II Quadro Comunitário de Apoio 1994/1999, já em meados da década de noventa, sensivelmente há duas décadas atrás.

Os Fundos Comunitários de Apoio incluindo o POSEI têm sido um instrumento financeiro essencial para o nosso crescimento e desenvolvimento, associado a uma boa execução, aliás, nesta matéria a Região tem realizado um trabalho notável.

Não querendo desvalorizar o trabalho anteriormente realizado, importa referir que, foram os Governos do Partido Socialista, numa união de esforços e em parceria com o setor, nomeadamente as organizações de produtores, os próprios produtores, a agroindústria e as empresas do setor que iniciaram uma caminhada e uma estratégia que confere hoje, a importância que o setor assume na economia regional e no contexto nacional.

O estatuto de excelência da sanidade animal, a melhoria da genética e o bem-estar animal, as acessibilidades, o abastecimento de água e a eletrificação das explorações, a melhoria das infraestruturas, bem como a mecanização introduzida no setor.

Edificou-se por todas as ilhas um parque Agroindustrial moderno e de qualidade, atualização de métodos e processos de produção, bem como a diversificação dos produtos.

Estes, são fatores determinantes para a melhoria das condições de trabalho, para a redução de custos, melhorando substancialmente a qualidade dos nossos produtos e também o rendimento dos produtores.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Diria que houve uma transformação quase total na nossa agricultura, neste caso particular, na fileira do leite,

**A dimensão média das explorações:**

- Em 1999, era de 6,3 hectares;
- Em 2009, passou para 8,9 hectares, um crescimento de 41,3%

**A dimensão média do efetivo bovino leiteiro:**

- Em 1999, eram de 19,3 vacas;
- Em 2009, passou para 28,2 vacas, um crescimento de 46,1%

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**O Orador: A produção média de leite por exploração:**

- Em 1996, era apenas de 61 mil de litros de leite;
- Em 2017/2018, passou para 138.160 litros
- Em 2017, 240 006 litros, um crescimento de 74%, de 96 para 2017, quatro vezes mais.

**A produção total de leite:**

- Em 1996, em cerca de 370 milhões de litros;
- Em 2017, cerca de 611 milhões de litros, um crescimento de 65%;

**A produção de queijo duplicou.**

- De 1996 para 2017 de 15,2 mil toneladas para 31,3 mil toneladas;

Acredito que concordamos todos que muito já foi feito no setor agrícola, no entanto, reconhecemos que há sempre mais a fazer, os desafios obrigam a isso mesmo, a qualidade das intervenções necessitam de ser aprofundadas, devemos continuar a encontrar respostas de acordo com as situações e as necessidades do presente e do futuro.

Importa referir aqui, o papel fundamental dos agricultores, sempre que foram chamados disseram presente,...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Pois, o problema é que o Governo sempre disse ausente!

**O Orador:** ... a grande transformação e desenvolvimento verificado na agricultura, em grande parte deve-se aos nossos agricultores.



A qualidade ambiental, o elevado estatuto sanitário, a excelência da genética, o bem-estar animal e a segurança alimentar são um conjunto de vantagens que a indústria deve saber transformar em oportunidades, valorizando as suas produções e, assim, alcançar maior rentabilidade e sustentabilidade para a fileira do leite.

Importa apostar na internacionalização dos mercados, na inovação e na notoriedade do leite, para com isso conquistar novos mercados, que sejam capazes de valorizar os nossos produtos. São desafios que a indústria deve ter em atenção.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Política Agrícola Comum (PAC) foi criada em 1962, com o objetivo de fornecer alimentos a preços acessíveis e assegurar um nível de vida justo aos agricultores.

Na década de setenta, o Orçamento para Agricultura representava cerca de 70%, baixando substancialmente para cerca de 38% atualmente. Esta evolução negativa resulta do aumento das responsabilidades da União Europeia noutros domínios e das economias resultantes das reformas da Política Agrícola.

A confirmar isso mesmo é o facto de a União Europeia ter passado a contar com treze novos estados membros, sem que tal tivesse implicado um aumento da despesa agrícola.

Com a adesão de novos estados membros e com as diversas reformas, a PAC nem sempre teve uma política adequada e coerente para com os agricultores.

Ainda temos bem presente a Abolição do Regime das Quotas Leiteiras, regime que equilibrava a produção e o mercado, com a liberalização da produção, o resultado está à vista de todos.

É imprescindível que a futura PAC assegure um melhor posicionamento dos produtores na cadeia de abastecimento alimentar, é necessário criar medidas

concretas e objetivas, nomeadamente a regulação de boas práticas, impedido práticas desleais de comércio.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Outra medida importante, garantir a manutenção do regime de apoio à primeira instalação, apoiando os jovens que pretendem iniciar uma atividade agrícola.

Sendo que, o nosso maior desafio será o preço do leite pago à produção, os preços praticados não são aceitáveis, cabe a todos nós pugnar perante as instâncias Europeias por soluções e medidas que correspondam aos anseios dos produtores.

O clima, a nossa situação arquipelágica, a distância que nos separa dos grandes mercados, a dimensão das explorações, acarretam sobrecustos na produção, quando comparado com o País e com a Europa.

Por isso, enquanto Região Ultraperiférica importa debater e defender até ao limite das nossas capacidades a manutenção ou até mesmo o aumento financeiro do POSEI.

Por último, deixar uma mensagem de esperança e confiança a todos os agricultores.

Dizer que da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e com certeza do Governo dos Açores tudo faremos na defesa dos interesses dos Açores, do interesse da agricultura e do interesse dos agricultores.

Disse!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Durante anos, a região adotou um modelo de desenvolvimento do sector do leite em que as explorações para se tornarem economicamente rentáveis faziam-no à custa dum aumento do volume da produção.

Com o fim das quotas leiteiras, este modelo tornou-se claramente obsoleto. Como seria de esperar com a liberalização do mercado, criou-se uma situação de excesso de stock a nível Europeu e Mundial, o que levou à degradação do preço do leite pago aos produtores.

Infelizmente o Governo regional levou demasiado a tempo a perceber, ou a aceitar, tendo insistido de forma completamente irresponsável, no apoio à quantidade, incentivando desta forma o aumento da produção.

Neste contexto, o CDS apresentou uma proposta, para que o pagamento do POSEI à produção deixasse de estar indexado à quantidade e passasse a ser feito em função dum valor fixo por produtor, o qual deveria ser calculado tendo por referência a produção do melhor dos três últimos anos.

O Partido Socialista chumbou porque o Governo tinha uma proposta diferente que era melhor para os produtores.

Afinal a proposta do Governo não era nem diferente, porque era uma cópia da do CDS,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** ...nem melhor porque o valor da ajuda foi indexado ao ano de 2015, independentemente de este ter sido um ano bom ou mau para o produtor.

É normal, a oposição só sabe é falar mal.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A única forma de nos tornarmos verdadeiramente competitivos no sector do leite é, por um lado, reduzir os custos de produção, e, por outro, agregar valor, pela transformação do leite em produtos lácteos de excelência.

Uma vez mais, o Governo Regional nunca teve coragem de assumir de forma clara se “Os Açores devem ser uma região exportadora de leite ou de produtos lácteos?”

O Governo diz que é fundamental promover a qualidade do leite açoriano, valorizando dos seus atributos nutricionais, que resultam do facto das nossas vacas se alimentarem essencialmente de pastagem.

Então eu pergunto:

- Onde é que estão no POSEI os incentivos à qualidade?
- Como é que se justifica que o pagamento à produção seja exatamente o mesmo se o leite for de má qualidade ou de excelente qualidade?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem, Sra. Deputada!

**A Oradora:** - Onde é que estão as medidas, neste novo Quadro Comunitário, que apoiem o melhoramento da pastagem?

Temos que reduzir os custos de produção, promovendo a utilização dos recursos endógenos. E para isso, o apoio técnico ao lavrador é seguramente um dos investimentos com maior retorno.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** É fundamental tornar o maneio da pastagem mais eficiente, mas não conseguimos encontrar em nenhum dos apoios dados quer pelo PRORURAL, quer pelo POSEI, à melhoria do maneio da pastagem e da utilização preferencial dos nossos recursos endógenos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O CDS sempre defendeu um sistema de exploração extensivo, que permite, além duma gestão sustentável do território, apostar no sector agropecuário numa perspetiva ambiental.

Mas para isso não podemos é ter um Governo que às segundas, quartas e sextas, quer leite um biológico produzido em pastagem, e às terças e quintas subsidia a importação de fertilizantes e aprova projetos de estabulação.

Muito obrigada.

**Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os lacticínios e tudo o que envolve esta atividade a montante e a jusante são atividades indissociavelmente ligadas aos Açores.

É natural que assim seja, quer dadas as nossas características edafo-climáticas serem ideais para a criação de gado de produção leiteira, quer porque ao longo da História sempre soubemos produzir lacticínios, nomeadamente manteiga e queijo que se distinguiram e mereceram a preferência dos mercados mais exigentes.

Isto, apesar dos vários percalços e constrangimentos devido a políticas com as quais discordamos e que ao longo dos tempos têm afetado a produção leiteira nos Açores.

Na visita que recentemente efetuámos ao Faial verificamos junto da CALF que passados 14 anos dos 14 milhões de litros de leite processados, passámos para 11 milhões na atualidade, devendo-se isto à desistência da produção leiteira por parte de um número apreciável de agricultores. Para além disto e devido às políticas erradas protagonizadas neste sector, perderam-se 37 postos de trabalho diretos, no decurso destes últimos 14 anos. Mas se essa situação é assustadora no Faial, o mesmo se passa noutras ilhas, sendo que o fim das quotas leiteiras ainda mais veio agravar todo este panorama. Apesar de tudo, o facto é que

ainda hoje os Açores ocupam o lugar cimeiro na produção de leite, como principal bacia leiteira nacional.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Produzir leite nos tempos atuais requer, naturalmente, atenção e cuidados aos múltiplos aspetos que a própria evolução técnica e dos conhecimentos impuseram e que necessariamente os nossos produtores têm de ter em consideração, quer para defenderem a qualidade do seu produto, quer para valorizarem e serem concorrenciais nas condições atuais.

Tudo isto só é possível se para além de todos os esforços realizados pelas Associações Agrícolas existentes, no terreno houver um sério e empenhado trabalho político por parte do Governo no sentido de proporcionar e promover as adequadas condições e medidas para que assim aconteça.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não nos podemos esquecer, de modo nenhum, da necessidade de um acompanhamento de muita proximidade aos agricultores.

Falar da indústria dos lacticínios, é imperioso que não nos esqueçamos do grave problema que existe em São Jorge. Sendo o queijo um ex-libris da ilha de São Jorge e de todos os Açores, mas não podemos descurar o problema que existe em relação à *stokagem* de queijo na ilha de São Jorge, em que é absolutamente necessário o apoio Governamental neste domínio pelo menos por mais dois anos.

Por outro lado, verifica-se a imperiosa necessidade de uma adequada campanha de *marketing* que verdadeiramente promova os produtos dos nossos lacticínios.

Por outro lado, ainda não podemos esquecer as necessidades de modernização da produção, até porque não podemos esquecer de modo algum que existem fábricas nas nossas ilhas com o equipamento completamente obsoleto com mais de 30 anos de utilização, cujos custos de manutenção e de sustentabilidade económica é e está a ser absolutamente inoportável.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** Desenvolver este sector implica medidas concretas que vão desde à definição das responsabilidades da manutenção dos caminhos de penetração à existência de técnicos que se desloquem ao terreno e “*in loco*” para avaliar e apoiar as situações e não apenas se manterem no necessário trabalho de gabinete. Isto implica que façam um efetivo trabalho de apoio no terreno aos nossos agricultores.

Se assim for feito estamos convencidos que será um esforço bem compreendido e um investimento com retorno assegurado e garantido para a nossa Região.

Pela parte do PCP estaremos, como sempre na primeira linha em defesa deste sector que consideramos fundamental e essencial para a nossa economia regional e ao lado dos nossos agricultores e produtores.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver. Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estratégia para o setor do leite e laticínios pós 2020 é o tema chamado a debate pelo PSD hoje, nesta Casa.

Como todos e todas reconhecemos, este setor tem especial importância na nossa economia e um peso social de enorme relevância. Reafirmando esta realidade óbvia, bem como a importância do debate sobre este setor, é significativo que apenas o mês passado sobre a votação de uma

Proposta de Resolução da autoria do Governo Regional sobre as nossas reivindicações junto da União Europeia, para o pós 2020, reivindicações que englobam o Memorando das RUPs onde o setor do leite tem um lugar de destaque, esta proposta votada por unanimidade, o PSD agende novo debate sobre esta matéria.

Queremos dizer a esta câmara que acompanhamos de uma forma geral as reivindicações colocadas, quer na referida Proposta de Resolução, quer no Memorando das RUP's apresentado à Comissão Europeia.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Mas já que este debate vem de novo a plenário, esta pode ser, deve ser, uma boa oportunidade para, sobre estas matérias, o Partido Socialista, o Partido Social Democrata e o Partido do Centro Democrático Social esclarecerem de uma vez por todas os açorianos e as açorianas sobre quais são as suas verdadeiras posições, nomeadamente quando estão nos Açores e quando estão na República.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É preciso ter lata!

**A Oradora:** Vejamos alguns exemplos:

Como todos e todas sabemos...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Decida lá o seu Governo da República!

**A Oradora:** Posso continuar? Eu estou a falar consigo, também Sr. Deputado. Não estou a falar com o Governo da República, agora.

Como todos e todas sabemos está em risco a garantia de que os fundos europeus mantenham o mesmo nível.

Este facto deriva de dois fatores conjugados, por um lado a saída do Reino Unido e, por outro, o maior gasto em despesas militares, sobretudo com a chamada cooperação estruturante permanente, ou seja, o exército europeu.

Ora, a diminuição destas verbas já era conhecida, mas mesmo assim o PS, o PSD e o CDS votaram a favor do início da constituição do exército europeu,



sabendo muito bem que esse facto punha em causa os fundos estruturais e, por via disso, a componente financeira para os Açores e para o setor do leite, em particular. Não se ouviu por parte destes partidos uma palavra ou sequer...

*(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)*

**A Oradora:** Sra. Deputada, fazer apartes, não é problema nenhum, agora não querer ouvir, a senhora pode sair.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**A Oradora:** Não se ouviu por parte destes partidos uma palavra ou sequer uma mera ressalva a que o seu voto estava condicionado à não diminuição do montante dos ditos fundos, mas depois vêm para os Açores e sobre este estranho silêncio nada dizem.

Outro exemplo, quando aconteceu o fim das quotas leiteiras, quer o PS, quer o PSD, cada um à sua vez, negociaram e aprovaram o fim destas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Não é verdade!

**A Oradora:** Na altura não se ouviu qualquer protesto, ou qualquer proposta de derrogação em relação aos Açores por parte destes partidos, mas depois vêm para os Açores e gritam ai, ai, ai que eles são muito maus.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Nós negociámos o fim das quotas? Está engada, Sra. Deputada!

**A Oradora:** Ainda outro exemplo:

No último plenário o Bloco de Esquerda denunciou aqui que tanto o Partido Socialista, como o PSD e o CDS, em junho de 2017, na Assembleia da República, votaram contra uma proposta que resumidamente recomendava ao Governo da República duas coisas: a garantia de um estatuto especial à insularidade distante e que dentro deste estatuto fosse contemplado o direito à derrogação das políticas comuns.

Ou seja, na Assembleia da República estes partidos votam contra medidas que poriam os Açores a resguardo de diversas e profundas penalizações, mas depois quando chegam aos Açores avançam com as propostas que chumbaram e gabam-se de apoiar os memorandos das RUP's.

Os açorianos e açorianas têm de perceber a artimanha que é defender nos Açores uma coisa e votar na República exatamente o seu contrário.

Mais um exemplo:

Em abril de 2015, o Bloco de Esquerda apresentou na Assembleia da República uma recomendação ao Governo da República no sentido deste “reivindicar junto das instituições europeias uma linha excecional de apoio aos produtores de leite de zonas ultraperiféricas”. Votação final global, Sras. e Srs. Deputados: PSD e CDS votaram contra e os restantes partidos a favor.

Só mais um exemplo:

Ainda em abril de 2015, também na Assembleia da República, também o Bloco de Esquerda recomendou ao Governo da República que “reivindicasse juntas das instituições Europeias que reformulassem a aplicação das ajudas diretas aos agricultores, nomeadamente o regime de pagamento base e a ecolização, substituindo o histórico, com base para o cálculo e acesso às ajudas, por critérios regionais, de acordo com as especificidades culturais e estruturais de cada região”. Votação final global, Sras. e Srs. Deputados: PS, PSD e CDS votaram contra.

A verdade é que poderíamos continuar a dar mais exemplos de flagrantes e inaceitáveis contradições entre discurso e prática política, porque não faltam provas concretas de uma história mil vezes repetida.

Na República, estes partidos fazem de uma maneira. Nos Açores contam aos empresários e aos trabalhadores deste setor uma história muito diferente.

Para debater seriamente o setor do leite no pós 2020, temos que começar por acabar com estas artimanhas, com estas malabarices, que só servem para esconder a submissão a interesses estranhos à nossa Região.

E, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, podemos começar já, hoje, aqui e agora. Basta que estes partidos se disponham a explicar, com verdade e transparência, tantas e tão gravosas contradições.

Em nome da fileira do leite, o Bloco de Esquerda agradece desde já.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(\*) **Deputado António Almeida (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Para dar mais um contributo a este debate.

Em fase da importância da temática que estamos aqui a abordar, ouvi atentamente o Sr. Secretário Regional emanar um autêntico documento do Serviço Regional de Estatística. Por um lado, um conjunto de números e de indicadores que naturalmente alguns deles têm relevância e são importantes e, por outro lado, o discurso dos milhões. Este tenho mais receio, o discurso dos milhões, na boca de um Secretário Regional da Agricultura é sempre para mim matéria delicada, porque os milhões não correspondem nem à eficiência, nem aos resultados.

O que estamos aqui a discutir, quer para explorações agrícolas, quer para indústrias, não é apenas o aumento ou o crescimento do volume de negócios, mas sim dos resultados. É isso que conta para uma exploração agrícola.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Não é vender mais leite, nem mais carne, é ter melhores resultados, é ter lucro.

Quem investe é para ter resultados e as observações que fizemos têm precisamente a ver com esse fator, com as opções da indústria e das explorações

em face dos instrumentos financeiros e de política que o Governo e a União Europeia disponibilizam, sem bem que a União Europeia disponibiliza, mas também dá margem aos Estados Membros e no caso dos Açores com o estatuto de Ultraperiferia a modelar essas ajudas e essas políticas de acordo com a nossa realidade. É isso que nós pedimos.

Recuando um pouco no tempo, e por alguns alertas da Deputada do Bloco de Esquerda, não seria justo deixar passar aqui a referência de que quando a Comissão Europeia decidiu o fim das quotas e o anunciou, foi pela boca de Duarte Freitas, Deputado ao Parlamento Europeu, que essa questão foi tornada pública, com ênfase, com dimensão, com uma questão colocada à própria Comissária...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... e ele foi acusado na altura de ser o arauto da desgraça, de quem estava a anunciar o fim do setor leiteiro nos Açores.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Bem lembrado!

**O Orador:** É preciso que se faça justiça, porque houve manchetes nos jornais de diversos responsáveis regionais a dizer que ele era o arauto da desgraça. Estamos a falar há mais de 10 anos.

Portanto, ele não era o arauto da desgraça, era na altura o seu sentido de responsabilidade,...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Quanto?

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Outubro de 2006!

**O Orador:** ... que fazia com que se olhasse à distância para o que se poderia passar nos Açores e o que se está a passar nos Açores.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** A verdade é que em vez de termos investimentos estratégicos no leite e lacticínios estamos aqui a socorrer-nos de recursos da União Europeia e do Orçamento Regional para compensar percas. Isso não é Política Agrícola,

isto é arrastar no tempo a resolução de forma estratégica da problemática do leite e lacticínios.

Olhei para os números de 2017 relativamente à distribuição das vendas de lacticínios nos seus diversos destinos: 10% nos Açores, 82% no continente português, 2,4% na Madeira, 3,6% na União Europeia e 2% em países terceiros. Apesar de ao longo dos anos ter havido um volume significativo de investimentos quer na indústria, quer na produção, não houve um processo de internacionalização de produtos dos Açores.

Portanto, o enfoque no mercado continental é bom em termos de escoamento, não tem sido bom em termos de valor.

Se olharmos para os produtos lácteos que são comercializados no continente claro que se destaca o leite em pó magro, o queijo flamengo e o leite UHT. Ora são três produtos de grande consumo que permitem de facto escoar os lacticínios dos Açores, mas que nos últimos anos temos visto que não acrescentam valor, facto esse que faz com que, se compararmos o ano de 2014 e 2017, essas vendas de produtos lácteos perderam 67 milhões de euros por ano no valor das vendas de produtos lácteos, ou seja, menos 23%. Isso o que é que significa? Estamos aumentando a quantidade.

Os seus indicadores estatísticos são bons, são corretos, mas não se têm traduzido em valor. Perder 67 milhões de euros em termos de valor comercial anual nos produtos lácteos não pode fazer parte dos nossos objetivos, da mesma maneira que a perda de 24% dos produtores de leite não significa a ruína do setor, até significa reestruturação.

Os produtores de ficaram, ficaram reestruturados, quiçá, redimensionados, mas a verdade é que a perda de 8 cêntimos por litro de leite, significa 49 milhões de euros por ano de distribuição, ou de falta ou de perda de rendimento e de receitas nas explorações de agrícolas.

O nosso enfoque é esse e estamos aqui nesse debate com a seriedade de procurar que se corrijam os instrumentos de política agrícola e instrumentos financeiros, junto da União Europeia e junto do Estado-Membro Português (e aí gostaria de deixar uma ressalva: não faça o Sr. Secretário Regional das reuniões com o Ministro da Agricultura reuniões de charme e cortesia; faça-o com competência, faça-o com reivindicação, faça com argumentação técnica...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... faça com sustentação sobre a viabilidade efetiva de cada uma das fileiras em cada uma das nossas ilhas e veja-se a diferença, veja-se a diferença com sentido de responsabilidade.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Juízo de valor errado!

**O Orador:** O Presidente francês Emmanuel Macron, preocupado com a situação do leite e laticínios na França, determinou, à semelhança do que é proibido fazer na União Europeia que é *dumping*, vender produtos abaixo de preço de custo, deu nota do seguinte: que o preço de leite tem que ser determinado pelos custos de produção.

Portanto, da mesma forma que os outros produtos não podem ser vendidos abaixo de preço de custo, os produtores não podem vender o leite abaixo do seu custo.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Mas isso é aplicado a todas as áreas!

**O Orador:** Isso levou a que a European Milk Board, em colaboração com quatro associações francesas, fizesse o custo de produção por litro de leite.

Naturalmente não há custos iguais, não há explorações iguais, mas há formas de estudar o custo por litro de leite e chegaram à conclusão de que em França custa 45 cêntimos por quilo de leite essa mesma produção.

Ora, é logo a European Milk Board e as organizações francesas a dar nota de que vender o leite a 34 cêntimos é um atentado, é efetivamente obrigar os produtores a uma situação de *dumping*.

Fazendo um paralelismo para os Açores, nós não temos, pelo menos não temos conhecimento, de estudos de base que tenham sido feitos pelo Governo Regional, ilha a ilha, para o setor de leite e laticínios, para que possam tomar medidas coerentes com os desafios e a rentabilidade que é preciso na fileira.

O Governo tem em seu poder, e tenho comigo, pelo menos três estudos, dois de 2013 e um de 2016, relativamente às preocupações do impacto do fim das quotas e relativamente ao futuro da fileira do leite e dos laticínios.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem! Grande lição!

**O Orador:** Vejamos um deles, relativamente à indústria:

“Exportar produtos novos ou produtos DOP para mercados internacionais com bom poder de compra”.

Olhamos para os números, na última década, não fizemos isso. Portanto, está num estudo que está no poder do Governo. Portanto, o Governo tem elementos de caracterização que dão sinais do caminho a percorrer e as políticas têm que ser direcionadas para atingir esses objetivos e não precisamente o contrário.

Para a produção de leite: “produzir leite a menos de 30 cêntimos, objetivo inferior a 28 cêntimos por litro de leite, em excelentes condições de bem-estar e saúde animal” – não há estudos de caracterização relativamente ao custo por litro de leite nos moldes e nas obrigações que decorrem da PAC, nem da atual PAC, nem da PAC futura, em cada uma das nossas ilhas.

“Com os mais elevados padrões de segurança alimentar e ambientalmente sustentáveis” – também não temos estudos versando esse tipo de preocupações.

Por outro lado, “apoiar a gestão tecnológica das explorações, otimizando a produção de alimentos, a nutrição e a alimentação animal. Investigar de forma permanente melhorias a introduzir no setor, envolver a Universidade, os institutos e laboratórios e os serviços regionais na investigação, experimentação e formação necessárias à produção e à indústria; parcerias estratégicas,

conseguindo parcerias com a grande distribuição para atingir o mercado internacional.”

São apenas alguns exemplos que dão nota de objetivos e instrumentos que o Governo deve seguir para viabilizar a fileira do leite e laticínios.

Portanto, o Governo tem instrumentos em seu poder para tomar decisões, mas não toma. A decisão mais fácil é agarrar nos recursos externos e procurar minimizar o impacto da perda de rendimento de forma conjuntural...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... e não de forma estrutural.

Os seus números, Sr. Secretário Regional, para mim são estranhos.

Os números relativamente ao preço de litro de leite. Agarrei em janeiro de 2014 e janeiro de 2017 (os números estão publicados), o preço médio pago em explorações conferido era de 35 cêntimos, passou em 2017 para 27. Nos postos de receção de leite era de 33 cêntimos passou para 25. Ou seja, menos 23% em qualquer um dos casos. Há aqui menos 7 cêntimos por litro de leite, quase 8 cêntimos (7.7), que se perdem, se analisarmos dois anos de referência.

Isso significa que o rendimento baixou. Estranho muito que não hajam decisões para contrariar esse tipo de circunstâncias.

Digo-lhe, Sr. Secretário Regional, com toda a franqueza, o Governo faz opções até de diversificação, quando importa ovelhas para Santa Maria numa perspectiva de diversificar, subscrevo. Agora a minha pergunta é: quais são os estudos de base para viabilizar uma queijaria quando se importaram 100 unidades de ovelhas para Santa Maria, para diversos produtores? Pergunto, que estudos foram feitos para viabilizar essas explorações e essa queijaria?

**Deputado Carlos Silva (PS):** Quem produz tem que saber quanto custa!

**Deputado Marco Costa (PSD):** Não, não! O senhor é que tem que falar!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Exatamente, quem produz tem que saber quanto custa, mas ninguém sabe!



**Deputado Carlos Silva (PS):** Cada empresário é que sabe quanto é que produz!

**O Orador:** Ou estaremos daqui a três anos sem progressão em Santa Maria, porque houve erros de base na decisão que foi tomada.

Não é isso que nós queremos. Nós queremos sucesso! Nós queremos resultados!

Olhe-se para a ilha...

*(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais dois exemplos que são recentes e resultam de uma posição pública que o Sr. Secretário tomou:

Fábrica de Laticínios do Faial: inaugurada em 2004. Em 2004 o Faial produzia cerca de 12 milhões de litros de leite.

Estamos em 2018 (14 anos depois!), o Faial produz 12 milhões de litros de leite.

Eu pergunto: qual foi a estratégia subjacente à decisão de investimentos que foram tomados? Não sei!...

Gostaria também de saber, quando o Sr. Secretário toma uma posição pública a dizer que é preciso aumentar a produção de leite, porque os dirigentes da fábrica disseram que a fábrica não é viável sem mais leite, que decisões políticas é que o Sr. Secretário tomou para afirmar que é preciso mais leite?

Afirmá-lo não resolve o problema da CALF, não resolve o problema do Faial, nem dos seus produtores.

Poderá o Sr. Secretário Regional dizer que 2004 já lá vai. Foram outros responsáveis que tomaram essa decisão, mas olhamos para o Pico. O Pico foi

sempre, no entender de produtores e de industriais, de uma solução de investimento em queijarias, em tipicidade, em diferenciação e em valor e acaba de ser inaugurado um investimento com capacidade para o dobro da produção da ilha do Pico, 700 milhões em produção na Ilha do Pico. Parece que é um investimento que foi anunciado para o dobro, com capacidade para transformar o dobro dessa produção.

E eu pergunto: não vamos daqui a seis ou sete anos estar a questionar pelos resultados dessa empresa, porque não foram feitos estudos, porque não há uma estratégia consertada de aumento da produção ou de adequação da dimensão do investimento industrial para as necessidades do Ilha do Pico?

Iremos sempre resolver questões estruturais em vez de superarmos por via estrutural aquilo que é a melhoria do rendimento dos produtores e da agroindústria.

O Sr. Secretário não pode dizer que falta, para dar resposta a uma reunião onde isso foi manifestado, e não ter uma política consertada, orientada para aquilo que diz.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

*Eram 11 horas e 27 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

*Eram 12 horas e 11 minutos.*

Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar com o debate. Está inscrita a Sra. Deputada Mónica Rocha.

(\*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista, como o meu colega já referiu ali na tribuna, encontra sempre mais-valias no debate e nas diversas formas de acrescentar contributos à estratégia de futuro para a Região no contexto da PAC 2020.

Todavia o Partido Socialista não se coaduna é efetivamente com um discurso condescendente e assente em juízos de valor que em nada acrescenta para este debate.

Por outro lado, o Partido Socialista informa que novamente esta tentativa de atentar arrecadar a exclusividade de uma missão, de um projeto e de uma estratégia também é tendenciosa e falaciosa e não nos coadunamos com ela.

Agora, eu gostaria de ir um bocadinho mais a pormenor em relação a alguns juízos de valor que se fizeram em relação ao Sr. Secretário que, quanto a nós, conseguimos devolver de uma forma contrária, mas igualmente ou muito mais superior e elevada.

Quando o Sr. Deputado fala em simpatia nós falamos em diálogo contínuo e partilhado entre todos.

**Deputados Francisco César e Manuel Pereira (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Quando o Sr. Deputado fala em entrega de subsídios numa perspetiva absolutamente redutora, o Partido Socialista considera isso aplicar instrumentos financeiros a favor do setor leiteiro.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Quando o Sr. Deputado afirma no anúncio de milhões como se fosse propaganda, nós dizemos contínuo investimento neste setor que é um dos fundamentais aos pilares da nossa economia açoriana.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Quando o Sr. Deputado fala em falta de visão nós apresentamos os contributos, como já o fizemos da outra vez, para a PAC pós 2020.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** E para terminar, porque muito mais há dizer, mas era importante introduzir um tom contundente que permitisse que possamos novamente retomar e acrescentar e não continuar a julgar.

Por fim, este Governo e o Partido Socialista, como já disse, não admite e não permite, que se realize e que se minimize ou subestime, toda a obra, toda a herança e todo o capital que os Governos Socialista têm nesta matéria.

Por fim, continuamos a dizer o que sempre dizemos: muito se fez, mas muito mais há a fazer e continuamos também a dizer que apesar desta tentativa de criar um discurso paralelo, nós continuamos comprometidos a investir, a apoiar a agricultura açoriana e todos os produtores e disso não hajam dúvidas.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares)*

**Presidente:** Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas Membros do Governo:

Eu gostaria de, neste momento, tecer algumas considerações em relação àquilo que tem sido o debate até a este momento e algumas afirmações que têm aqui sido referidas pelos Srs. Deputados, e dizer que o Governo Regional tem estratégia e tem visão para o setor. Aliás, tudo temos feito para aumentar o

rendimento dos agricultores, para valorizar as suas produções e para incentivar a inovação. Sempre assim foi.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** E sempre assim será!

**O Orador:** Agora, o Grupo Parlamentar do PSD, e é natural que assim seja, pode não ter a mesma visão que o Governo e que o Grupo Parlamentar do PS pode ter em relação à agricultura.

O Governo sempre adaptou a sua política às suas especificidades próprias que é como Região Ultraperiférica. Nós não assentámos a nossa ação apenas em estudos.

O Sr. Deputado António Almeida está muito centrado nos estudos, nós estamos mais nas medidas, na ação e nas respostas que o setor precisa e que sabemos que são muitas.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Então para que é que fazem os estudos?

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Então os senhores pagam os estudos para quê? É para ir para o lixo? O senhor tem os estudos para quê?

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Como é que avalia a viabilidade dos estudos?

**O Orador:** Nós estamos mais concentrados em resolver os problemas do setor. Na verdade, aquilo que é o discurso do Grupo Parlamentar do PSD e do Sr. Deputado António Almeida é política dos estudos. Nós não estamos aqui para fazer estudos e só fazer estudos. Os estudos são importantes para tomar decisões, mas sobretudo estamos para tomar medidas e para olhar para o futuro.

**Deputada Mónica Rocha e Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** É isso que temos feito.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Desbaratam o dinheiro sem saber como!

**O Orador:** Uma política de estudos é uma política de quem não tem estratégia, não tem pensamento.

O Sr. Deputado António Almeida agarra-se aos estudos. Pronto!... O Sr. Deputado continua na zona de conforto dos estudos, nós vamos continuar no campo, junto dos agricultores a resolver os problemas e a distribuir simpatia, como diz o Sr. Deputado António Almeida.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Essa coisa de estudar não é para vocês!

**O Orador:** Nós concentrámos a ação do Governo nos últimos tempos muito naquilo que é importante para os agricultores, que é na redução de custos. Nesse domínio, o trabalho que foi feito ao nível da redução de custos, seja com melhor formação, seja dando melhores infraestruturas aos agricultores, seja na política de emparcelamento, nas reformas antecipadas, nos resgastes, na sanidade, naquilo que tem sido as políticas do Governo, isso foi extremamente importante para aquilo que foi a evolução do setor nos últimos tempos.

Esses números foram enunciados por mim aqui esta manhã.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** São estatísticas!

**O Orador:** Não são estatística, são a realidade. É a verdade. Nós evoluímos, nós melhorámos. Isso é infalível, Sr. Deputado.

Agora, a grande questão que está aqui é que o trabalho por parte dos agricultores foi muito bem feito, foi um trabalho de excelência. Naturalmente o Governo acompanhou. Não fez sempre tudo bem, é verdade, mas procurou dar instrumentos, dar condições para que a agricultura evoluísse e a agricultura da parte da produção evoluiu: qualidade, quantidade (já vamos à questão da discussão da quantidade).

O que é que verdade é que entramos numa situação complexa com o fim das quotas, é verdade, com a alteração dos mercados, e na verdade a indústria não conseguiu, mas não é um problema só da indústria regional. A indústria nacional não conseguiu valorizar, não conseguiu entrar nos mercados

internacionais de modo a poder continuar a pagar aos produtores aquilo que pagava no passado.

Nessa medida, nós já tomámos decisões no atual mandato, portanto, em relação ao futuro.

Estamos a trabalhar num plano estratégico para a promoção da agro indústria regional nos mercados, que é um plano que será muito importante, e que vai definir o ponto de vista do Governo, em colaboração com as indústrias, aquele que deve ser o caminho em relação à internacionalização, disponibilizando meios para apoiar a internacionalização destas empresas, conquistando novos mercados e serem capazes de conseguir aumentar as vendas nesses mercados internacionais.

O próprio trabalho que está a ser feito pelo CALL é um trabalho de referência e importante para, no fundo, preparar a indústria para os desafios, que são os desafios atuais, o próprio estudo e o trabalho da sustentabilidade que foi decidido avançar nas últimas semanas é um trabalho extremamente importante, não só para preparar o Governo em relação às decisões da próxima PAC, mas sobretudo para ser um instrumento importante para as decisões em relação ao setor leiteiro.

A própria gestão do POSEI e do PRORURAL e a dinâmica que tem sido introduzida com as alterações que foram solicitadas tem muito a ver com acertar estratégia em relação ao futuro, mas dizer e dar uma nota que o setor evoluiu, modernizou-se, está preparado, se assim se pode dizer, para vencer os desafios do futuro imediato.

Naturalmente são desafios difíceis, numa Europa que produz de forma diferente que a Região produz.

Se pensarmos nos países, Portugal importa mais produtos lácteos. A produção regional representa apenas 1%. Ou seja, quando se diz ou se tenta dizer, e às vezes o PSD faz esse seu discurso redondo e não se percebe bem qual é que é a

estratégia, se é aumentar a produção ou reduzir a produção, o que é verdade é que hoje há um conjunto de explorações agrícolas nos Açores que se não conseguir aumentar a sua produção poderia pôr em causa a sua própria sustentabilidade, por um lado. Por outro lado, se nós vamos reduzir a produção nos Açores estamos a falar de 1% daquilo que é a produção total de apenas três países que Portugal importa produtos lácteos.

Portanto, é preciso ter muito cuidado com essas questões das produções, porque afinal estamos a falar em pequenas milésimas de quantidade de leite quando se fala na Europa e estamos a trabalhar num mercado completamente aberto, que é o mercado dos produtos lácteos em Portugal.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Décimas?! A responsabilidade de falar em quantidade de produções na Região!

**O Orador:** A Sra. Deputada esteja atenta àquilo que eu disse!

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Deputada veja se aprenda alguma coisa!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** É melhor!

**O Orador:** Aquilo que aconteceu na Região foi um pouco à semelhança daquilo que aconteceu ao nível da Europa e mesmo ao nível de Portugal, ou seja, produzimos mais com menos produtores. **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Como é que houve uma diminuição? O senhor acabou de dizer que não houve uma diminuição no número de produtores?

**O Orador:** Naturalmente tivemos aqui a situação da crise do preço do leite. Nessa altura, o Governo foi chamado e foram tomadas medidas muito importantes, medidas extraordinárias, como foi a questão dos 45 euros pagos aos produtores de leite.

Depois dizer, em relação a algumas ilhas em particular, porque falou-se aqui no caso do Faial, no caso do Pico e no caso das Flores. Estamos a falar em pequenas economias, onde a agricultura tem um peso importante e a produção de leite também tem um peso importante.



Tem um peso importante do ponto de vista da criação de emprego na diversificação dessas zonas rurais, da entrada de ajudas que são importantes para as economias, da própria receita gerada pelo leite.

Portanto, aquilo que o PSD tem que dizer, que também não percebo do seu discurso, é se defende se essas cooperativas devem ser encerradas ou pelo menos o Sr. Deputado pergunte aos seus colegas e bancada se acha que as cooperativas Leite de Montanha, a CALF no Faial, e a Ocidental nas Flores devem ser encerradas...

**Deputado António Almeida (PSD):** Já vamos dizer!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Eu quero é saber se o senhor sabe!

**O Orador:** ... e acabe-se com a produção de leite. É isso que o Sr. Deputado tem que dizer...

**Deputado António Almeida (PSD):** Já vou dizer!

**O Orador:** ... em vez de ter aqui um discurso redondo que a gente não percebe bem o que é que é. Diga que é para os açorianos perceberem.

Nós defendemos que não devem ser encerradas (que fique claro!) e que o Governo deve apoiar, deve ajudar, tendo em vista a sua sustentabilidade no futuro.

E como é que se faz essa sustentabilidade? Estamos a falar em pequenas produções. Estamos a falar em indústrias que têm custos de exploração algumas maiores do que outras. O caso do Pico foi modernizada no sentido de poder alavancar as produções, poder ser mais competitiva e produzir outro tipo de produtos para conquistar mercados. É um trabalho que foi iniciado e que julgo que está no caminho certo.

A questão das Flores é uma situação semelhante, produção artesanal, produtos de grande notoriedade, que é preciso modernizar para, no fundo, melhorarmos a produtividade e aumentarmos por isso as vendas.

São pequenas indústrias que são extremamente importantes para aquelas ilhas e o Governo vai fazer de tudo para mantê-las...

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Mas o que é que se fez afinal?

**O Orador:** ... até ao limite das suas competências e vai apoiá-las neste sentido, porque acha que é importante para o desenvolvimento daqueles territórios. É verdade, Sr. Deputado, o senhor não faça expressão, é verdade!

**O Orador:** Na verdade, eu acho que é isso que o Sr. Deputado pensa, mas não pode dizer isso por causa, enfim, das questões político partidárias, mas, enfim!...

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Também gostava de dizer em relação ao Faial, que aquilo que foi dito (muitas vezes aquilo que se diz nem sempre é o que se passa ou pelo menos a oposição gosta de fazer passar), na verdade, é que a situação do Faial é uma situação que nos preocupa naturalmente, tendo em vista a dimensão da estrutura, dos custos físicos que ela tem e pelo facto de ter sido uma orientação estratégica da cooperativa apostar mais no queijo barra Flamengo que não tem, do ponto de vista da valorização, aquilo que se pretende e tem um produto que pode ser valorizado e pode ser melhorado.

O desafio que eu deixei na altura...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O senhor é que apoio o investimento, e agora está a dizer que não faz sentido.

**O Orador:** Sr. Deputado, deixe-me falar. O senhor inscreva-se e fale.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Os apartes são regimentais, Sr. Secretário.

**O Orador:** Pois são regimentais. Uma coisa é um aparte, outra coisa é interromper-me. O senhor inscreva-se. O senhor está aqui há dois anos e ainda não o ouvi falar sobre a agricultura. Inscreva-se e fale para dizer o que é que pensa sobre a agricultura do Faial, sobre a CALF. Gostava de saber aquilo que o Sr. Deputado do Faial pensa sobre a CALF.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Está irritado?

**O Orador:** Não é irritado!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Está, está!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

**O Orador:** Sr. Deputado, a agricultura corre-me nas veias,...

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Exatamente! Muito bem!

**O Orador:** ... sente-se e vive-se.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Foi o meu aparte, também tenho direito.

Em relação à questão do Faial, aquilo que foi dito na altura foi que era preciso (e foi o desafio que eu lancei aos agricultores), por um lado aumentar as produções e por outro lado a indústria inovar.

Só com a combinação desses dois fatores é que é possível nós garantirmos a sustentabilidade da produção no Faial. Portanto, é este o trabalho que se tem que fazer. É isso que o Governo está a fazer e é isso que o Governo irá fazer no futuro e fico por aqui para já.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos a falar e estão-nos a ser apresentados resultados que comparam a situação que se vive hoje nos Açores com 1996, ou seja, há 22 anos, quando nos Estados Unidos, por exemplo, era Presidente ainda o Bill Clinton.

Estamos a falar de um período de governação longuíssimo e é evidente que durante este período foi feito um investimento muito significativo, quer por

parte da Região, quer por parte da União Europeia, e a verdade é que observando este prazo tão longo e com tantos milhões investidos olha-se para os resultados alcançados e a perspetiva que se tem é que existiu falta de estratégia e um enorme desperdício.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Desperdício? Investir nos açorianos é um desperdício?

**O Orador:** A verdade é que com este esforço que foi feito, em circunstâncias excecionais, como os Açores nunca teve ao longo da sua história, este setor deveria ser um setor com um potencial muitíssimo maior, que deveria ter uma capacidade e uma projeção no mercado externo muito superior, até porque conta uma vantagem inata que é a qualidade dos nossos produtos.

A perspetiva quando se olha para esta matéria, a perspetiva de longo prazo, é que nada destes resultados foram alcançados. Aliás, a minha análise não é só em relação à agricultura, ou à produção de leite, a minha análise é uma análise que posso torná-la uma análise mais abrangente.

Eu olho para os Açores e vejo o nosso enorme potencial. Nós podíamos ser, estou absolutamente convencido disso, sinceramente honestamente convencido disso, uma das regiões mais ricas da Europa.

Aliás, o Sr. Presidente do Governo Regional anterior, Carlos César, dizia que em oito anos transformaria os Açores numa das regiões mais ricas da Europa. Não somos. Estamos muito longe de ter evoluído dessa forma, mas que temos potencial para isso, temos.

Eu quando olho para os Açores não vejo só dificuldades, como Sr. Secretário da Agricultura, que tem uma explicação e tem uma desculpa para tudo.

Eu acho que nos devíamos focar nas nossas potencialidades e na nossa capacidade.

A pergunta que lhe faço é: que esforço é que está a fazer para que os nossos produtos possam entrar no mercado externo, no mercado internacional? Que esforço é que está a fazer nesse sentido? Que medidas é que desenvolveu?

Eu acho que não desenvolveu nada! Não está a ter resultado nenhum nessa matéria.

Eu quando olho para as suas declarações, recentemente, por exemplo, em relação à necessidade de produzir mais na Ilha do Faial, a partir do momento em que um governante faz uma declaração desse tipo, como V. Exa. fez, a pergunta a seguir é: o que é que o senhor vai fazer para que esse objetivo e essa missão seja atingida?

Essa é a parte da entrevista e das declarações que não surge, porque o senhor anuncia uma ideia, uma vontade, mas não cria nenhum instrumento para que essa ideia e essa vontade possam ser obtidas, possam ser alcançadas.

Também no âmbito da valorização ambiental, como aqui foi referenciado, na majoração da produção de qualidade, porque é necessário também nos Açores melhorar, majorar a qualidade, proteger a qualidade dos nossos produtos, diferenciando, majorando essa qualidade, também não vejo nenhuma ação por parte do Governo Regional e de V. Exa..

V. Exa. tem um discurso vazio, um discurso sem soluções. O senhor diz em todos os momentos aquilo que lhe parece mais simpático. Se lhe fazem uma reivindicação, diz que está preocupado que vai fazer alguma coisa, a seguir não faz absolutamente nada.

Aliás, no início do seu discurso o Sr. Secretário disse que estava a observar aquilo que estava a acontecer no setor.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Há dois anos já!

**O Orador:** Não pode observar. O que tem que fazer é fazer qualquer coisa além de observar. Observar qualquer um faz isso. Agora o senhor tem os meios

para provocar a mudança e para provocar a melhoria e eu não vejo que esteja a implementar as medidas necessárias.

Eu considero também que o Governo Regional (não só o Sr. Secretário, V. Exa.!) não tem peso político no âmbito do Governo da República.

É evidente que este setor é um setor absolutamente fundamental, estratégico para o crescimento económico dos Açores. Tem uma importância fulcral e nós temos um peso específico dentro do país neste setor.

Eu não vejo que do ponto de vista, daquilo que o Governo da República pode fazer e que V. Exa. e o seu Governo poderiam implementar, poderiam forçar e poderiam pressionar, poderiam ter uma capacidade de influência junto da República e do Governo da República, que aliás é do Partido Socialista também, seria decisiva para a proteção dos nossos interesses económicos neste setor. E o peso específico que V. Exa. tem é aproximadamente zero.

Como aqui foi referenciado, quando se lê as declarações, quando se lê a síntese das reuniões que V. Exa. faz com os Representantes da República, com o Sr. Ministro, olhamos para as medidas que são tomadas e o “sumo” de tudo aqui é zero. É zero!...

A capacidade de influência política de V. Exa. junto do poder nacional e dos órgãos nacionais da República é insignificante. Eu considero que V. Exa. tem todas as condições para ter um peso muito superior e para ter realmente a capacidade de proteger.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quais? Quais?

**O Orador:** Em primeiro lugar, mais que não seja porque o Governo da República é socialista e deveria de existir qualquer tipo de solidariedade ou de proximidade e não existe, nada disso se vê.

Em segundo lugar, tem uma outra condição essencial, que é o peso significativo que nós temos no conjunto da produção nacional no âmbito da fileira do leite.

Temos um peso muito significativo. Isso dá-nos influência, dá-nos capacidade, deveria dar-nos capacidade negocial.

Para V. Exa. esses dois instrumentos, nada significam ou nada têm representado, porque V. Exa. não tem apresentado qualquer tipo de medida, não tem alcançado qualquer tipo de resultado visível nessa matéria.

Por isso eu considero que neste setor existem problemas, mas existem enormes potencialidades. O problema é que, de facto, o Governo Regional, como aqui já foi dito por diversos partidos não tem estratégia e o problema também é que V. Exas. não têm a capacidade de aproveitar o potencial enorme que a Região tem, pelo contrário, os senhores não têm capacidade de resolver os problemas que o setor possui.

Se ele ainda tem o peso que tem e se ainda tem a importância estratégica que tem para os Açores é devido às suas potencialidades inatas, é porque realmente os nossos agricultores e a qualidade da nossa fileira do leite é enorme e sobrevive quase por si só, porque o papel do Governo, no âmbito desta matéria, no âmbito desta fileira, é muitas vezes contraproducente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário daquela tribuna disse e congratulou-se que as 2132 explorações da Região tinham contribuído para um aumento em 2017 da produção do leite entre 8 milhões e 10 milhões (não sei bem qual foi o valor), aproximadamente isto, mas que as 2132 explorações tinham contribuído para um aumento da produção do leite em 2017.

Sr. Secretário, o senhor sabe perfeitamente que este aumento de produção se deve única e exclusivamente aos produtores de São Miguel que entregam na

Unileite, que é a única fábrica que neste momento não está a impor quantidade à receção da fábrica. Acha isto justo?

Acha justo que os outros produtores de São Miguel neste momento estejam todos condicionados na produção, que tenham limites na entrega à porta da fábrica e a Unileite seja a única que está a desregular o mercado e a permitir que os seus produtores entreguem o que querem?

E o senhor ainda vem aqui dizer que se congratula do aumento da produção em 2017, quando sabe perfeitamente que esse aumento de produção é irresponsável, está a contribuir para desregular o mercado do leite, ainda para mais teve que aplicar uma medida de pagamento único?

Já agora em relação à questão do pagamento único, o Sr. Secretário acaba de acusar as bancadas da oposição que utilizam a agricultura, instrumentalizam a agricultura para debate única e exclusivamente político partidário.

Então eu pergunto-lhe, Sr. Secretário: há 3 anos, quando o CDS trouxe a esta Casa uma iniciativa responsável para se passar a indexar a ajuda à produção, não à quantidade, mas sim a um valor indexado ao melhor ano da produção dos agricultores e foi chumbado pela bancada do PS...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** ... e passado um mês o Governo Regional faz uma cópia...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** ... malfeita da iniciativa, porque indexou o valor a 2015, quando há produtores que tiveram um mau ano em 2015, eu pergunto-lhe, foi por questões político-partidárias, Sr. Secretário?

Mas em relação ao preço do leite que se vem vangloriar de que houve um aumento de três cêntimos, aquilo que o Sr. Secretário se esqueceu de dizer foi que entre 2014 e 2016 o preço do leite baixou 10 cêntimos. Só recuperámos quatro. Portanto, o leite dos Açores continua a ser o mais mal pago da Europa.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!



**Deputado António Toste Parreira (PS):** Porquê?

**A Oradora:** Quando os nossos produtores modernizaram-se, como o senhor disse, quando os nossos produtores investiram em genética, como o senhor disse, quando os nossos produtores fazem um esforço acrescido para terem animais em pastagem em vez de os alimentarem com ração que produzem um leite de excelente qualidade e que continua ser o leite mais mal pago da Europa.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** O senhor e o seu Governo nunca conseguiram, em relação ao preço do leite, mitigar uma das maiores injustiças que é a enorme discrepância do preço do leite que é pago aos produtores nas diferentes ilhas e isso é que justifica a situação que a CALF chegou hoje, porque já há cinco anos, quando eu estava aqui no Faial a fazer campanha, as candidaturas do PS diziam que iam resolver o problema da baixa de entrega de leite com subsídios.

**Deputado André Bradford (PS):** O Governo não compra leite, Sra. Deputada!

**A Oradora:** Na altura, até fiz uma graça, uma piada, prefiro dizer assim. Na altura os produtores do Faial deixaram a fileira do leite e passaram a ser produtores de carne, porque a CALF pagava miseravelmente ao litro de leite e nunca esteve disponível para aumentar o pagamento aos seus produtores.

**Deputado André Bradford (PS):** Ó senhora, a gente não compra leite!

**A Oradora:** Já nessa altura, e porque o Faial tem uma situação de uma pastagem média de excelente qualidade, viraram-se para a produção de carne e eu até perguntei: como é que com um subsídio se vai poder começar a “ordenhar machos” de carne?

Portanto, Sr. Secretário, como é que vai resolver o problema da CALF no Faial? Não é só dizer que queremos incentivar o aumento da produção.

Já na altura, com todos estes indicadores, aprovou-se um projeto. O senhor não quer fazer estudos.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Quer, quer!

**A Oradora:** O Sr. Deputado António Almeida perguntou qual era o estudo viabilidade económica para a fábrica da CALF. Não quer fazer estudos.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Quer, quer!

**A Oradora:** Mas pergunto-lhe: quais eram os indicadores que tinham de viabilidade económica daquele projeto...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não tinham!

**A Oradora:** ... como pastorizador Tetra Pak brutal, só para pôr a funcionar um consumo energético para produzir vapor que nunca aquela fábrica poderia ser viável? Há um mínimo. Há um mínimo de rigor que a Região tem que ter na aprovação de projetos que são pagos com o dinheiro de todos nós. É o mínimo que se exige ao Sr. Secretário.

Já agora, em últimas declarações, e porque isto é a PAC no horizonte 2020, disse em declarações que a PAC deveria dar um contributo para a regulação das boas práticas entre os diferentes operadores na cadeia alimentar. Pergunto-lhe qual é o contributo do Governo Regional para que esta distribuição do valor acrescentado passe a ser mais equitativa e os produtores passem a receber mais e que esse valor acrescentado não fique só na distribuição. Qual é a sua estratégia, Sr. Secretário?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não tem!

**A Oradora:** É sistemático ouvir nos debates de agricultura nesta Casa o Governo Regional congratular-se que o PRORURAL+ na Região tem taxas de execução elevadíssimas.

**Deputado André Bradford (PS):** E é mentira?

**A Oradora:** E é verdade.

E sabe por que é que tem? O Sr. Secretário pelo menos isso deve saber, por que é que temos taxas de execução elevadíssimas. Sabem por que é temos de execução elevadíssimas?

É porque este tal estudo de viabilidade económica, na Região, para se aprovarem projetos do PRORURAL+, os indicadores de viabilidade económica exigem única e exclusivamente que se tenha a capacidade de pagar um ordenado mínimo e que para a viabilidade económica o nível de endividamento das explorações não é tido em consideração.

Portanto, em nome dos contributos que a Sra. Deputada Mónica disse que a bancada do PS sempre traz quando se faz um debate de agricultura,...

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Procuo trazer, como todos!

**Deputado Luís Maurício (PS):** Mónica Rocha, para não haver confusões!

**A Oradora:** ... pergunto-lhe: Sra. Deputada Mónica tem alguma opinião...

**Deputado Francisco César (PS):** Então não é preciso responder!

**A Oradora:** E vai dar a sua opinião e posso perguntar-lhe diretamente.

Qual é a opinião da bancada do PS em relação ao facto de se continuar a utilizar como indicador de viabilidade económica o salário mínimo e em vez disso se passar a utilizar o Valor Acrescentado Bruto?

Considera que os projetos no PRORURAL+ devem continuar a ser aprovados...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Isto não é uma interpelação ao PS, Sra. Deputada!

**A Oradora:** ... em explorações que já apresentam elevadíssimos níveis de endividamento?

E já agora, em relação à lei do arrendamento rural, sabe que o PRORURAL não o considera horticultura que é aquilo que a Sra. Deputada diz que é a sua praia.

Pergunto-lhe: está disponível para rever a Lei do Arrendamento Rural? E o que é que considera dos arrendamentos de campanha? Porque sabe que os agricultores quando querem fazer rotações de culturas, neste momento não conseguem arrendar porque o arrendamento é por 11 anos, e ninguém vai arrendar um terreno por 11 anos para fazer uma rotação de culturas.

Portanto, na opinião da bancada do PS, qual é a alteração que se deve fazer neste momento ao arrendamento local?

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(\*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, o Grupo Parlamentar do PSD e eu próprio não fizemos estudos rigorosamente nenhuns.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Já é habitual, não nos surpreende!

**O Orador:** Foi o Governo Regional. Tem sido o Governo Regional que promove a contração desses estudos.

Portanto, não sei porquê, na sua opinião não deveriam existir estudos de base nem nenhum tipo de estudos para sustentar as suas decisões. Portanto, não estamos aqui a emitir opinião por nenhum estudo nosso. O que estamos a dar nota é que o Sr. Secretário nem olha para os estudos que o Governo encomendou.

Na verdade, tudo o que dissemos aqui, as respostas, a estratégia, constam de pelo menos três estudos que o Governo encomendou. Portanto, eu sugeria ao Sr. Secretário Regional que olhasse também para esses estudos. Ao dizer que nós estamos preocupados com os estudos, acabou de o afirmar. Acabou de dizer que a Secretaria vai preparar um plano estratégico para o setor agrícola no âmbito da PAC.

O plano estratégico é o quê?

Não é um estudo sobre a situação atual e perspetivas futuras?

O Sr. Secretário acabou de dizer que nas últimas semanas está a promover um estudo de viabilidade. Não é um estudo?! Então o que é que é um estudo?

**Deputado Carlos Silva (PS):** É aquilo que o PSD não fez ontem!

**O Orador:** Um estudo não é mais do que olhar os números, compatibilizá-los com a realidade...

Ó Sr. Deputado Carlos Silva, eu também ouvi no seu aparte referir que os agricultores é que têm que saber...

**Deputado Carlos Silva (PS):** É o mesmo que o PSD não fez ontem!

**O Orador:** Sr. Deputado, eu ouvi nos seus apartes há pouco que também achava que os agricultores é que têm que saber quanto é que custa produzir um litro de leite.

**Deputado Carlos Silva (PS):** É natural que saibam!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** Eu não sei se o Sr. Secretário Regional ligou ao Presidente Francês a saber o que é que o levou a fazer um estudo...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Eu não percebo francês!

**O Orador:** ... sobre o custo por litro de leite.

O que eu acho é que a realidade de cada ilha, quer ao nível da produção, quer ao nível da transformação, exige estudos de caracterização, estudos de viabilidade para que sejam tomadas decisões e os erros que têm sido cometidos têm sido todos com base na ausência de estudos e na verificação da viabilidade.

**Deputado André Bradford (PS):** Estamos à espera do estudo do Gabinete do PSD!

**O Orador:** Diz o Sr. Secretário Regional, aumento do rendimento? Perde-se oito cêntimos por litro de leite, a Região deixa de faturar em receita, 49 milhões de euros, e o rendimento melhorou?

Então, nos dados disponíveis publicados pelo Governo Regional, o valor da comercialização dos produtos lácteos, em 2014, eram 289 milhões de euros, em 2015, 285 milhões, em 2016, 281 milhões, e em 2017, 221 milhões, menos 67 milhões, menos 23%. O senhor acha que o rendimento na fileira, quer na indústria, quer da produção, melhorou?

Olhe, isto aqui não são estudos, são os vossos números. Os números que estão publicados, só que estão trabalhados. E o Sr. Secretário devia olhar para esses números, refletir se a sua estratégia para a fileira do leite se é consequente ou não?

E a nossa preocupação agora, relativamente a pós 2020, é que se o Sr. Secretário não capaz de tomar de decisões consentâneas com a realidade agrícola de 2018, como é que vai preocupar-se com o pós 2020, se o senhor nem sabe que caminho é que vai percorrer? Isso é que é a nossa preocupação. É essa a preocupação do PSD.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ó António, não te corre nas veias, mas respiras agricultura!

(\*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu já estava à espera desta intervenção. O Sr. Deputado já começa a ser muito previsível.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É sinal que foi estudar as anteriores!

**O Orador:** A sua preocupação foi focada na minha pessoa, na minha insignificância, na minha influência, no meu peso político. Enfim...

**Deputado Carlos Silva (PS):** É repetitivo!

**O Orador:** Foi uma preocupação em denegrir a imagem do Secretário da Agricultura. Muito bem, é uma legitimidade que tem, política.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O senhor também tem essa legitimidade, faz comentários às intervenções dos outros, mas é no Facebook!

**O Orador:** Agora eu diria, e para não perder muito tempo com a sua intervenção, que o seu contributo para o debate do futuro da PAC, para o futuro

da agricultura dos Açores e para o futuro da agricultura do Corvo, foi muito insignificante.

Também dizer que, sinceramente, esperava mais e gostava de ouvir aquilo que são as propostas do PPM em relação à agricultura do Corvo e os contributos que pode dar ao Governo neste sentido.

Sra. Deputada Graça Silveira, o crescimento que se registou na produção de leite em São Miguel não se deveu à UNILEITE. Está muito enganada. Aliás, o aumento da produção de leite em São Miguel, o ano passado, não se deveu à UNILEITE. A produção de leite...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Ah não! É a única fábrica que não põe entraves à entrega!

**O Orador:** Sra. Deputada, a BEL não tem limites à produção e até uma empresa...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Tem contratos individuais! Sr. Secretário, a mim não!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** Deixe-me falar!

Aumentou a produção. A produção global foi 3.63%; a INSULAC foi 3.65%; a PROLAT 4.9%.

Eu não estou aqui a fazer a defesa da UNILEITE. A UNILEITE até cresceu 0.7%. Portanto, foi aquela que menos cresceu.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Todas as outras fábricas têm contratos individuais!

*(Diálogo entre a Deputada Graça Silveira e o Deputado Francisco César)*

**O Orador:** Assim não se consegue falar.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** A questão do preço do leite já foi dito aqui. De facto, houve uma situação grave do preço do leite. Nós perdemos rendimento. O que eu disse foi que o Governo trabalha para melhorar o rendimento dos agricultores. Nós perdemos, a Região perdeu, o setor perdeu naturalmente muitos milhões de euros. É natural, houve uma crise. O Governo deu respostas positivas. Enfim, não me vou repetir.

Agora, o que importa é olhar para o futuro e o para o futuro nós estamos a trabalhar no sentido de melhorar o rendimento dos agricultores.

Em relação àquilo que é o futuro da PAC e às questões que o Sr. Deputado colocou aqui muito em concreto, eu devo dizer o seguinte: neste momento, o que acontece ao nível da Comissão e em relação à PAC, já são conhecidos os eixos estratégicos.

Neste momento, não são conhecidos quais são os objetivos, quais são as metas a atingir, não é conhecida qualquer informação sobre esta matéria, e o programa operacional só é apresentado no próximo ano.

Portanto, nós temos aqui um período de mais de um ano para trabalharmos com o setor, para trabalharmos com os agricultores, para ouvirmos os técnicos, para, no fundo, definirmos aquilo que é o nosso plano de ação para os próximos sete anos da futura PAC.

Eu reconheço e nós já fizemos essa reflexão interna ao nível do novo POSEI, e já começámos a fazer essa reflexão com a própria Federação, que é preciso alterar, que é preciso fazer alterações, alterações no sentido de ir ao encontro das questões da qualidade, de ir ao encontro a um maior rigor na avaliação e nos critérios dos projetos de investimentos.

Portanto, são tudo matérias que já identificámos e que já estamos a trabalhar para apresentar uma boa proposta em relação à PAC.



Agora, neste momento, quando não se conhece os montantes, e naturalmente os montantes que vão ficar disponíveis para a PAC, pode naturalmente condicionar as opções e as políticas.

Quando não são conhecidas as metas a atingir, algumas daquelas questões que o Sr. Deputado colocou neste momento vão ficar sem resposta, porque não é a altura para dar a resposta.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Nunca é a altura! Ou é cedo demais ou é tarde demais! Impressionante!

**O Orador:** Naturalmente a seu tempo esses assuntos vão voltar aqui e deverão ser debatidos em outros locais. Aliás, o processo que se iniciou de auscultação dos agricultores, recentemente, na semana passada na Ilha de São Jorge e que se vai estender para todas as ilhas, é também um contributo importante do setor. Ouvir o setor, ouvir os próprios agricultores, que estão a trabalhar todos os dias para o desenvolvimento do seu trabalho e desta importante fileira, naturalmente vai ser um contributo importante. E naturalmente o Parlamento, todas as entidades privadas, para termos um bom programa.

Agora o que é preciso é não desconcentrar e pensar que até lá temos que continuar a trabalhar e é para isso que estamos a trabalhar no sentido de ter ainda uma excelente execução do atual Quadro Comunitário de Apoio para termos um ponto de partida mais favorável em relação ao futuro.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(\*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para deixar aqui nota relativamente ao desafio que me fez para nos pronunciarmos sobre a situação do Faial.

Deixar nota ao Sr. Secretário Regional do seguinte: estava o Sr. Secretário Regional na altura no exercício de funções na Direção Regional das Obras Públicas, estava eu trabalhando na Associação Agrícola de São Miguel;

Estava o Sr. Engenheiro João Ponte na Câmara Municipal da Lagoa, estava eu na Associação Agrícola de São Miguel e posterior na Cooperativa Agrícola do Bom Pastor;

Estava o senhor a presidir à Atlânticoline, estava eu na gestão da Cooperativa Agrícola do Bom Pastor.

Portanto, o meu percurso tem sido associado e o meu desempenho tem sido dedicado à gestão de associações e cooperativas.

Já agora, o grande desafio que se coloca é o seguinte:

Independentemente da dimensão das organizações, sejam associações ou cooperativas, que dependem da dimensão ou das características da ilha e do local onde estão inseridos, eu desafiava já o Sr. Secretário Regional a organizar e a propor ou a implementar um programa de reestruturação financeira das cooperativas e das Associações Agrícolas dos Açores e dos Jovens Agricultores, atribuir-lhes tarefas que são importantes em termos de prestação de serviço público, tarefas essas que em outros países já são executados na privada, fazê-lo em cada uma das nossas ilhas, desafiar as Associações e as Cooperativas a esse papel, com financiamento público e com fundos comunitários, em vez do Sr. Secretário Regional e dos diversos governos fazerem aquilo que fazem, o subsídio avulso.

O subsídio avulso é, consoante a cara do cliente e a circunstância em que ele se encontra, é atribuído um determinado valor ao abrigo de um diploma Regional ser selado.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Espelho, meu, espelho meu!

**O Orador:** Isso é que tem que acabar.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Gostava de saber a opinião do Jorge Rita sobre isso!

**O Orador:** Isso demonstra também que o Governo que desafia o PSD a dizer o que é que pensa sobre a CALF e sobre os lacticínios no Faial, quando os Governos é que foram responsáveis pela situação que criaram, nós desafiamos o Governo a que olhe em tempo útil para o apoio às organizações, sejam elas responsáveis pela transformação ou não.

Na verdade, o Governo não tomou nenhuma decisão relativamente ao Faial, nem relativamente à produção, nem relativamente à CALF, e esse vazio é que faz com desafie o PSD a se pronunciar sobre isso.

Não, Sr. Secretário, o senhor está enganado. Eu tenho, e nós temos, ideias formadas sobre essa matéria há muitos anos.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Há muitos anos!

**O Orador:** O senhor é que está desafiado agora a provar aquilo que vale, e o senhor como não sabe que caminho é que há de trilhar, porque não tem soluções para a Ilha do Faial. Isso é que é a evidência, mas meu caro Secretário Regional, o seu percurso também não lhe permitiu chegar a essa altura em fase de tantos desafios...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Isso fica-lhe mal, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... e em fase do futuro da política agrícola e da fileira do leite e dos lacticínios de conseguir tomar decisões sobre essa matéria.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Eu tenho que lhe dizer:

Aquelas críticas que eu lhe fiz, foram aqui feitas frontalmente como eu faço sempre. Frontalmente!...

V. Exa., por sua vez, já o vi fazer críticas no Facebook a diversos membros da oposição...

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sim, sim!

**O Orador:** ... que são inenarráveis, mas as críticas que eu lhe faço é aqui.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Isso é censura!

**O Orador:** Sim, sim. Tenho cópia dessas referências.

O que lhe quero dizer, Sr. Secretário...

*(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** Sr. Secretário, o senhor perguntava-me o que é que eu fiz. Eu não tenho muito tempo para lhe dizer o que é que eu fiz. Vou apenas dar-lhe alguns itens. Olhe, uma das coisas que eu fiz no Corvo foi acabar com o “turismo” da médica dentista que lá se encontrava. Esse foi um dos contributos que dei logo no início do seu mandato, com a conivência de V. Exa..

Outra coisa que eu fiz tem sido insistir com V. Exa. e com os que o antecederam no sentido de ser necessário de criar as condições para que a produção de leite possa aumentar na ilha do Corvo, que é algo que já foi verificado em todos os relatórios. É uma produção baixa.

Portanto, as medidas que têm sido implementadas não têm funcionado. Tenho insistido com V. Exa..

Outra coisa que fiz e que posso anunciar já que me chamou a debate (vou provocar-lhe uma sessão de perguntas na próxima sessão)...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado...

**O Orador:** Só agora é que estou a começar, Sra. Presidente...

*(Risos dos Deputados da câmara)*

**Presidente:** Mas já esgotou o seu tempo, por isso não lhe posso dar muita tolerância.

**O Orador:** Não posso dizer muitas mais coisas, mas posso já anunciar uma sessão de perguntas em relação a este plano de vantagens competitivas de uma estratégia comercial que associe produção em pastagem em relação às condições de reserva da biosfera da Ilha do Corvo, entre outras, em que o senhor ainda não fez nada. Esse é outro contributo.

Para terminar, deixe-me dizer-lhe o seguinte:

A nível regional tenho muitos outros contributos, que não tenho agora tempo (a Sra. Presidente não me deixa, porque eu também não tenho tempo, exatamente) para lhe poder dizer. Mas deixe-me dizer-lhe o seguinte:

Daqui podemos sintetizar que a nossa agricultura é boa, que o nosso leite é excelente. Ninguém contesta isto!

A nossa carne é boa, os nossos agricultores são extraordinários. Então qual é o problema?

**Presidente:** Tem que terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** Qual é o problema?

O problema, digo-lhe, Sr. Secretário, são todos os Secretários da Agricultura, desde o atual Presidente Vasco Cordeiro até V. Exa..

Vs. Exas. é que são o problema da agricultura dos Açores.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Bem dito!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

(\*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O setor do leite é sem dúvida o setor fundamental nos Açores,...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Para o Pico!

**O Orador:** ... para o Pico em particular, e muito bem, ainda bem que recorda isso.

A melhoria do rendimento dos produtores é, sem dúvida nenhuma, uma premissa que deve unir todos os partidos e devemos desenvolver o que for preciso para atingir esses objetivos.

Foi pena, ou só apenas uma constatação perceber que o responsável pelo Gabinete de Estudos do PSD veio a esta Casa dizer que o PSD não faz estudos. Também não deixa de ser interessante.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Mas também deve ser uma evidência de que o que vale é que os senhores devem-se basear nos estudos feitos pela Associação Agrícola da Ilha do Pico, estudos de 93/94. Portanto, deve ser com base nesses estudos que os senhores desenvolvem a sua atividade e ainda vêm aqui a esta Casa falar na falta de estratégia.

Eu gostava de recordar, porque tive o cuidado de pesquisar, uma Comissão de Economia que se deslocou à Ilha do Pico e que fez um conjunto de diligências. Reuniu com diversas entidades, nomeadamente com a Associação Agrícola da Ilha do Pico. Deixe que cite o que é que essa estrutura de agricultores da Ilha do Pico disse:

**Deputado Francisco César (PS):** Quem era o Presidente da Associação Agrícola?

**O Orador:** “A Associação de Agricultores da Ilha do Pico diz que os produtores vivem num clima de alta subsistência económica, em virtude dos atrasos no pagamento de leite socorrendo-se da produção de bovinos de carne para minimizar essa situação”.

**Deputado Francisco César (PS):** 94?

**O Orador:** Estamos a falar em 94.

“Estamos a falar de uma dívida de mais de 110 mil contos”...

**Deputado Francisco César (PS):** Quem era o Presidente da Comissão?

**O Orador:** ... e diz que “a constituição da cooperativa LACTOPICO surge do entendimento que um grupo de agricultores associados da Associação Agrícola da Ilha do Pico, na qual aposta no futuro da produção de leite”.

Imagine-se que essa associação, num documento anexo remetido também para esta Comissão diz o seguinte:

“O documento entregue na Comissão de Economia da ALRAA, afirma da necessidade da construção de uma nova unidade para absorver 8 a 10 milhões de litros de leite e o máximo 60 mil por dia”, mais do que aquilo que a LACTOPICO produz.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Quem era o Presidente?

**Deputado Francisco César (PS):** Quem era o Presidente dessa Associação?

**O Orador:** O Presidente da Associação Agrícola da Ilha do Pico nesta data era o Deputado Duarte Freitas e o Presidente da Comissão de Economia era o Sr. Deputado António Almeida.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

Eu concluo a minha intervenção citando aquilo que o Sr. Deputado disse: “temos ideias formadas sobre isto há muitos anos”.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado António Almeida está inscrito. Dispõe apenas de um minuto.

Eu vou permitir que o Sr. Deputado fale e vou pôr à consideração da câmara, se houver mais inscrições, porque se não houver... Há ainda para participar no

debate? Se há então inscrições, retomamos então às 15H00 para continuarmos os nossos trabalhos.

Sras. e Srs. Deputados, vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de informar os tempos restantes.

**Secretário:** O Governo Regional dispõe de 1 minuto e 55 segundos, o Partido Socialista de 16 minutos e 33 segundos, o PSD de 1 minuto, o CDS de 2 minutos e 48 segundos, o Bloco de Esquerda de 4 minutos e 40 segundos, o PCP de 5 minutos e 32 segundos e o PPM esgotou o seu tempo.

**Presidente:** Continuamos então o debate à tarde. Um bom almoço para todos. Regressamos às 15H00.

*Eram 13 horas e 03 minutos.*

*(Após o intervalo o Deputado Jorge Jorge foi substituído na Mesa pelo Deputado Bruno Belo)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

*Eram 15 horas e 29 minutos.*

Vamos então continuar com o debate. Está inscrito o Sr. Deputado António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Prescindo, Sra. Presidente.

**Presidente:** Prescinde. Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



Chegado a este ponto do debate, em primeiro lugar, Sr. Secretário, eu desafio o Sr. Secretário, em nome da seriedade política, sentado nessa bancada do Governo, a dizer hoje, aí, aos produtores de São Miguel, que a partir hoje...

**Deputado Francisco César (PS):** Não estávamos em São Miguel!

**A Oradora:** ... podem todos entregar a quantidade de leite que quiserem nas fábricas de São Miguel porque não existe limite à produção, que não serão penalizados.

Eu afirmei que a única fábrica que não tinha controlo à entrega de leite era a UNILEITE. O senhor veio desmentir-me.

**Deputado Francisco César (PS):** Não desmentiu isso!

**A Oradora:** Portanto, eu quero que o senhor afirme, da bancada do Governo, que os produtores de leite de São Miguel que não entregam na UNILEITE, a partir de hoje podem entregar a quantidade que quiserem porque não há limite à produção e não serão penalizados. Em nome da seriedade é este o desafio que lhe deixo aqui.

Ainda não me respondeu qual é que é o contributo do Governo Regional para regular as boas práticas entre os diferentes operadores na cadeia agroalimentar de forma a garantir que haja uma distribuição mais equitativa do valor acrescentado e que os produtores possam beneficiar desse valor acrescentado, quais os contactos institucionais que o Governo Regional já fez com outros países de forma a conseguir encontrar mercados alternativos para a exportação dos produtos dos Açores, já que a LACTAÇORES que os senhores criaram a única coisa que serviu até hoje foi para tentar compensar o endividamento e a falência das cooperativas que foi criada inicialmente exatamente para a comercialização dos produtos lácteos e nesse sentido a única coisa que fez foi vender a “joia da coroa”, o queijo de São Jorge, como produto de marca branca, nas superfícies do continente.

**Deputado Francisco César (PS):** Mas não é o Governo que vende!

**A Oradora:** Quanto à Sra. Deputada Mónica Rocha pois o seu silêncio é muito esclarecedor quanto aos contributos que a bancada do PS tem para contribuir para o debate...

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Não seja apressada! Devagarinho e sempre! Ainda temos tempo, vou-lhe satisfazer esse capricho!

**A Oradora:** ... do que é que queremos para a agricultura dos Açores, qual é o vosso pensamento em relação à fileira do leite.

Portanto, o seu silêncio demonstra qual é o contributo da bancada do PS, ou seja, nenhum.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

(\*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na minha intervenção inicial eu falei da agricultura que nós tínhamos antes da entrada ou da adesão de Portugal à CEE, o durante e o depois.

Era para percebermos que nós, Região, partimos muito atrás e o nosso esforço teve de ser enorme.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sempre a mesma coisa!

**O Orador:** Aliás, se assim não fosse, o que estamos hoje aqui a discutir certamente não seria possível. Hoje é que temos as estatísticas, hoje é que temos os dados e hoje podemos comparar aquilo que fizemos, aquilo que estamos a fazer com os outros países da Europa.

Foi graças a esse esforço, a essa transformação que hoje é possível discutirmos aqui estes números porque anteriormente não seria possível.

O Sr. Deputado António Almeida quando se refere ao Sr. Secretário, das suas visitas, da simpatia, não sei qual é o sentido. Está no seu direito de o fazer.

**Deputado António Almeida (PSD):** É com gosto!

**O Orador:** É esse mesmo. Então muito bem!

Eu gostava de lhe dizer que essas visitas são importantes e devem ser feitas (e muito bem) às Associações.

**Deputado António Almeida (PSD):** E eu também faço!

**O Orador:** O senhor faz e nós também fazemos (e muito bem).

O Sr. Secretário o que tem feito nessas visitas, com a preocupação de resolver os problemas, aquilo que acha, aquilo que entende a fazer, só assim é que é possível, mas, no entanto, é criticado por essas mesmas visitas, foi o que o senhor acabou aí de dizer.

**Deputado António Almeida (PSD):** Não, não! Na falta de decisão!

**O Orador:** Possivelmente, se o Sr. Secretário não fizesse essas visitas o senhor criticava da mesma forma, ou seja, dizia que o Sr. Secretário está sentado na cadeira e não se levanta...

**Deputado António Almeida (PSD):** Levanta-se, levanta-se!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Era o melhor que fazia, ficar sentadinho na cadeira!

**O Orador:** ... e não fala com os produtores. É essa a realidade dos factos.

O Sr. Deputado falou ali numa coisa que eu considero lamentável, até por aquilo que conheço de si, acho que o senhor não pensou bem naquilo que disse, quando disse que o Governo distribui subsídios avulso. Isso não é verdade, Sr. Deputado.

Não há subsídios distribuídos avulso. O senhor sabe tão bem quanto eu que há apoios à perca do rendimento e se esses apoios à perca do rendimento não existissem todos nós pagaríamos muito mais pelos produtos agrícolas. É essa a realidade dos factos.

O senhor quando está a dizer que são distribuídos subsídios avulso não está a ter consideração, nem respeito pelos agricultores desta Região, o que é lamentável.

Relativamente à estratégia, o senhor insiste que o Governo não tem estratégia, que o Governo não faz, que o Governo não acontece... Eu também na minha intervenção disse que o Governo tem uma estratégia e que essa estratégia tem a ver com o Governo, com as Associações dos Produtores, com os próprios produtores, com a indústria e com as empresas do setor.

O senhor também quando ataca o Governo a dizer que não tem uma estratégia,...

**Deputado António Almeida (PSD):** Eu não ataco o Governo!

**O Orador:** ... ou então quando diz que o Governo não tem uma estratégia, está a dizer que o Governo não está a fazer bem as coisas, neste sentido em penso que o senhor também está a pôr mal todos aqueles que fazem parte dessa mesma estratégia. Não está a ter nem respeito, nem consideração pelas associações novamente, pelos produtores, pela indústria, por todas essas pessoas. Essa é que é a realidade.

**Deputado António Almeida (PSD):** Não é verdade, Sr. Deputado!

**O Orador:** Foi o que o senhor disse.

Quando o senhor está a dizer que não há estratégia está a dizer que o Governo não tem estratégia e todos aqueles que fazem parte da estratégia também certamente não têm.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** É lamentável que se pense assim!

Tantos estudos!... Claro que os estudos têm que ser feitos, é importante e hoje em dia cada vez mais, inovar. Tudo isso é importante e estamos plenamente de acordo.

Agora, olhando para a proposta, para o projeto de proposta do Programa do PSD há pouco tempo atrás, em 2016, ainda não tem dois anos, e ouvindo todas as questões que o senhor colocou, quer da tribuna, quer daí, olhando para aquilo

que eu tenho à minha frente, o senhor não encontra resposta para quase nada daquilo que perguntou.

**Deputado André Bradford (PSD):** Muito bem!

**Deputado António Almeida (PSD):** Mas concorda comigo ou com o programa?

**O Orador:** Ou seja, a sua estratégia ou a estratégia do PSD, daquilo que o senhor fala da tribuna ou daí, não condiz com aquilo que está aqui escrito no vosso programa. É praticamente nada!

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Relativamente ao custo de produzir um litro de leite, isso é um mito do PSD,...

**Deputado António Almeida (PSD):** Não é verdade!

**O Orador:** ... que já vem do Sr. Deputado António Ventura e o senhor insiste no erro.

O custo de produzir um litro de leite, no meu entender, e vou provar, penso eu, é um mito do PSD que já vem do Sr. Deputado António Ventura, que dizia isso nesta Casa e o senhor insiste.

O senhor sabe perfeitamente bem que não é possível calcular quanto é que custa produzir um litro de leite. Uma coisa é ter uma estimativa, outra coisa é definir quanto é que custa o preço do leite.

**Deputado António Almeida (PSD):** É preciso saber!

**O Orador:** Eu posso dar aqui um exemplo muito simples: na mesma ilha, uma exploração com 50 vacas, que tenha o seu próprio empresário e um empregado, e a outra que tenha as mesmas vacas, o empresário e dois empregados, uma que tenha um trator e menos um trator,...

**Deputado António Almeida (PSD):** Estava bonito se fosse assim!

**O Orador:** ... uma que tenha uma terra alugada e outro que não tenha terra alugada, tudo isso faz a diferença.

Agora todos nós sabemos, o senhor sabe, a maioria das pessoas aqui sabe e os produtores sabem que o leite não está pago como nós queríamos e como deve ser e como seria justo, mas também sabemos que se ele tiver entre os 30 e 30 e poucos cêntimos, que isso é aquilo que eles entendem que é o preço para fazer face às despesas.

Portanto, não conseguimos fazer essa diferença. Para fazer essa diferença só uma empresa que faça a contabilidade dessa mesma exploração, uma empresa que tenha uma escrita organização, é que poderá detetar esses custos. O senhor vai ver que na mesma ilha vai ser tudo muito desigual e de ilha para ilha ainda bem mais diferente.

O preço de leite pago à produção é baixo. Ora todos nós sabemos.

Eu próprio ali disse isso. Não estamos contentes e o senhor não está. Todos nós não estamos contentes.

**Deputado António Almeida (PSD):** Menos o Sr. Secretário!

**O Orador:** O produtor ainda mais, porque é ele que sente isso.

Agora há aqui várias razões, não podemos só pôr a razão que tudo tem que mudar, o valor acrescentado, novos produtos. Tudo isso é verdade, e tudo isso queremos. Agora isso tem que continuar. Isso não era ontem e hoje. É ontem, hoje e amanhã. É sempre!

Com o mundo moderno que nós temos hoje, a mudança é constante.

Hoje o senhor fala em estudos e o senhor sabe tanto bem como eu que só se pode fazer um estudo para daqui a cinco anos, mas daqui a um ou dois ele já caiu por terra, ele já não serve, porque tudo já mudou. Eu penso que será assim. Então se nós tínhamos as quotas leiteiras como tínhamos, tínhamos um preço até razoável para o leite.

**Deputado António Almeida (PSD):** Então tinham contas!

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Quotas, não era contas!

**O Orador:** Com o fim das quotas leiteiras, claro que prejudicou claramente essa situação. E quem é o responsável da abolição das quotas leiteiras? Somo nós, aqui? Nós não fomos contra a abolição das quotas leiteiras? A Europa não é que é culpada?

Mas eu não ouvi ninguém dessa bancada dizer isso, mas é importante dizer isso para se perceber o primeiro responsável por essa situação.

O que é que compete a nós?

Lutar e fazer tudo o que é possível, tudo o que está ao nosso alcance para inverter essa situação,...

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... embora seja ela difícil.

Temos aqui no meio disso tudo mais duas situações que não são de hoje, mas são de algum tempo. A LACTOGAL, o senhor sabe tanto bem quanto eu, que domina o mercado de leite nacional, na ordem dos 80%. Logo temos aqui o lobby que praticamente controla o leite todo, o que é muito mau e perigoso para a agricultura.

Temos uma outra situação que é a grande distribuição que domina o mercado todo nacional (não é?) e que esmaga o preço do leite.

Essas razões que eu aqui invoquei o senhor não foi capaz de invocar,...

**Deputado António Almeida (PSD):** Estão na minha intervenção!

**O Orador:** ... porque é mais fácil dizer que o Governo é que não faz, que o Governo é que não tem estratégia. É sempre mais fácil assim.

**Deputado António Almeida (PSD):** Está na minha intervenção essas soluções!

**O Orador:** Se queremos discutir com seriedade, aquilo que eu estou aqui a dizer o senhor sabe que eu tenho razão, tinha-o dito da mesma forma, mas o que está na sua presença ou aquilo que tem em mente é o Sr. Secretário não faz, ou o Sr. Secretário passeia, não trabalha. Isso não é verdade e não é justo que o senhor diga isso.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Os preços baixos!...

**Deputado António Almeida (PSD):** É verdade!

**O Orador:** É verdade que eles são baixos, mas o preço dos nossos produtos a gente reconhece. O que está mal reconhecemos. Os senhores é que não são capazes de reconhecer o que está bem. É essa a grande diferença.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Os preços baixos!... Os nossos produtos sempre tiveram o preço mais baixo do que o continente.

**Deputado António Almeida (PSD):** Não! Nem sempre!

**O Orador:** Sempre tiveram, sim senhor! Cinco, seis e sete cêntimos.

Em 2013/2014, é que estiveram iguais. E sabe porquê? Não sabe por que foi? Porque houve uma grande procura no mercado e quando há procura em relação à oferta é lógico que os preços ficam melhores.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Também era importante que o senhor dissesse isso, mas o senhor não disse.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Agora em relação ao rendimento do produtor e à sua preocupação (eu percebo que é sua e acredito sinceramente que é de todos nós), se quisermos fazer um outro raciocínio, o senhor pega nos seus números e eu pego nos meu e penso que eles são iguais.

Em 2012, a produção atingiu os 565 milhões de litros de leite e o montante de 164 milhões de receita.

Em 2017, o ano passado, chegou quase a 611 milhões de litros...

**Deputado António Almeida (PSD):** Passou dos 601!

**O Orador:** ... e a receita foi quase 169 milhões,...

**Deputado António Almeida (PSD):** E o rendimento foi mais baixo!



**O Orador:** ... o que quer dizer que 2012 para 2017 há um aumento significativo. Embora o preço do leite tenha sido mais baixo a receita foi maior. Vai-me dizer que foi à custa da produção, mas a receita foi maior e essa é que foi a diferença, e a receita maior são quase 5%. Isso também o senhor não disse, mas o senhor sabe que é assim.

**Deputado António Almeida (PSD):** Receita e rendimento não são a mesma coisa!

**O Orador:** Há uma outra coisa que o senhor também não diz: a evolução que nós tivemos. Eu disse ali: a genética animal, a sanidade animal.

Então, os parâmetros do leite, os pontos positivos e os negativos. Nós partimos de 2007 e 2008 para 2018 numa percentagem muito baixa.

Eu tenho aqui pontos negativos, 0,4; 1; 0,46. Estamos quase nos 9 pontos positivos. Por que é que isto se fez?

Tem a ver com o grande investimento que foi feito na questão das vacas, ou não foi assim?

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Devia aumentar os impostos!

**O Orador:** Quem é que tratou, quem é que ajudou, quem é que colaborou para erradicar a brucelose como temos hoje? Não foi com a aposta do Governo? Mas o senhor não disse isso.

**Deputado António Almeida (PSD):** E dos produtores!

*(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)*

**O Orador:** Vou esperar que ela se cale, senão isto não é fácil. É uma coisa...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados... Sr. Deputado António Toste Parreira, pode continuar.

**O Orador:** Sra. Presidente, eu até percebo que haja apartes, agora eu estar aqui a falar e a Sra. Deputada Graça estar aqui a interferir, é difícil. Eu respeito

quando a Sra. Deputada fala. Eu gostava que ela também me respeitasse. Era só isso.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** A gente aqui trata das coisas a sério. Lá fora brincamos.

Aqui tratamos a sério. Não basta dizer que é para tratar a sério. Tem que se dizer e tem que se comprovar. Foi isso que os outros partidos da oposição não fizeram. É essa a verdade dos factos.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** À moda do PS, a sério: qual é a sua proposta?

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** Em 2015, os produtos lácteos atingiram 336 milhões de euros, passou para 385 em 2016. O que é que isso quer dizer? Tem que haver aumento de produção.

Então se a gente tem um valor e temos outro maior é porque aconteceu aqui alguma coisa. E depois todos aqui sabemos, mas tenho que referir, que o setor primário regional representa cerca de 12% do emprego nos Açores e o setor agrícola ainda representa 9% do PIB regional. Isso são dados importantes e que devem ser relevados nas alturas certas e por todos, não só por uns.

Relativamente a vender os produtos no mercado nacional, claro que temos que ter outras alternativas. Termos um mercado só, nunca será o melhor, o negócio assim o diz. No mínimo temos que ter duas alternativas, mas quantas mais tivermos melhor.

Vender fora de Portugal, melhor. Mas o senhor deve saber tanto bem como eu que não é fácil,...

**Deputado António Almeida (PSD):** Não, não é fácil!

**O Orador:** ... porque se fosse fácil já se tinha feito.

Agora a margem que nós temos no mercado nacional ainda é muito grande e vantajosa e eu posso referir aqui.

Portugal importa 286 mil toneladas de produtos lácteos. É um bom mercado para nós.

O que é que nós precisamos aqui?

Também em parte, sem querer aqui ofender ninguém, nem criticar ninguém, saber vender melhor os nossos produtos, mesmo naquele mercado, porque é o nosso maior mercado e a partir daí ter vantagens e se calhar partir para outro mercado, porque nós vendemos no mercado nacional cerca de 75% da nossa produção e não conseguimos 75% da nossa produção do mercado nacional para um outro mercado qualquer.

Portanto, é um ponto de partida e acho que devemos valer por isso.

Ao nível do queijo, também Portugal importa cerca de 54 mil toneladas de queijo. É um mercado favorável para nós. Agora, claro, é importante vender bem, compete a quem o faz, e isso é que deve acontecer.

Portanto, resumindo e terminando, a lavoura dos Açores, ou a agricultura dos Açores tem tido uma evolução muito grande, e penso que o Sr. Deputado António Almeida compreende isso. Não foi fácil.

Estávamos muito atrasados, antes da entrada de Portugal na CEE, em relação à Europa, é um facto e o nosso esforço foi maior. Tivemos que correr muito para acompanhar os outros. E é como eu disse aqui: no passado não discutimos aqui essa estatística, se estava mais, se estava menos, se era bem, se era mal. Hoje isso é possível. Porquê? Pelo trabalho que foi feito.

Esse trabalho não se deve ao Governo. É ao Governo e aos parceiros.

Quando fizermos uma coisa em conjunto temos que assumir tudo em conjunto para o bem e para o mal.

Por isso é que eu digo que quando o senhor fala mal e quando diz que o Governo não tem estratégia...

**Deputado António Almeida (PSD):** Eu não falo mal!

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Não é falar mal! São opiniões divergentes!

**O Orador:** ... está a falar mal do Governo e está a falar mal daqueles que fazem parte da estratégia.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa de momento não tem inscrições. Pergunto se há inscrições para a participação no debate?

Sr. Deputado é para participar no debate? Não é para participar no debate, é para fazer o encerramento. Então eu pergunto ao Governo, que dispõe ainda de dois minutos, se quer utilizar o tempo para encerrar da sua parte o debate? Então tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao encerrar este debate pelo Governo, ficou claro que temos enormes desafios para vencer na agricultura, no imediato e no pós 2020.

Estamos a sair e a recuperar da maior crise do setor leiteiro nos últimos 20 anos, provocada por uma situação conjuntural e externa, uma crise que veio de fora para dentro. Na altura o Governo criou medidas específicas para minimizar esta situação, medidas que tiveram efeito no rendimento dos agricultores.

Continuamos ainda a sentir infelizmente os efeitos com a desregulação dos mercados, a grande concorrência dos preços na distribuição e a posição dominante na principal indústria a não permitir puxar para cima o preço do leite pago à produção.

Os agricultores souberam resistir e ao mesmo tempo continuar a produzir com qualidade.

Da parte do Governo foram disponibilizados e continuam-se a preparar importantes instrumentos para garantir melhores rendimentos para toda a fileira. Temos trabalhado em parceria com as associações, com as cooperativas, na afinação da estratégia que permita em cada momento dar as melhores respostas a este setor.

O Plano e Orçamento, o Programa do Governo, o ProRural, o POSEI e os diferentes programas de apoio ao setor, espelham bem a nossa estratégia para o futuro da agricultura nos Açores: melhorar os rendimentos e garantir a sustentabilidade deste setor.

A par disso e em parceria com o Centro Açoriano de Leite e Lacticínios estamos a trabalhar para disponibilizar outras ferramentas que permitem à indústria melhorar o seu desempenho nos mercados e abrir novos mercados; disponibilizamos meios financeiros para a inovação; apoiamos campanhas de notoriedade aos produtos lácteos dos Açores.

Queremos no futuro um setor leiteiro e de lacticínios ainda mais forte e sobretudo sustentável.

A futura PAC terá que continuar a dar resposta...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Secretário.

**O Orador:** Já termino.

... à modernização, à inovação e ao rejuvenescimento, à regulação das boas práticas comerciais, à redução de custos e à sustentabilidade deste setor.

Vamos ouvir os agricultores e trabalhar com eles e com os parceiros para em cada ilha desenvolver as melhores políticas para impulsionar o potencial endógeno de cada ilha.

Tudo iremos fazer para manter a atividade da produção de leite em ilhas como o Faial, Pico, Flores e Corvo para fixar essas pessoas e pela importância que tem para a economia rural destas ilhas.

A qualidade, a inovação, novos mercados, a valorização, mais que chavões, são desafios para os quais todos devemos estar mobilizados e que a próxima PAC terá que melhorar.

A nossa ação na PAC pós 2020 vai continuar a centrar-se na defesa, quer junto ao Governo da República, quer na Comissão Europeia, como já o fizemos, no último ano, por uma nova PAC que apresente soluções para as necessidades e para os desafios do setor e que já estão elencadas sem nunca perder de vista a boa execução do atual quadro para melhor estruturarmos o nosso setor produtivo dos Açores.

E para que não restem quaisquer dúvidas, e já terminando, Sra. Presidente, em relação ao nosso posicionamento, aos nossos argumentos e à nossa visão global sobre o futuro da PAC,...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Secretário.

**O Orador:** ... perante o Governo da República e o Governo Regional, farei chegar a esta Assembleia os contributos da Região para a revisão da PAC que foram desenvolvidos em parceria com os conselheiros do Conselho Regional da Agricultura e Florestas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Então agora para encerrar o debate, em nome do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida. Dispõe de cerca de um minuto.

(\*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Duas referências apenas no encerramento neste nosso debate de urgência.

Foi bom que o Deputado Miguel Costa tenha conseguido recuar no tempo 24 anos para dizer duas mentiras e uma verdade (duas e uma verdade!).

As mentiras têm a ver com o facto de eu nunca ter sido Presidente da Comissão de Economia, nem Presidente do Gabinete de Estudos do PSD.

Mas para relevar o aspeto positivo: é que há 24 anos já nós tínhamos a preocupação com o Pico em tempo útil, equacionada no tempo, com projeções equacionadas para a realidade do Pico e para as soluções que se enquadravam na diversificação e na valorização do Pico. Não foi isso que veio a acontecer posteriormente.

Terminando, para dar nota do seguinte:

Nós não podemos incorrer no erro de olhar para os dados estatísticos do crescimento em quantidade e confundir receitas com rendimento.

O que viemos dar nota aqui hoje num debate com preocupações pós 2020 vão no sentido de melhorar o rendimento quer da indústria, quer da produção, de olharmos para o mercado que pode acrescentar valor e fazer opções de política agrícola e de instrumentos financeiros com esse objetivo. Não é mais leite, nem mais produto lácteo. É melhor leite, é melhor produto lácteo e melhor valor.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Isso é uma visão global!

**O Orador:** É essa a razão pela qual há investimento e apoio ao rendimento.

Damos nota claramente que numa estratégia pós 2020 a Região tem que ter uma política agrícola regional independentemente dos fundos que virão, independentemente do debate nacional e europeu sobre a PAC pós 2020.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Nós temos que ter opções regionais, nem temos que esperar pelos fundos comunitários para fazer esse debate, porque aí é que mostra a diferença, que temos objetivos que sabemos quais são os instrumentos que precisamos e que opções queremos fazer por ilha. Esse debate, essa estratégia, continua a ser feita...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... e não precisa esperar por fundos comunitários.

O que nós trouxemos aqui é uma preocupação com essa visão.

A seu tempo, faça-se esse trabalho, o Governo que consiga modelar os instrumentos que tem ao seu dispor para dar resposta àquilo que são as necessidades de cada setor em cada ilha, de uma forma especial no setor do leite e de laticínios.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Concluimos o ponto três da nossa Agenda. Vamos avançar com os nossos trabalhos. Entramos agora no ponto cinco: **Projeto de Resolução n.º 67/XI – “Plano de ação para fazer face ao despedimento coletivo da COFACO”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Alerto a câmara de que foi entregue pelo PSD uma proposta de substituição integral. Já foi distribuída por todos e será sobre ela que incidirá o debate e depois a votação.

Para apresentar o Projeto de Resolução tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

**Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No Plenário de Janeiro o PSD Açores apresentou um Projeto de Resolução para que o Governo Regional implementasse um Plano de Ação para fazer face ao despedimento coletivo da COFACO. Apresentámos este plano porque o encerramento de uma unidade desta dimensão para a ilha do Pico não pode ser



encarado por quem quer bem à ilha, sem medidas extraordinárias para colmatar a hecatombe económica que por certo irá gerar.

Mas, para lá da hecatombe económica está a questão social. Os empregos diretos garantidos pela COFACO no Pico representam mais de 3% da população ativa desta ilha, ultrapassando os 7% se considerarmos só o concelho da Madalena. O despedimento coletivo do maior empregador privado da ilha irá ter como consequência imediata o aumento drástico e repentino da taxa de desemprego no Pico, afetando sobretudo o salário feminino, que teve e tem uma importância fulcral para a emancipação da mulher e para a igualdade de género. O encerramento e o consequente desemprego gerado pela COFACO, afetará de forma drástica a independência de muitas mulheres e o seu contributo para o rendimento familiar. A diminuição dos rendimentos é já, neste momento, uma realidade, já se faz sentir, por via do corte do subsídio de refeição.

O Grupo Parlamentar do PSD Açores considerou que esta é uma situação de emergência social e económica, independentemente da construção da nova unidade industrial. Por isso reclamamos um conjunto de medidas para fazer frente a este flagelo que se abateu sobre a ilha do Pico, que nos últimos anos, por mérito das suas gentes, se tem afirmado como uma ilha com uma forte vertente empreendedora e de dinâmica empresarial. Isto apesar dos poderes públicos regionais olharem com desconfiança para o esse vigor e “cercarem” a ilha limitando-a indevidamente.

A COFACO é uma empresa presente na ilha do Pico desde 1963 sendo neste momento o maior empregador da ilha e manteve sempre com esta uma relação de proximidade, em particular, no concelho da Madalena.

O seu encerramento irá afetar diretamente cerca de 180 postos de trabalho, que serão extintos, outros serão afetados de forma indireta pondo ainda em causa a sobrevivência de várias unidades de pequena dimensão do comércio local e serviços.

Na presente proposta indicamos um conjunto de medidas que consideramos essenciais e incontornáveis, incluindo também medidas de apoio social.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A situação da ilha do Pico apresenta debilidades e potencialidades, mas nós queremos de forma mais proativa possível descortinar possibilidades, para tornar evidente a urgência que partindo da realidade existente a transforme no sentido da resolução dos problemas com que os picarotos se confrontam. Sabemos que o Pico não é uma ilha isolada do restante arquipélago, e que as medidas a aplicar são inseparáveis duma profunda e necessária alteração no rumo da política económica e social, com forte destaque para a política de acessibilidades, que terão de ser adotadas na região.

Os Açores encerram um conjunto de potencialidades que se iniciam nos recursos naturais e se estendem aos recursos patrimoniais/culturais. Contudo o pleno aproveitamento destas potencialidades, com vista a um desenvolvimento equilibrado e sustentável, tem sido comprometido e fragilizado pelo despovoamento e o acentuar do problema demográfico e pela instalação de um modelo económico errante que é um entrave ao desenvolvimento da região e de cada uma das suas ilhas.

As medidas a avançar têm condições para serem já tomadas no imediato, e que de forma articulada sustentem uma política, que permita oferecer um futuro, mas também um presente, à ilha do Pico.

O Plano que apresentamos é um instrumento de atuação em emergência e não esgota o conjunto de propostas e medidas que o PSD tem defendido e defende para todas as ilhas dos Açores.

A situação que vivemos não é uma inevitabilidade, só o parece ser porque em mais de duas décadas de poder socialista este não conseguiu dotar a região de uma economia forte e robusta.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Ao fim de vinte e dois anos de poder, o Governo Socialista propôs... imagine-se... um plano de combate à pobreza e exclusão social... um teste mais fiável que o do algodão, acerca das suas políticas e decisões...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... tomadas durante duas décadas, e de milhões de fundos comunitários quase incomensuráveis.

O Pico tem recursos que não estão devidamente potenciados pelas políticas do Governo, que não fosse o empreendedorismo e a teimosia de vencer as adversidades do picaroto e de outros que investem na ilha, e que desde logo absorvem a nossa maneira de ser e de estar que é a da “pedra fazer vinho”, estas potencialidades devidamente incentivadas e estimuladas poderiam ser, só por si suficientes para absorver esta mão de obra, que agora foi dispensada e que não é com políticas avulsas ou assistencialistas que veem resolvida a sua situação.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Essas devem existir num primeiro momento mas, como tratamento de urgência e não como eternização, como tem sido praticado por estes governos que nos empobrecem há mais de vinte anos.

O investimento público e a possibilidade de utilização de fundos comunitários, enquadrados em políticas que robusteçam as estruturas económicas da ilha e da região, constituem aspetos essenciais a ter em conta e que se fossem devidamente aproveitados e incentivados, dariam a resposta necessária que agora procuramos a esta emergência social.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assim, consideramos que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional dos Açores que elabore um Plano de Ação para vigorar pelo menos no período de encerramento da fábrica, considerando designadamente as seguintes ações:

Criar um grupo de trabalho, que inclua representantes dos diversos órgãos do Governo Regional e Câmara Municipal da Madalena, envolvidos no licenciamento e apoio ao investimento de unidades industriais, para acompanhar e assessorar o promotor COFACO, ou a outra empresa que venha a ser criada, que agilize e apoie a definição estratégica do investimento;

Apoiar o enquadramento de projetos de autoemprego e de empreendedorismo nos diferentes programas e instrumentos de apoio, promovendo o encaminhamento dos interessados para apoio técnico relevante;

Permitir a abertura de cursos na Escola Profissional do Pico que possibilitem aos trabalhadores e às trabalhadoras a oportunidade de terminarem a escolaridade obrigatória;

Autorizar a abertura de cursos na Escola Profissional do Pico que permitam aos trabalhadores e às trabalhadoras a oportunidade de atualização de competências;

Diligenciar a majoração dos apoios sociais às famílias, nomeadamente através da majoração do subsídio desemprego, por forma a garantir o nível de rendimentos às famílias envolvidas se mantenha;

Assegurar o pagamento da creche aos funcionários da COFACO, no período que medeia até à abertura da nova unidade, situação que era assegurada pela entidade empregadora;

Incentivar e ajudar a desenvolver atitudes de procura ativa de emprego;

Promover a criação de circuitos de produção, divulgação e comercialização de produtos locais, de modo a potenciar o emprego e desenvolver o território;

Promover e divulgar oportunidades de negócio e de investimento existentes e previstos na ilha do Pico;

Desenvolver um Plano específico de divulgação do Pico e do Triângulo;

Melhorar as acessibilidades à ilha e ao triângulo, quer a partir do exterior da região, quer no acesso a esta a partir de outras ilhas;

Aumentar a disponibilidade de lugares, entre os meses de maio a outubro nos voos para a ilha do Pico e para o triângulo.

Disse.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Miguel Costa tem a palavra.

(\*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sobre esta iniciativa que veio a esta Casa em janeiro com caráter de urgência, mas sem dispensa de exame em Comissão, do ponto de vista do conjunto de intensões e do sinalizar desta problemática que existe na Ilha do Pico, especialmente com o encerramento da atual fábrica da COFACO, estamos, natural e obviamente, em sintomia relativamente a essa preocupação.

Tenho pena e não percebo, sinceramente, já depois da análise em Comissão, de não ter sido discutida em urgência, com dispensa em exame em Comissão, como todas as outras iniciativas que vieram a esta Casa e que motivaram um conjunto de diligências, não só da Comissão, da criação de um Grupo de Trabalho proposto pelo CDS e pelo PPM, que inicia os seus trabalhos muito em breve, ou já iniciou, também um conjunto de diligências que o Governo Regional fez entretanto e que tornam de alguma forma alguns dos pontos que aqui são referenciados como extemporâneos, independentemente das boas intenções que neles estão expressas.

Mas também mantendo a postura de consenso que foi sempre um apelo do Partido Socialista nesta matéria, mantendo uma postura de diálogo constante com todas as forças políticas, com as entidades envolvidas no processo, com os

trabalhadores acima de tudo, julgo que também da nossa parte haverá abertura, aliás como ontem fiz questão de conversar com o Partido Social Democrata sobre as suas propostas e tentando de alguma forma dar o contributo para esse consenso.

Digo isto porque no conjunto de propostas que são aqui apresentadas, e começando pela criação de um grupo de trabalho que envolva o Governo Regional, autarquias e outras entidades, eu julgo que vem de alguma forma extemporâneo, até não foi muito valorizado pelo Presidente da Câmara Municipal da Madalena, não no sentido de menosprezar a criação do Grupo de Trabalho, mas porque os contactos já tinham sido mantidos, quer com o Governo, quer com a empresa.

Portanto, de alguma forma este trabalho a desenvolver por este grupo já está feito, é um projeto candidatado ao Mar 2020. Toda a gente sabe o que é que aconteceu, as questões que foram levantadas e que têm que ser respondidas pela empresa.

O próprio Presidente da Câmara Municipal deu a entender que a empresa já fez um conjunto de contactos com a Câmara no sentido de entregar o projeto e posso dizer aqui que a informação dada ontem pela empresa diz que tem tudo preparado ou estima a entrega na próxima semana do projeto para o licenciamento na Câmara Municipal da Madalena. Espero que realmente isso se concretize.

De alguma forma também foi criado um grupo de trabalho para acompanhamento da situação dos trabalhadores, criada com a área social, a área do emprego e que já se deslocaram várias vezes à ilha do Pico, tendo feito um conjunto de levantamentos e um conjunto de esclarecimentos que eram necessários.

Depois, os projetos de autoemprego, julgo que isto é muito pertinente, mas também é uma situação que decorre da lei, que felizmente tem muitos casos de sucesso, inclusivamente na Ilha do Pico.

Alguns dos trabalhadores – já tive o cuidado de dizer isto na Comissão – informaram que já têm propostas de emprego (certamente não são para todos), mas também que alguns pensam em criar o seu próprio emprego, o que é um sinal claro de que essa procura ativa tem acontecido.

Os cursos da Escola Profissional, quer para a escolaridade obrigatória, quer para uma abertura de um curso específico que permita aos trabalhadores da COFACO uma oportunidade de atualização das suas competências, julgo que isso também foi claramente respondido na Comissão, porque já existe não só através da Rede Valorizar, que disponibiliza um conjunto de oportunidades e também de instrumentos para esse fim, mas também do acordo que foi celebrado entre a Direção Regional do Emprego e Formação Profissional e a Escola Profissional do Pico, com um curso profissional previsto específico e sobre a área de laboração daquelas funcionárias, depois de uma consulta a todos os trabalhadores, de cerca de 700 horas, e que está neste momento em processo de conclusão da sua aprovação.

Também encetar – aqui surge a dúvida formal, que eu ontem tive o cuidado de levantar ao Grupo Parlamentar do PSD – “um conjunto de diligências que conduzam à majoração dos apoios sociais às famílias, nomeadamente através da majoração do subsídio de desemprego”.

Bom, isto não é competência nem do Governo Regional, não é competência da Região Autónoma dos Açores.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Então faça uma proposta de alteração a esse ponto!

**O Orador:** Posso?

Não é uma competência da Região Autónoma dos Açores e, portanto, esta alteração melhorou, mas ainda não esclareceu o suficiente e penso que poderá ter essa oportunidade de esclarecer. Encetar diligências deverá ser, por exemplo, o Grupo Parlamentar do PSD, ou outro Grupo Parlamentar qualquer, aliás como já fez a Representação Parlamentar do PCP, apresentar uma Anteproposta de Lei, o que neste caso julgo até que será extemporânea, considerando que já há uma proposta de lei apresentada pelo PCP na Assembleia da República e que está em apreciação na Comissão de Assuntos Sociais.

O pagamento da creche aos filhos dos funcionários da COFACO também desde a primeira hora o Governo assegurou isso numa ligação com a Santa Casa da Misericórdia da Madalena, que é a proprietária da creche que tinha esse protocolo com a COFACO.

“Atitudes proativas de emprego”, julgo que já está respondido, aliás, os números do desemprego são uma evidência disso mesmo.

“Promover a criação de circuitos de divulgação e promoção dos produtos locais”, salvo erro, nunca houve tanta divulgação nem comercialização dos produtos locais. Falo do vinho que até atinge níveis do seu preço que são sinais evidentes da sua procura, nunca antes atingidos, o queijo, a carne, até o mel, que o Sr. Deputado Marco Costa bem conhece. Portanto, são setores que têm tido uma divulgação extraordinária nos últimos tempos.

Um “plano específico de divulgação da Ilha do Pico”, eu acho que esta matéria também não deixa de ser uma boa intenção, mas o próprio Presidente da Associação Comercial e Industrial da Ilha do Pico diz que nunca houve tanta nem tão boa divulgação da Ilha do Pico e um sinal claro é os números do turismo que assistimos todos os anos e todos os meses.

“Melhorar as acessibilidades e os lugares disponíveis”, também sobre esta matéria a SATA pronunciou-se há muito pouco tempo, apresentou um conjunto



de disponibilidade de lugares aumentando os lugares disponíveis, quer na Air Açores, quer na Internacional, nas Azores Airlines. Portanto, também nesta matéria julgo que ficou de alguma forma respondida.

Eu concluo esta primeira intervenção mantendo a mesma postura que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista teve sobre esta matéria desde o início, que é na procura de consensos e de o sinalizar que aqui é feito também pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre esta problemática da COFACO e permitir também que o Grupo de Trabalho criado em sede da Comissão de Economia possa desenvolver o seu trabalho, com os contactos que forem necessários, até aperfeiçoando todas as nossas diligências que já foi um conjunto delas aprovado nesta Casa, aperfeiçoando, melhorando, quem sabe, essas diligências, dentro daquilo que podem ser as competências, quer da Assembleia, quer dos Deputados, quer do município da Madalena e dos outros municípios da Ilha do Pico, quer do próprio Governo que estão limitadas ao facto de ser uma empresa privada que tem a última palavra a dar sobre esta matéria.

Mas mantendo essa posição de consenso julgo que teremos oportunidade de manifestar a nossa posição sobre este Projeto de Resolução no decurso do debate, mas que será naturalmente com os aperfeiçoamentos que possam aqui resultar da nossa discussão no sentido de sinalizar a boa importância que dão a esta matéria e que é uma matéria que a todos nós nos preocupa.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O encerramento da fábrica da COFACO na Vila da Madalena, Ilha do Pico, foi um duro golpe na vida dos seus 162 trabalhadores e trabalhadoras e para a própria economia da ilha.

Esta decisão infelizmente tomada por uma empresa que não passava por dificuldades financeiras, mas apenas para realizar, segundo justificou, o novo investimento, perante uma unidade industrial em que a própria empresa deixou degradar até a um estado lastimoso sem condições de trabalho e de segurança, deixou a empresa e deixou também o Governo Regional que através dos seus serviços inspetivos não o acautelou e assim o permitiu.

Este encerramento e despedimento coletivo deu-se com a aceitação do Governo Regional que não fez o suficiente para o impedir.

As palavras do Governo foram sempre de aceitação das soluções apresentadas pela empresa e nunca de exigência e defesa dos trabalhadores e trabalhadoras da COFACO e por isso também de defesa da própria ilha do Pico.

Existe agora uma promessa que é conjunta da COFACO e do Governo para a construção de uma nova fábrica. O Bloco de Esquerda estará cá para ver se é cumprida.

Mas debatemos agora um Projeto de Resolução do PSD que recomenda que sejam implementadas um conjunto de medidas com as quais estamos obviamente de acordo.

As medidas incidem fundamentalmente e, por um lado, na formação profissional e certificação escolar dos trabalhadores, e também em medidas que visam dinamizar a economia da própria Ilha do Pico.

É certo que no curto prazo nada substituirá o emprego das 162 pessoas desempregadas. Elas perdem a segurança de um salário e entram na insegurança de receber um subsídio que é, por natureza, temporário.

Para a economia da ilha a perda de rendimentos dos seus trabalhadores e toda a dinâmica económica que uma unidade industrial cria em seu redor perde-se e isso não se substitui, infelizmente, de um dia para o outro.

É claro que é obrigação do Governo Regional tomar todas as medidas ao seu alcance, incluindo estas aqui hoje debatidas e propostas pelo PSD, para atenuar o impacto deste despedimento coletivo e do encerramento desta fábrica e logo atenuar o impacto na economia da Ilha do Pico.

O Governo Regional não fez o suficiente para impedir o encerramento da fábrica. Agora, pelo menos tomem mãos a este problema e aplique as medidas necessárias para atenuar o impacto do despedimento coletivo na vida das pessoas e na economia da Ilha do Pico.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As consequências do encerramento da fábrica da COFACO e do despedimento coletivo de cerca de duas centenas de trabalhadores ultrapassam em muito o universo dos trabalhadores despedidos e das suas famílias.

Segundo os números disponíveis os empregos diretos garantidos pela COFACO representam 3% da população da Ilha do Pico e de mais de 6% no tocante ao concelho da Madalena.

Tais números demonstram claramente o sério impacto deste despedimento coletivo e deste encerramento da fábrica na economia de muitas famílias em particular e da ilha do Pico, em geral.

Tão pouco a candidatura a fundos comunitários para a construção de uma nova fábrica da COFACO serve para atenuar os reflexos negativos deste encerramento e deste despedimento, até porque tal construção, se vier a ocorrer não só não ocorrerá no imediato como levanta sérias dúvidas nomeadamente quanto à reintegração dos trabalhadores agora despedidos, na nova unidade para além de não ser claro em que condições tal será efetuado, se o for.

Parece claro que mesmo a haver tal reintegração futura este despedimento tem um claro objetivo de aumentar no futuro a exploração dos trabalhadores e diminuir-lhes os salários e os direitos, tendo como objetivo não o desenvolvimento económico da Ilha do Pico em geral e do concelho da Madalena em particular, mas sim aumentar os lucros e dividendos dos acionistas da COFACO.

Tão pouco é certo qual o tipo de transformação do pescado que irá ser efetuado na nova unidade, sendo certo que também esta questão terá sérios reflexos na qualificação da mão de obra exigível consequentemente na vida dos trabalhadores e na economia local.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O plano de ação para fazer face ao despedimento coletivo da COFACO proposto no projeto de resolução que agora discutimos tem por base alguns pressupostos que nos levantam pelo menos algumas dúvidas sobre a sua validade, contudo a procura de alternativas para enfrentar este sério problema, bem como a reconversão económica da Ilha e em particular do Concelho da Madalena são aspetos sérios a considerar.

A majoração do subsídio de desemprego proposta neste plano é uma medida importante e que é essencial seja efetuada de modo a que seja mantido o atual poder de compra e que o seu prazo permita que o tecido empresarial recupere desta situação.

Medidas propostas neste plano tal como o pagamento da creche dos filhos dos funcionários da COFACO entre o encerramento da fábrica e a abertura da nova unidade fabril são de extrema importância apesar de neste projeto se estar a partir do pressuposto que não é seguro de que essas trabalhadoras e esses trabalhadores serão reintegrados na nova unidade com todos os direitos que detinham na atual, o que está longe de ser uma garantia segura.

Este plano quando prevê incentivos para a procura ativa de emprego e a formação profissional dos trabalhadores no sentido de adquirirem outras competências diferentes das atuais, está no fundo a reconhecer isso mesmo, isto apesar da vontade expressa pela esmagadora maioria dos trabalhadores no domínio da formação ser por formação na área de transformação do pescado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pretender que o turismo seja a única tábua de salvação em conjunto com o setor vitícola para a economia da Ilha do Pico encerra alguns perigos que desde logo começam pelo fato dos fluxos turísticos poderem sofrer flutuações repentinas motivadas por fatores que nos são estranhos e que não dominamos nem controlamos.

Não sendo de desprezar a importância deste setor para a economia local e o contributo que pode dar no sentido de enfrentar a emergência social que é este despedimento coletivo e o encerramento da fábrica da COFACO, há, contudo, que procurar formas de diversificação económica sustentáveis não só no imediato, mas, fundamentalmente numa perspetiva de futuro.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As reticências que colocamos quanto a alguns aspetos deste plano o reconhecimento pela nossa parte de que o grave problema que hoje a Ilha do Pico enfrenta devido a este encerramento da COFACO se deve exclusivamente à lógica capitalista do lucro fácil e à insensibilidade para as questões sociais, não nos impede de na generalidade darmos a nossa concordância ao mesmo.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sempre que o setor das pescas é trazido ao debate neste Parlamento a maioria socialista e o Governo que o suporta afirmam que naquele ano aumentou a captura de atum de uma, duas ou três toneladas, que naquele ano afinal até a safra do atum tinha sido muito boa, mas a verdade é que em audição da Comissão de Economia um dos principais problemas da COFACO e das conserveiras na Região que culminaram no encerramento da unidade da Madalena, é que a partir de 2010 as conserveiras na Região deixaram de laborar matéria prima fresca, ou seja, não há atum nos Açores para dar rentabilidade suficiente a unidades conserveiras que se possam manter na Região a dar empregos e a ter lucro.

Portanto, ao longo de todos estes anos quando o CDS sempre alertou que era incomportável para as conserveiras continuarem a endividar-se para ir comprar matéria prima para conseguir manter as suas unidades fabris em laboração, afinal tinha razão.

Neste momento, a falta de matéria prima para laborar está a tornar-se uma situação completamente insustentável.

Em 2015, em Vigo, onde a maior parte das conserveiras da Região vai comprar matéria prima, uma tonelada de atum custava 950 euros.

No ano seguinte, em 2016, a tonelada de atum já custava, 2.050 euros. Portanto, torna-se muito difícil às conserveiras continuarem a manter uma situação completamente insustentável de ter que ir comprar matéria prima fora da Região para continuar a laborar.

Mas a falta de matéria prima não é o único fator que contribui neste momento para os custos elevadíssimos que constam na Região. Todo o sobrecusto de

transporte, tanto das matérias primas como do produto final, inclusivamente o administrador da COFACO dizia “andamos a pagar para passear óleo e latas do continente para a Região e da Região para o continente”, assim como o facto destas empresas na Região terem de pagar salários muitos mais elevados exatamente pela mesma mão de obra, porque as empresas que vêm para a Região são obrigadas a pagar o acréscimo regional ao salário mínimo e consequentemente fazer o diferencial para todas as outras categorias dentro da mesma empresa, porque o salário dos outros funcionários é calculado em relação ao salário mínimo.

Como resultado, neste momento na Região, custa produzir uma tonelada de latas mais 500 euros do que no continente. Aliás, na COFACO, no ano de 2017, os sobrecustos da insularidade foram de 2,2 milhões, quando o lucro da empresa foi apenas de 1 milhão, ou seja, os sobrecustos da insularidade são mais do dobro do lucro da própria empresa.

E é num contexto destes, Sras. e Srs. Deputados, que o Governo Regional anuncia que está disponível para vender a fábrica de Santa Catarina.

Só se venderem a fábrica ao preço que a compraram, que foi a 1 euro. Mesmo assim, duvidamos que exista alguém interessado e duvidamos, porque as próprias declarações do administrador da COFACO em sede de Comissão afirmou que não era só a COFACO a querer desinvestir na Região.

Inclusivamente, dirigindo-se ao Sr. Deputado António Lima, desafiou os intervenientes políticos a exigir que o Governo Regional resolvesse os constrangimentos e que criasse condições que facilitassem a atividade dos empresários, criando um ambiente favorável, tornando assim os Açores uma Região atrativa ao investimento. Ou seja, deixou ali subentendido que em vez dos Srs. Deputados estarem a tirar satisfações com uma empresa privada sobre quem é que contratam ou quem é que deixam de contratar e vir a uma Comissão de Economia apresentar os seus lucros e as suas razões, que enquanto

intervenientes públicos, deveriam era exigir por parte do Governo que criasse condições para que fosse a Região efetivamente uma Região atrativa para o investimento.

Quanto à iniciativa em discussão, que é um plano de ação para fazer face ao despedimento coletivo da COFACO, devo dizer que isto parece um “PREIP”, um Plano de Revitalização da Economia da Ilha do Pico, aliás à semelhança do que se passou com a Base das Lajes, foi este despedimento de 180 funcionários que veio no fundo revelar uma séria de fragilidades da economia da ilha e em particular, neste caso do concelho da Madalena, que estava muito dependente de uma indústria conserveira e que absorvia grande parte da mão-de-obra na Madalena do Pico, especialmente a mão-de-obra menos qualificada.

As medidas propostas no plano passam por majorações de apoio social, pela formação dos funcionários e por medidas de apoio à economia da ilha, com especial enfoque para o setor do turismo.

Devo dizer que o turismo pode, de facto, absorver alguma da mão-da-obra, uma vez que é um setor que está em crescimento na Ilha do Pico, no entanto não nos podemos esquecer que a procura de mão-de-obra neste setor tem ainda uma sazonalidade muito marcada, portanto é expectável que depois da época alta estas pessoas voltem novamente para o desemprego, além de que muitos destes trabalhadores não têm formação para trabalhar num setor como o do turismo, que é cada vez mais exigente.

Portanto, falando na questão da formação, o CDS considera que um curso de formação profissional de 700 horas em tecnologia de pescado parece-nos claramente excessivo e não permite a estes trabalhadores adquirir outras valências que possam apresentar uma mais-valia para a economia do Pico e uma vantagem competitiva também na procura de outras áreas de emprego.

Portanto, consideramos que seria fundamental aproveitar esta oportunidade que já existe por parte do Governo Regional de abrir um curso de formação técnica



na Escola Profissional do Pico usando sempre o pescado como o principal enfoque, mas que haja uma abertura para outras áreas de formação que passariam obviamente pela tecnologia do pescado, porque estes trabalhadores continuam a ter a perspetiva de que serão reabsorvidos pela nova fábrica da COFACO, mas, por exemplo, formação em enologia, fazendo a ponte entre os vinhos do Pico que melhor acompanham os diferentes pratos de peixe, formação em higiene e segurança alimentar que é importante para a indústria, mas também para restauração, o manuseamento de pescado cru que é uma mais-valia para uma área de negócio em expansão que são os restaurantes de *sushi*,...

**Deputado André Bradford (PS):** Isso é o “plano curricular”? Muito bem!

**A Oradora:** ... formação em filetagem e confeção de pescado, até porque acredito que quem nos visita de certeza que aprecia muito mais uma posta de atum bem confeccionada num restaurante local do que propriamente atum em lata.

Quanto às medias apresentadas para promover o desenvolvimento económico da ilha, devo dizer que são tão elementares que já deviam estar implementadas. Não podemos ficar sistematicamente à espera que aconteça uma desgraça ou porque fechou a Base das Lajes ou porque há um despedimento coletivo numa determinada empresa para melhorar questões tão básicas como as acessibilidades às nossas ilhas e promover os nossos produtos tradicionais.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Se não for a oposição, o Governo não se lembra disso!

**A Oradora:** Sras. e Srs. Deputados, de Plano de Revitalização em Plano de Revitalização vai chegar ao dia em que vamos precisar é de um “PREA”, um “Plano de Revitalização da Economia dos Açores”.

Esperemos é que nesse dia a nossa economia já não esteja completamente moribunda e que nessa altura já não adiante nem reanimar, nem reativar, nem revitalizar coisíssima nenhuma.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Marco Costa tem a palavra.

(\*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sr. Secretário, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Obviamente é com agrado que acolhemos as análises que têm sido aqui dadas sobre o plano apresentado pelo PSD.

Consideramos, no entanto, que a pertinência da análise em Comissão continua atual e provou-se neste período, porque a verdade é que estamos a 21 de março e não temos aprovado, em fundos comunitários, o projeto para a fábrica, não temos um projeto licenciamento da unidade que tenha sido entregue na Câmara Municipal e hoje os funcionários da COFACO têm menos rendimento, têm menos dinheiro no bolso no final do mês.

Portanto, este assunto além de ter sido, na nossa leitura, muito bem encaminhado para a Comissão, não deve terminar aqui e deve merecer reflexão contínua por parte da Assembleia e muito trabalho por parte do Governo Regional.

Aliás, o Sr. Secretário ainda não se pronunciou neste debate e esperemos que tenha um acréscimo de boas notícias sobre este assunto.

As análises que foram feitas, nomeadamente pelo PS, merecem-nos respeito. De qualquer forma, não devem inibir de uma análise também sobre o que foram as prestações, digamos assim, em Comissão.

Em Comissão, a COFACO deixou muito claro que os Açores não são competitivos na fileira do atum. E disse mais, disse que essa reflexão da falta de competitividade deveria ser feita pelos políticos desta região.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Onde se inclui o senhor!

**O Orador:** Nós acrescentamos, com muito mais responsabilidade por quem nos tem governado nos últimos 20 anos.

Na verdade, como é que os Açores não foram capazes de trabalhar para serem competitivos nesta área?

Como é que sabendo que nos últimos 15 anos a capacidade instalada obrigava a pelo menos a cerca de 80 mil toneladas de atum para processamento, não conseguiram ter um plano, não conseguiram estudar, não conseguiram encontrar soluções?

Foi referido também pela administração da COFACO as dificuldades, até na operação da importação da matéria prima e disse claramente que o único porto da Região que consegue responder minimamente a essa necessidade de operação para importação é o porto de Ponta Delgada. Portanto, disse claramente que o porto comercial de São Roque do Pico se apresenta como dificuldade, com acréscimo de despesas relacionadas com a importação do pescado.

Portanto, não vale a pena dizer que se está a acompanhar. Acho que este é um problema grave que demonstra que usamos a palavra mar muita vez como o nosso potencial e a nossa forma de afirmação, mas a verdade é quando temos aqui uma área que deveríamos destacar, estamos em vias de a perder por completo.

Essa análise tem obrigatoriamente de ser feita.

Quando o Sr. Secretário diz que os resultados da pesca do atum na Região apresentam valores muitos superiores nos últimos anos, a verdade é que essa riqueza pouco dela fica na Região. Muitos dos pescadores não são da Região, a frota não se mantém na Região e essa valorização é feita fora da Região.

Perguntava-lhe: estamos prestes a iniciar uma nova safra, o que é que o senhor tem de novo para apresentar como acréscimo para este setor? Não sabemos!

Interessa também deixar aqui dados sobre a pronúncia da Escola Profissional, embora tenha sido já referido que já existem contatos estabelecidos com as direções regionais, nós consideramos que esta deve ser uma medida excecional. Não deve ser um encaminhamento para medidas que já estão em vigor ou que são programas que já existem, que vão seguir a sua rotina normal.

Não! Estamos a falar de uma situação excecional, que deve merecer um acompanhamento excecional e se necessário levar a que o Governo mobilize meios financeiros excecionais. Não dizer que já temos o REATIVAR e outros programas.

Portanto, o PSD apresenta-se com 12 medidas, algumas delas de plano social.

Volto a referir, hoje, os funcionários da COFACO, através do não recebimento do subsídio de alimentação, sendo eles a maioria com ordenados mínimos, recebem menos cerca de 80 euros, o que representa em muitos casos mais de 10% do seu rendimento mensal.

Portanto, já começaram a sofrer consequências. Estamos no mês de março, esta situação foi comunicada em janeiro. Portanto, é um processo que ainda não está como queremos e acho que deve merecer a máxima atenção.

Reiteramos que as medidas, tanto no plano económico, como social, não devem claramente ter uma análise na nossa interpretação de encaminhamento para o que já está feito ou o que está prestes a ser feito, porque senão não estávamos a apresentar medidas nestas áreas.

Esta é uma medida excecional. Foi por todos referido o peso económico social que representa para o Pico e para a Região e, portanto, não é claramente a forma como queremos que esta medida seja implementada.

Esta medida precisa de meios excecionais e de medidas que vão ao encontro em proximidade desta população feminina, em muitos casos, que se apresenta com fragilidades que têm obrigatoriamente que merecer atenção por parte da Assembleia Legislativa dos Açores.

Portanto, aguardarmos as declarações do Sr. Secretário, mas reiteramos que passado três meses nem temos projeto aprovado, nem temos funcionários com o mesmo nível de rendimentos, nem temos ainda acesso, digamos assim, ao que seja um projeto, um desenho que nos satisfaça em termos de continuidade do setor no Pico.

Disse. Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(\*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, a questão da COFACO é muito preocupante e todos estes constrangimentos.

Há pouco, como dizia o meu colega Miguel, e também subscrevendo um pouco parte da intervenção do colega Marco, aqui o mais importante são os trabalhadores e que durante este período não percam rendimentos.

Relativamente à questão do projeto, caro amigo Marco, eu estou um bocado desanimado, porque o seu líder parlamentar é muito mais otimista que o meu amigo, porque recentemente esteve reunido com a COFACO e, pelo que foi transmitido pela comunicação social, a perspetiva foi otimista.

**Deputado José Ávila (PS):** Muito bem! Bem lembrado!

**O Orador:** Portanto, a este nível, alguma coisa aí não está a funcionar bem. De facto, é muito importante esta nova fábrica.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Não foste à reunião!

**Deputada Mónica Rocha (PS):** É recorrente!

**O Orador:** A este nível eu penso que o Sr. Secretário e a própria Secretaria, assim como o município da Madalena, nas audições que foram feitas no âmbito da Comissão de Economia, houve uma preocupação mútua e comum e até articulada para que fossem tomadas todas as diligências do ponto de vista do projeto ter viabilidade a fim de ser candidatado aos fundos comunitários.

Quando à parte resolutiva do Projeto de Resolução, o Deputado Miguel já fez o enquadramento. Obviamente, subscrevemos.

Partilhamos de toda a informação e dessa necessidade, mas é preciso também lembrar, e não estou aqui para fazer política com este assunto, porque este assunto é de enorme responsabilidade e toca-nos a todos nós, mas relativamente à questão dos portos eu relembro a questão do transporte de peixe. Eu acho que não passa por questões de infraestruturas portuárias, porque em 2002, em 2003 e 2004, estas empresas transportavam peixe congelado a granel para os Açores.

O que se trata aqui, e se calhar também por opção estratégica da própria empresa não foi transmitido, é que é preciso capital financeiro para adquirir 2 mil toneladas de peixe.

Todos nós sabemos como é que vem o peixe a granel, vem em contentores de acordo com a necessidade e de acordo com a capacidade de laboração para a semana.

Depois há aqui uma questão que foi colocada e afirmada pela Deputada Graça Silveira relativamente à questão do atum, e isto é um facto. É preciso percebermos que os últimos anos, do ponto de vista especialmente do bonito, as capturas foram muito diminutas. Se nós formos aos dados estatísticos, especialmente nos últimos seis ou sete anos, houve uma redução brutal, isto também porque houve um novo paradigma do ponto de vista da transformação das conserveiras.

A alguns anos a esta parte e na última década, a Região tinha três ou quatro empresas conserveiras que transformavam atum patudo e voador. Obviamente,

e felizmente para os nossos armadores e para os nossos pescadores, com a procura no mercado do ponto de vista da venda em fresco, houve um aumento muito acrescido. Passámos basicamente da venda em fresco de 80 cêntimos/1 euro, para 1 euro e 85 cêntimos, o que impede completamente as unidades que faziam a transformação ou aquisição de pescado para ser transformado.

Depois há questões aqui que é preciso explicar à Sra. Deputada Graça. É que, como sabe, a gente controla muita coisa, mas a emigração do atum não conseguimos controlar.

Como sabe, ele faz o seu percurso natural de sul para norte. Portanto, é uma espécie migratória. Houve alterações. Obviamente a comunidade europeia tem tomado algumas medidas relativas ao número de factos que podem impedir a não vinda do atum para os Açores.

Mas vamos à essência e ao que nos interessa. Como dizia o colega Miguel, houve uma série de diligências que estão a ser feitas. O caso concreto do pagamento da creche dos miúdos dos trabalhadores da COFACO já está em curso, há uma série de diligências que estão em curso, há um aumento do número de lugares do ponto de vista das acessibilidades aéreas à Ilha do Pico.

Na questão dos transportes marítimos e sabendo, de facto, o que foi a infelicidade com o Mestre Simão, estão asseguradas um conjunto de viagens, aliás, há mais número de toques no verão IATA comparativamente a 2017. Portanto, há um trabalho que foi feito a este nível e houve uma preocupação comum tendo em conta obviamente toda esta situação da COFACO.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições. Sr. Deputado Jorge Jorge tem a palavra.

(\*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Registei aqui as intervenções de cada um dos intervenientes, mas não queria deixar passar ou que ficasse no ar a ideia que penso que foi mais ou menos passada pelo Deputado Miguel Costa: “bem, nós vamos aprovar aqui o Projeto de Resolução, mas tudo o que os senhores propõem já está em execução, fomos nós que tomámos a dianteira, ou o Governo”.

Só para precisar que não é bem assim. Basta ver a resposta ao requerimento que nós fizemos no início de janeiro. Pedíamos que o Governo enumerasse aquilo que tinha feito e a resposta que lá está não se enquadra dentro daquilo que aqui é proposto neste projeto. O Governo diz que “contratámos com a empresa, estamos a acompanhar a empresa, etc.”.

Na semana que houve os despedimentos, o PSD estava em jornadas no Pico. Eu tenho aqui os recortes da imprensa, daquilo que foram as declarações dos Deputados do PS do Pico, da ida do Sr. Secretário ao Pico e nesse dia também das intervenções do Sr. Presidente Vasco Cordeiro. A única coisa que falaram era garantir os direitos aos trabalhadores, não é o que está aqui no projeto. Garantir os direitos, as compensações, tudo aquilo a que os trabalhadores teriam direito pelo seu despedimento.

Nessa semana depois, salvo erro no dia 12, no final das jornadas, o Presidente do PSD, juntamente com os Deputados do Pico, já avançou com o plano e com algumas das medidas que iriam depois propor.

Isto para que não fique a ideia de que “bem, nós vamos aqui aprovar, mas já está tudo a ser feito, fomos nós que tomámos a iniciativa”.

Não! Queria deixar isto aqui bem vincado.

Por último, Sr. Deputado, nós falámos no aumento dos lugares, de voos e de acessibilidades, ao triângulo, à ilha do Pico e ao triângulo.

Neste ano de 2018, neste momento, o que está previsto são muitos menos lugares para o triângulo. No triângulo, estão previstos muitos menos lugares.



Portanto, obviamente que o Pico tem mais um voo do que teve o ano passado, mas no conjunto do triângulo existem menos lugares disponíveis.

Portanto, nem que seja só por isso, estes últimos dois pontos que aí estão no Projeto de Resolução são pontos que ainda não estão cumpridos e que nós consideramos essenciais.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que o Governo Regional tem feito tudo o que está ao seu alcance para assegurar que esta nova unidade fabril da COFACO... Aliás, faço aqui uma correção, esta unidade fabril não será da COFACO, será de uma outra empresa, que é a PDM, que é uma empresa que foi criada porque assim exigia o programa dos fundos comunitários de apoio a este tipo de investimentos.

O Governo Regional tudo fez para que esta fábrica fosse uma realidade. Assim, julgo que estamos a defender o emprego e estávamos e estamos a defender os trabalhadores da COFACO, para além de tudo o que já foi aqui referido, que eu não vou repetir, tudo aquilo que tem sido o apoio que o Governo Regional tem dado, atendendo às circunstâncias aos trabalhadores da COFACO e que já foram aqui repetidas várias vezes e que eu não irei repetir.

Penso que neste aspeto temos feito tudo o que é possível fazer.

Em relação à parte resolutiva que estamos aqui a discutir, como também já foi dito muitas das medidas já estão em execução, outras serão executadas e outras estão até previstas na própria lei, penso eu, e por isso também há aqui áreas que não são naturalmente da minha tutela, mas acho que como está explícito no documento são medidas que todos nós concordamos, ou com grande parte

delas, embora em também deva dizer que algumas delas extravasam o problema concreto da unidade fabril e vão um pouco mais além eventualmente daquilo que era o foco da questão.

Em relação a algumas intervenções, nomeadamente da Sra. Deputada Graça Silveira, naturalmente todos temos conhecimento que os custos e os sobrecustos de produção de conserva nos Açores são mais elevados. Infelizmente existem esses sobrecustos de contexto, mas também gostaria de dizer aqui que é precisamente para isso que existe o programa, vamos chamar “POSEI PESCAS” (entre aspas), que é um apoio aos custos suplementares ao setor das pescas e da aquicultura nos Açores, que é um complemento, digamos assim, para compensar, digamos, esses sobrecustos que existem na fileira da pesca nos Açores em geral.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** A COFACO recebe apoio do POSEI?

**O Orador:** A COFACO não recebe POSEI porque...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Ah...

**O Orador:** ... conseguiu ou recorre a mercados de fornecimento de bonito que são mais baratos do que aqueles que são produzidos cá ou pelo menos no espaço europeu. Portanto, se ela pode recorrer a esses mecanismos e não recorre é porque tem vantagens nisso. Isso são decisões dos privados.

Mas já agora gostaria de lhe dizer uma outra coisa, é que quando se fala neste setor nos Açores e quando se fala que é um setor que tem grandes dificuldades, e é verdade, tem algumas dificuldades, não as vamos esconder, posso dizer-vos que no âmbito desta portaria que criámos de apoio à transformação de pescado, no âmbito do FEAMP, além do projeto da COFACO, surgiram e temos mais duas propostas de investimentos, mais duas candidaturas de privados, o que quer dizer que ainda acreditam que este setor tem algum futuro na Região.

Posso falar, por exemplo, da Corretora e um outro investimento que também está ainda muito no início na Ilha de Santa Maria.

Portanto, posso dizer-vos que isto são investimentos privados. Naturalmente que os investidores privados avaliam os seus riscos e são pelos menos indicadores positivos que continuam a acreditar neste setor e querem investir ainda neste setor.

Alguns deles naturalmente que serão para nichos de mercados muito particulares, numa aposta de atum de grande qualidade, para mercados eventualmente mais Gourmet e isso será eventualmente um plano de negócios que os investidores avaliaram e julgaram que são rentáveis e por isso é que vão investir.

Em relação à nova safra que aí vem e em relação a tudo o que o Governo Regional tem feito para apoiar este setor, posso dizer-lhe, por exemplo, que o Governo Regional tem previsto uma série de investimentos nos entrepostos do Pico e da Horta. O do Pico arrancará eventualmente mais cedo e isto é um sinal claro de que o Governo Regional se preocupa com este setor e que aposta na melhoria das condições para que este setor encontre condições de operacionalidade e, digamos, de qualidade dos seus produtos cada vez melhores e mais consentâneas com os dias de hoje.

Quanto a outras questões que nós temos feito, e porque falou aí da questão da maior parte dos pescadores serem madeirenses, pois isso são opções das empresas atuneiras e aí o Governo Regional não se pode meter, mas posso adiantar-lhe por exemplo que no âmbito do recente plano de ação de reestruturação das pescas dos Açores, que em princípio poderei apresentar amanhã, se houver espaço para tal, que nesse plano de ação está previsto um plano de mobilidade precisamente para apoiar a mobilidade de pescadores entre segmentos de frota e entre ilhas e muito em particular para o segmento de frota de atuneiros onde vai haver um apoio ao pescador e ao armador para poderem contratar pescadores açorianos para trabalhar na frota.

Esta medida de mobilidade é uma medida que será apoiada pelo Governo Regional. Portanto é mais uma medida que gostaria de deixar aqui para responder um pouco à questão que colocou dos atuneiros.

Julgo que em relação à maior parte das questões que foram aqui colocadas era isto que eu gostaria de dizer.

Em relação ao projeto em si, pois a empresa disse-nos ou comunicou-os que iria até ao final deste mês apresentar o projeto na câmara municipal e que iria fazer o aumento de capital que é necessário fazer para que a proposta seja finalmente aprovada pelos serviços que avaliam as candidaturas.

Também chamo a atenção que mesmo não havendo esta entrada no capital social, se a empresa justificar alguma dificuldade, o projeto também não cai, nem será cancelado por causa disso. A empresa depois justificará o porquê e terá de justificá-lo, mas esperamos que o faço o mais rapidamente possível, naturalmente, para que a obra se possa iniciar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

*(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)*

**O Orador:** Ainda bem que o acordo, Sr. Deputado Francisco César.

A questão fundamental aqui, na minha perspetiva, é assinalar cinco ou seis pontos.

A primeira que já foi referenciada quer por parte do Governo, quer por parte do proponente, quer por parte de todos os outros grupos e representações parlamentares tem a ver com a importância da COFACO, a importância

fundamental para a economia da Ilha do Pico. Isto é inegável. Basta analisar os dados e nós temos a perfeita consciência de que se trata de uma empresa absolutamente estratégica e fundamental para a economia da Ilha do Pico.

Se a fábrica não vier a ser reativada isto a médio a prazo e a longo prazo seria uma verdadeira catástrofe para a economia da ilha do Pico.

Em segundo lugar, depois de assinalar este ponto óbvio, devo dizer que pelos contactos que tive oportunidade de realizar no âmbito desta área com alguns intervenientes, estou bastante otimista em relação à reativação da fábrica da COFACO na Ilha do Pico. Todos os dados apontam nesse sentido.

Eu considero que tendo em conta o que me foi dito e tendo em conta a análise da informação que está disponível, eu penso que é bem possível que isto venha a suceder. Neste momento os dados disponíveis apontam nesse sentido.

Eu penso que é uma boa notícia se se vier a concretizar e eu acredito que sim.

Em terceiro lugar, também me dizem que a falta de atum é algo sazonal, já aconteceu outras vezes.

Quando se refere esta matéria como uma matéria que é algo de novo, ou algo que poderá explicar um desinteresse pela ilha do Pico, tendo em conta que o atum já não existe, isto já aconteceu noutros períodos e até a informação que me foi fornecida isso já aconteceu noutros períodos e até durante mais algum tempo, durante muito tempo tivemos problemas deste tipo.

Depois, entretanto, o que aconteceu foi que as condições conjunturais se alteraram. Esta questão considero que é importante.

Depois, também referenciar que o que me foi dito e me foi transmitido foi que a fábrica do Pico tem um papel fundamental no futuro estratégico que a empresa desenhou, nomeadamente tendo em conta a expansão para a África e o que é que isso poderá significar em termos de matéria prima que poderá estar disponível. E nessa conceção estratégica que a empresa tem, a fábrica do Pico ocupa uma importância fundamental pela experiência, pela qualidade da mão-

de-obra, pela experiência de gestão e por muitos fatores também, mas que levam a que a empresa em termos de perceção estratégica não pense abandonar a ilha do Pico nem pouco, mais ou menos, até pelo contrário, estará a pensar aumentar a capacidade e tem perspectivas que isso possa vir a acontecer se esta projeção estratégica em África tiver sucesso.

Em quinto lugar, gostaria de referenciar que nós sabemos qual é a leitura política que o Partido Socialista fez e tem do processo político, através da leitura das moções do Partido Socialista, da moção global e das moções sectoriais.

Eu sou um leitor atento da produção do Partido Socialista nesta matéria e o Partido Socialista o que concebe após 22 anos de poder é sempre participar em processos em que o Partido Socialista lidere.

Ora, na minha perspectiva além de ser uma perspectiva egoísta do processo político, é uma perspectiva errada para quem está há 22 anos no poder.

Portanto, o que se pretende é que independentemente de quem tem contributos dentro da sociedade civil e dentro do sistema político, que as forças políticas possam convergir naquilo que é essencial e esta é uma matéria essencial, existir um esforço de convergência, nomeadamente, por exemplo, por parte da proposta que o CDS-PP apresentou e também o PPM, no sentido de criarmos mecanismos de acompanhamento da questão no âmbito do Parlamento e de outras iniciativas que os diversos partidos políticos apresentaram.

Portanto, a postura dos partidos políticos foi positiva.

Esta questão que é uma questão de importância fundamental para a população, os partidos não aproveitaram a questão para criar aqui uma luta partidária, egoísta, cínica, que ninguém compreende e que a população condena.

Portanto, existiu aqui este esforço. Da parte do PPM, seguramente existiu este esforço.

Vejo esta iniciativa do PSD como uma iniciativa que é mais um contributo para esta matéria. Não vejo aqui que exista por parte do PSD qualquer referência negativa ao papel que o Governo Regional terá desempenhado neste processo. Eu também tenho algumas referências a fazer, mas deixo-as para uma fase posterior. Estou é interessado em resolver o problema.

Portanto, a perspetiva que o Partido Socialista agora apresenta de que está tudo resolvido, isso é uma velha história. Não está. De que está tudo a ser implementado, não está! Mas mesmo que estivesse, que não está, o que era importante era dar aqui um sinal político de manter a unidade das forças políticas, evitar que estas questões menores, egoístas, é sempre algo que não tem qualquer tipo de interesse para a população e que a população condena veementemente, que estas questões não interferissem no nosso processo político.

Ora, o Partido Socialista, fiel à sua moção, só consegue convergir em dois tipos de situações, quando lidera ou quando está aflito. No início deste processo estava aflito e veio aconchegar-se aqui na oposição. Foi isso que veio fazer.

Agora, já está um pouco mais à vontade e decidiu ser egoísta, decidiu ter uma postura pouco construtiva.

Por isso, na minha perspetiva essa é uma análise que a população irá fazer de quem é que tem realmente uma preocupação acima da luta partidária estéril, e quem é que tem uma perspetiva de facto de olhar para as questões e tentar unir esforços, encostar ombro com ombro e resolver os problemas.

Bom, nesta matéria provou-se que o Partido Socialista e o Governo não resistem a uma perspetiva sempre de domínio, de liderança, de subjugação da sociedade açoriana, de subjugação em relação ao sistema político.

Portanto, é uma postura que eu condeno e eu evidentemente apoio esta proposta do Partido Social Democrata.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições? Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Para uma interpelação à Mesa.

**Presidente:** Tem a palavra, Sra. Deputada.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

**Presidente:** É regimental. Regressamos às 17h35.

*Eram 17 horas e 05 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

*Eram 17 horas e 43 minutos.*

Entramos agora no ponto seis: **Petição n.º 15/XI – “Criação de uma escola alternativa nos Açores – Projeto Novas Rotas”**, apresentada por Conceição Medeiros, na qualidade de primeira subscritora.



Os tempos são os habituais para esta figura regimental. Cada grupo ou representação parlamentar pode intervir uma única vez por tempo não superior a 10 minutos.

Para apresentação do relatório tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila, relator da Comissão dos Assuntos Sociais.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

## **RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DA PETIÇÃO N.º 15/XI**

### **“CRIAÇÃO DE UMA ESCOLA ALTERNATIVA NOS AÇORES - PROJETO NOVAS ROTAS”**

**TERCEIRA, JANEIRO DE 2018**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Introdução**

A 31 de julho de 2017 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 15/XI, intitulada “Criação de uma escola alternativa nos Açores - Projeto Novas Rotas”, que reúne um total de 1011 (mil e onze) assinaturas, tendo como primeira signatária Conceição Medeiros.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

#### **CAPÍTULO II**

## **Enquadramento Jurídico**

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores. Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro, as matérias relativas a “Educação”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

## **CAPÍTULO III**

### **Apreciação da Petição**

#### **a) ADMISSIBILIDADE**

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

#### **b) OBJETO DA PETIÇÃO**

Os peticionários pretendem:

- A criação de uma escola alternativa nos Açores – Projeto Novas Rotas.

E para isso apresentam os seguintes considerandos:

- As escolas publicas da atualidade continuam a seguir o método simultâneo de La-Salle e a cultura nelas estabelecida caracteriza-se, ainda, pelo magistrocentrismo, segmentação do saber, livro único, pensamento convergente e repetição acrítica de rotinas instaladas, quer a nível do contexto de sala de aula, quer a nível da organização e administração escolar
- O projeto Novas Rotas, que integra educadores/professores de varias escolas de S. Miguel, pais e membros da sociedade civil em geral, apresenta-se como uma via para a criação desta nova escola, uma escola inovadora e alternativa.
- A principal finalidade desta escola e formar pessoas com valores e princípios (ética universal) para serem proativas numa sociedade inclusiva e em permanente mudança; pessoas com uma forte identidade própria e comprometidas com o seu crescimento interior e com a sustentabilidade social e ambiental.
- Nesta perspetiva, os alunos serão educados de forma holística, respeitando a sua natureza multidimensional (vertentes emocionais e psicológicas, físicas, intuitivas e criativas, racionais e lógicas através do desenvolvimento de projetos de vida e de intervenção comunitária, a par dos académicos, numa lógica interdisciplinar e de integração de saberes.
- Esta escola inovadora terá necessariamente de celebrar um contrato de autonomia para poder implementar uma organização escolar mais flexível que permita otimizar a gestão curricular.
- Os espaços educativos apresentar-se-ão como ambientes culturais inovadores, atrativos e estimulantes onde as crianças e jovens possam ter a

oportunidade e a liberdade de realizarem experiências de aprendizagem, ativas e significativas dentro das várias áreas do currículo, conforme os princípios da gestão democrática dos espaços e dos recursos pedagógicos.

### c) **DILIGÊNCIAS EFETUADAS**

Foi deliberado proceder à audição da primeira peticionária, a cidadã Conceição Medeiros, do Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC). Foi ainda deliberado solicitar parecer por escrito ao Colégio de São Francisco da Associação para a Ciência e Desenvolvimento dos Açores.

A audição da peticionária ocorreu no dia 24 de outubro de 2017 na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em Ponta Delgada.

#### **1) Audição da peticionária, a cidadã Conceição Monteiro:**

A audição iniciou-se com a peticionária a fazer um enquadramento histórico do grupo criado para defesa desta causa em 2010, realçando que se iniciou com um projeto formativo para professores na Escola dos Ginetes.

Deu exemplo da realidade do Projeto da Escola da Ponte e que serviu de origem à criação do projeto inicial intitulado “Sementes Para o Sucesso” e de como decorreu o processo.

Referiu também que hoje já são cerca de noventa professores comprometidos com o projeto “Novas Rotas” fazendo referência à tentativa de implementação do projeto na Escola dos Arrifes já que existem muitos professores naquela escola, não tendo o projeto sido aprovado em Conselho Pedagógico. Posteriormente foram à Escola de Rabo de Peixe onde o Conselho Executivo

assumiu o processo, mas no ato de formalização e implementação não terá havido, segundo a peticionária, coragem para o assumir.

Fez referência a contactos já realizados com o Governo Regional.

Por fim disse pretenderem uma oportunidade para implementação do projeto informando que estarão presentes na prestação de contas dos resultados da implementação do mesmo.

Fez ainda referência ao modelo vigente atualmente que vem desde o Séc. XVII.

O Deputado Dionísio Maia, agradecendo a explanação inicial solicitou conhecer o projeto ao pormenor ao que a peticionária se disponibilizou para remeter à Comissão o documento de apresentação do projeto.

A Deputada Susana Costa questionou o porquê de não se implementar o modelo da Escola da Ponte que já tem vários anos de experiência, questionou sobre como se poderá incluir a Universidade dos Açores na avaliação, se este é um processo de gestão pedagógica ou um projeto que promove alteração da gestão curricular. Questionou também se considera que, através do modelo atual, há margem para facilitar a implementação destes diferentes projetos e se há diferença de resultados cognitivos entre alunos neste projeto em comparação com alunos normais.

Em resposta a peticionária refere um estudo em que alunos da Escola da Ponte tem desempenhos superiores no ensino universitário. Refere que não se replica a Escola da Ponte porque a envolvência e realidade açoriana é diferente. A avaliação da Universidade é praticada através de questionários realizados *in loco*. Deve ser feita uma abordagem holística fazendo referencia ao envolvimento dos próprios alunos na definição dos seus projetos e deu exemplo das suas aulas com projetos PROFIJ.

A Deputada Maria João Carreiro começou por saudar os peticionários pela presente iniciativa, constituindo um instrumento que contribui certamente para a reflexão do estado da Educação na Região, com o objetivo de termos mais e melhor educação nos Açores.

Referiu que pese embora não dispusesse de informação suficiente que lhe permitisse avaliar e discutir no momento o projeto “Novas Rotas”, destacou a afirmação da Doutora Conceição Medeiros de que “o modelo atual não tem o ensino centrado no aluno”, solicitando que justificasse a afirmação em causa no sentido de dizer, na sua opinião e baseada na sua experiência, em que termos não temos um ensino centrado no aluno. Perguntou ainda se, e em que termos, estava a ser aplicado o projeto em contexto de sala de aula nas turmas em que leciona. Por último, no que aos contratos de autonomia diz respeito, perguntou em que moldes deviam ser celebrados.

Em resposta a peticionária exemplificou referindo-se à “autoridade” do professor sobre o aluno no modelo a ser adotado em sala de aula. Relativamente aos contratos de autonomia disse que existem, mas as escolas não os querem.

O Professor Carlos Mendes (que acompanhou a peticionária) disse que o ensino está centrado na relação de qualidade entre professor e aluno. Fez referencia à cidadania valorizando a aprendizagem através de projetos onde são incorporados os currículos, e salientou a autonomia dos alunos.

O Deputado Bruno Belo questionou se os peticionários recolheram contributos de colegas de outras ilhas e de que forma estão envolvidos, ao que a peticionária respondeu que há contributos de várias ilhas e realça que pretendem uma experiência de modo a mostrarem que existe outra forma reforçando a ideia de que a exigência de formação para os professores é enorme.

O Deputado Jorge Jorge interveio começando por saudar os autores da petição e dizendo que não concorda que este seja um projeto pioneiro e inovador uma vez que vai beber os seus fundamentos à Escola da Ponte. Referiu que conhece há muitos anos este projeto da Escola da Ponte, que o discutiu em determinadas disciplinas pedagógicas durante a universidade. Referiu também que conhece alguma literatura sobre ele, nomeadamente artigos, entrevistas e livros, tendo também presente os seus prós e contras.

O Deputado Jorge Jorge não aceita que se refira à atual Escola em Portugal como retrógrada ou que se diga que é exatamente igual à do século XIX. Na sua experiência de lecionação de vinte anos, referiu que dinamizou e participou em muitos projetos pedagógicos inovadores, que propiciaram a os alunos experiências variadas e enriquecedoras para a sua formação.

Em reação a peticionária afirma que o que pretendem é uma alteração da realidade da escola atual e reafirma que a Escola da Ponte também tem pontos negativos e que há uma necessidade de permanente atualização, realçando o desenvolvimento do aluno como ser humano.

Terminou a audição dizendo que não querem alterar a escola atual, mas sim criar a oportunidade de escolha.

## **2) Audição do Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC):**

A audição iniciou-se com o SREC a fazer uma resenha histórica da evolução da educação e admite que concorda em grande parte com o texto da petição relativamente aos seus pressupostos. Admitiu a sua experimentação no âmbito de uma das unidades orgânicas desde que aprovadas por estas, não admitindo a alteração do modelo de colocação dos professores.

Fez referência ao contrato de autonomia onde diz não residir qualquer impedimento, porque desde 2005 podem ser celebrados contratos de autonomia

onde apenas se exige aprovação em Conselho Pedagógico. A fixação de metas também está prevista nos contratos de autonomia.

O Deputado Rui Martins perguntou ao SREC, como coaduna os contratos de autonomia onde não reside qualquer impedimento à contratação de professores, com a afirmação de não admitir alterações nem abdicar do modelo de colocação de professores vigente.

Em resposta o SREC esclarece que o nosso sistema de contratação de professores é um sistema de que nos devemos orgulhar e que foi aprovado por unanimidade na ALRAA e que só se pronunciará perante uma situação concreta quando ela existir, o que ainda não aconteceu.

Deputado Rui Martins perguntou o porquê da relutância à contratação já que, e segundo a sua opinião, o normal concurso de professores poderá não colmatar aquelas que são as exigências formativas num modelo como este.

Em resposta o SREC disse que o ProSucesso bebeu informação nas duas âncoras que suportam esta petição: Escola da Ponte e o Projeto Escola Moderna, fazendo referências a ações desenvolvidas e que coincidem com aquelas que são as pretensões da própria petição, do próprio projeto.

O Deputado Jorge Jorge perguntou se o SREC considera que este modelo ainda está em modo experimental, e se não considera que esta pretensão possa ser demasiado experimentalista. Disse ainda que tem algumas reservas face a ideias e propósitos que este modelo prevê e que até as considera, em alguns casos, utópicas.

Em resposta o SREC disse que comunga de algumas preocupações expostas pelo Deputado e acrescentou uma referência à forma de avaliação e à necessidade de formação dos professores.



**Outros pareceres:**

Os pareceres solicitados e recebidos à data de aprovação deste relatório são anexos do mesmo.

Também fará parte deste relatório a apresentação do projeto que foi remetida à Comissão.

**CAPÍTULO IV****Parecer**

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PS, PSD e PPM e a abstenção do CDS-PP, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por 1011 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 192.º do respetivo Regimento;
2. A presente petição tem como principal objetivo a criação de uma escola alternativa nos Açores intitulada de Projeto Novas Rotas.
3. Alguns dos pressupostos plasmados nesta petição encontram acolhimento no Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar.
4. O Senhor Secretário Regional da Educação admite a possibilidade de se implementar este projeto, a título experimental, em Unidades Orgânicas que aprovelem esta iniciativa.
5. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Contatados a Representação Parlamentar do PCP e o Grupo Parlamentar do BE, embora sem direito a voto na Comissão Permanente de Assuntos Sociais, os mesmos não se pronunciaram.

**O Relator:** João Paulo Ávila

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**A Presidente:** Renata Correia Botelho

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra para uma interpelação

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, no sentido de solicitar um intervalo de 15 minutos.

**Presidente:** É regimental. Regressamos daqui a 15 minutos.

*Eram 17 horas e 50 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

*Eram 18 horas e 07 minutos.*

Foi apresentado o relatório da Comissão 15/XI pelo Sr. Relator da Comissão dos Assuntos Sociais. Estão então agora abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Susana Costa tem a palavra.

(\*) **Deputada Susana Costa (PS):** Exma. Senhora Presidente, Exmas. Senhoras e Senhores Deputados, Exmos. Membros do Governo:

Parte esta Petição de um princípio muito importante que é a adaptação da escola pública aos novos paradigmas do séc. XXI. Tais paradigmas são diversos, mas há algo que os une, seja a relevância da educação integral da criança e do jovem aquela que olha para todas as crianças nas suas distintas dificuldades, mas principalmente a que as valoriza perante as suas múltiplas potencialidades fundamento naturalmente com o qual o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode senão estar de acordo.

A ênfase numa educação holística, como expressa esta Petição das “Novas Rotas”, respeita também um posicionamento ético que visa formar pessoas – e passo a citar o texto da Petição – “pessoas proativas numa sociedade inclusiva e em permanente mudança”.

Trata-se, assim, de uma Petição de advoga um projeto baseado numa inovação pedagógica que o próprio Governo Regional salvaguardou em 2006, por via do Decreto Legislativo Regional n.º 7 deste mesmo ano, que afirma o regime jurídico da inovação pedagógica.

Ou seja, é por perceber a relevância pedagógica dos novos projetos educativos que o Governo Regional tem apostado principalmente desde 2015 no projeto PROSUCESSO que centra a sua ação em diferentes linhas de atividade que pretendem dotar as crianças com uma maior vitalidade, quer ao nível das suas competências, quer ao nível dos seus conhecimentos.

Neste campo da vitalidade educacional chamo a atenção para toda a Assembleia, por exemplo, para aquilo que se faz ao nível da área curricular não disciplinar de cidadania que tem vários objetivos, como sejam a da motivação

para ações solidárias, a reflexão ética contextualizada ou mesmo a literacia digital.

Aqui, pois, nesta área da cidadania, cruza-se com a presente petição ao promover um espírito crítico, criativo e de abertura à mudança. Mas também a nossa escola pública tem um vasto campo de atuação que deseja formar o aluno no seu todo. Aqui queria ressaltar os clubes desportivos das escolas e mesmo os clubes escolares com um extraordinário apoio de todos os professores, nomeadamente a título de exemplo clubes de fotografia, de leitura, de dança, de proteção civil e muitos outros.

Por fim, também aqui, um terceiro exemplo enquadrado, este mais concretamente no PROSUCESSO, nomeadamente queria aqui partilhar convosco o exemplo do “Apoio mais – Retenção zero”, com o caso específico da escola de Ponta Garça, na Ilha de São Miguel, na qual os 45 alunos do 7.º ano, no ano passado, de 2016/2017, têm estado a experienciar um novo modelo pedagógico muito vocacionado para aquilo – e passo a citar – “no que o aluno deve saber, o que sabe e ainda o que lhe falta aprender”, fim de citação.

Ou seja, também neste projeto específico do PROSUCESSO há aqui claramente um cruzamento com os objetivos desta Petição que – cito novamente – “as crianças e os jovens serão os protagonistas da sua aprendizagem”.

Desta forma, aguardarmos com expectativa que o “Projeto Novas Rotas” seja enquadrado por alguma unidade orgânica da Região como prevê, aliás, a própria legislação insular de gestão e autonomia das escolas, nomeadamente através do Decreto Legislativo Regional n.º 13, do ano de 2013.

Concretizando-se assim um contrato de autonomia por alguma unidade orgânica regional, poder-se-á também, neste aspeto, responder precisamente aos anseios da Petição, aliás como foi lido pelo próprio relator da Petição, a qual refere que a escola inovadora, que projeta a presente Petição – cito – “terá necessariamente de celebrar um contrato de autonomia”, fim de citação.

Deste modo, queremos sem dúvida saudar com muito e elevado apreço os princípios desta Petição “Novas Rotas”, tudo aquilo que a mesma defende, congratulamo-nos com a mesma e desejando a toda a comunidade peticionária, professores, pais e educadores que haja escolas na Região, ao abrigo da liberdade dos respetivos modelos educativos, capazes de materializar este projeto de inovação pedagógica, que é tão necessário no contexto da democratização escolar que é apanágio do atual séc. XX.

Muito obrigada.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

**(\*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiro saudar os peticionários pela apresentação desta Petição, a criação de uma alternativa nos Açores, o “Projeto Novas Rotas”, nomeadamente a primeira subscritora, a Dra. Conceição Monteiro, pois sem dúvida iniciativas como esta são benéficas para uma sociedade ativa, dinâmica e numa proximidade com os representantes eleitos.

Neste caso em concreto também constitui um contributo importante para pensarmos o estado da educação na Região com um propósito que nos é comum a todos, que é sempre mais e melhor educação para os Açores e adaptada à sociedade atual.

Os peticionários pretendem a oportunidade de criar uma oferta educativa pública, alternativa à existente, e que visa a promoção de uma educação holística centrada nos valores e nas capacidades globais das crianças e jovens,

desenvolvidos em todos os contextos e em todas as dimensões curriculares e como tal, o que pretendem, é um projeto piloto para a Região e que sejam criadas as condições legais e de recursos para que esta possa ser implementada. Este modelo apresentado à semelhança da escola da ponte segue a escola moderna, em que o Grupo Parlamentar do CDS-PP não consegue dizer de uma forma absoluta se é melhor ou pior, e acreditamos que ninguém está em condições de o fazer uma vez que a verdade é que tal vai depender do contexto em que é aplicado, da receptividade dos pais, dos alunos, dos docentes que sejam preparados para tal, mas consideramos que poderá ser um projeto piloto inovador na Região.

Foi com agrado que vimos no trabalho em Comissão por parte do Sr. Secretário Regional que concorda com a maior parte dos pressupostos aqui apresentados pelos peticionários e admitindo a sua implementação numa unidade orgânica que o queira fazer.

Posto isto, no entendimento do CDS consideramos que estão reunidas as condições e agora é necessário fazer o trabalho para essa implementação e que também, e uma vez que o Governo acatou essa possibilidade, promover este projeto junto das unidades orgânicas,...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** ... criar formação para os docentes que as integrem e também além disso, à semelhança até do projeto que já foi aqui mencionado, do PROSUCESSO, que sejam criadas condições de estabilidade do corpo docente para um projeto desta natureza, pois não podemos querer inovar e depois não podemos implementar projetos inovadores porque não temos estabilidade no corpo docente da Região.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** Para além do mais, também, e uma vez que foram mencionados os contratos de autonomia, em sede de Comissão, e aqui no entender do CDS há,

de alguma forma contradição, uma vez que quando são mencionados os contratos de autonomia nos mesmos não reside qualquer impedimento à contratação de professores...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** ... mas efetivamente o Sr. Secretário não admite alterações, nem abdica do modelo de colocação de professores vigente.

Portanto, há aqui certamente um grande contraditório quanto aos contratos de autonomia.

Contudo, e em relação à Petição que estamos aqui a analisar, o CDS-PP considera que este é um Projeto piloto válido para a Região, que deve ser implementado sobre o supervisionamento eventualmente do Governo Regional, e que sem tornar em absoluto este modelo é necessário implementar e avaliar os seus resultados numa resposta à nossa sociedade atual.

Muito obrigada.

**Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

(\*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queremos saudar os peticionários por esta excelente iniciativa não fazendo nesta saudação juízos de valor quanto ao seu conteúdo, mas antes o regozijo por lançar mais um debate sobre a educação, um tema que nos deve merecer constante reflexão.

A complexidade do mundo de hoje exige uma abordagem global da política de educação incorporada numa melhor compreensão do modo como o conhecimento é criado: controlado, divulgado, adquirido, validado e utilizado.

Também requer um desenvolvimento aprofundado dos princípios éticos que regem a educação e o conhecimento enquanto bens comuns.

Algumas questões devem nortear a nossa reflexão sobre a educação no séc. XXI, que escola devemos construir, que alunos queremos formar, que competências devem ser desenvolvidas pelos cidadãos deste século.

Reconhecendo a emergência de um novo contexto global da aprendizagem, o Diretor Geral da UNESCO criou um grupo de peritos para repensar a educação no mundo em mudança.

Na introdução deste documento pode ler-se uma citação de Confúcio: "A educação alimenta a confiança. A confiança alimenta a esperança. A esperança alimenta a paz".

É uma chamada para o diálogo inspirador para uma visão humanista da educação e do desenvolvimento, baseado nos princípios de respeito pela vida e dignidade humanas, igualdade de direitos e justiça social, respeito pela diversidade cultural e solidariedade internacional e da responsabilidade partilhada, todos aspetos fundamentais da nossa humanidade comum.

Destina-se a ser tanto mobilizador e inspirador falando aos novos tempos e para todos em todo o mundo, com uma participação na educação.

Este é um documento inscrito no espírito de duas publicações da UNESCO que foram um marco: "O aprender a ser"; "O mundo da educação hoje e amanhã, Relatório Faure, de 1972, e "A educação um tesouro para descobrir", Relatório de Delors, de 1996.

A segunda década do século XXI é marcada por desafios e oportunidades para aprendizagem e desenvolvimento humano.

Vivemos num mundo caracterizado pela interligação e interdependência das sociedades e por novos níveis de complexidade, incerteza e tensões.

É essencial uma reflexão em torno da globalização, da inovação tecnológica, das mudanças climáticas e demográficas e de outras importantes tendências com que nos estamos a confrontar que exigem novas respostas e ações dos indivíduos e das sociedades.



As mudanças que estão a ocorrer têm implicações na educação e é sinal ou emergência de um novo contexto para a aprendizagem, isto, obviamente, que se insere naquele que é o espírito desta Petição.

Exigem não só novas práticas, mas também novas perspectivas de como compreender a natureza da aprendizagem e o papel do conhecimento e da educação no desenvolvimento humano.

Este novo contexto de transformação social exige que se reveja o propósito da educação e a organização da aprendizagem.

O conhecimento é fundamental para qualquer discussão da aprendizagem e pode ser compreendido como um modo geral pelo qual os indivíduos e as sociedades atribuem significado à experiência.

O conhecimento está intimamente ligado aos contextos culturais em que ocorrem, aos contextos sociais, ambientais e institucionais em que são criados e reproduzidos.

Deve-se discutir educação, fazer educação de forma reflexiva, consciente e informada, afirmações que por vezes nos parecem redutoras e que até poderão ser desresponsabilizantes como aquelas que pensam descodificar a complexidade dizendo que temos professores do séc. XX a lecionar para alunos do século XXI, não são construtivas e chegam até a ser ofensivas para uma classe que constrói o futuro no dia-a-dia com as crianças, com os jovens, que todos os dias muito mais horas do que com os pais lidam com os seus anseios, as suas expectativas, os seus sonhos, sucessos e insucessos.

São professores do séc. XXI, com todas as incertezas, vulnerabilidades, resistências próprias do nosso tempo, educam, ensinam, fazem aprender os jovens do séc. XXI, talvez sim, assentes num sistema pensado e estruturado no séc. XIX.

No seu livro “As lições do Mestre”, Steiner elogia a educação, o professor de uma forma deliciosa.

**«A libido sciendi, a sede de conhecimento, a necessidade de compreender estão inscritas no que de melhor têm os homens e as mulheres. Tal como a vocação do professor. Não há ofício mais privilegiado. Despertar noutro ser humano poderes e sonhos além dos seus; induzir nos outros um amor por aquilo que amamos; fazer do seu presente interior o seu futuro: eis uma aventura como nenhuma outra.»**, fim de citação.

O Governo Regional na Resolução do Conselho de Governo n.º 133/2015, de 14 de setembro, determinou implementar o Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar, PROSUCESSO, Açores pela educação, que elegeu como principal objetivo a redução da taxa de abandono precoce da educação e da formação, e o aumento do sucesso escolar em todos os níveis e ciclos de ensino em sintonia com a estratégia europeia para a educação e formação Europa 2020. O PROSUCESSO deve constituir-se como um instrumento de planeamento e de suporte às medidas e projetos a desenvolver pela Direção Regional da Educação e Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional no âmbito da promoção do sucesso escolar.

Ao contrário, para o Governo e para o Partido Socialista, tem-se constituído como panaceia para todos os males educativos que aparecem na Região.

Hoje não há pergunta que se faça sobre a educação que a resposta não seja reduzida ao PROSUCESSO, quando este, ao contrário do inicialmente apontado cada vez mais se resume a uma quantificação.

Neste momento o PROSUCESSO faz lembrar o paradoxo de Zenão, filósofo grego, pré aristotélico.

Sobre a sua teoria, ou sobre o seu paradoxo do movimento parado, há uma ilusão do movimento, mas tudo continua irremediavelmente parado.

Como refere Sampaio da Nóvoa na nota introdutória no Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar, Açores pela Educação, é urgente agir.

Assim, esta iniciativa tem o mérito, pelo menos numa primeira fase já o teve, de despoletar uma discussão saudável e pertinente que deve ser tida em linha de conta. É sempre importante promover uma contínua e necessária reflexão sobre o sistema educativo.

Esperamos que alguma unidade orgânica com a abertura que foi demonstrada pelo Sr. Secretário Regional, dê corpo e aceite incorporar estes pressupostos desta Petição para que possa ser posta em prática.

Disse.

**Deputados Luís Maurício e Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

**(\*) Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em julho do ano passado, 2017, 1011 subscritores e subscritoras que o Bloco de Esquerda aproveita para saudar vivamente na pessoa da Dra. Conceição Medeiros, sua primeira subscritora, lançou/dirigiu a esta Casa uma Petição que no fundo nos exorta a todos e todas já não só a pensar fora da caixa, mas a ousar/agir fora da caixa. E como? Através, de acordo com a pretensão destes e destas subscritoras, da criação de uma escola alternativa nos Açores a que deram o nome de “Projeto Novas Rotas”.

Vale a pena recuperar algumas partes da súmula desta Petição pela sua importância. Desde logo, as escolas públicas da atualidade continuam a seguir o método simultâneo do séc. XVII e a cultura nelas estabelecidas caracteriza-se ainda pelo magistrocentrismo, segmentação do saber, livro único, pensamento

convergente e repetição acrítica de rotinas instaladas, quer a nível do contexto da sala de aula,...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... quer a nível da organização e administração escolar. Isto é tão, tão verdade, Sras. e Srs. Deputados, que até dói.

Muitas das tentativas de mudança de paradigma acabam por ceder à pressão exercida por todos os que resistem a qualquer alteração do que está estabelecido.

Portanto, dizem, os subscritores e subscritoras, sem aumentos de custos, poderemos ter, ou deveremos ter necessariamente, de passar do magistrocentrismo ou sociocentrismo, da segmentação do saber aos saberes integrados, do pensamento convergente ao divergente, da transmissão/reprodução do saber para a produção de conhecimentos e da focalização do desenvolvimento das competências cognitivas ao desenvolvimento holístico.

Simultaneamente pretende-se que esta escola alternativa seja pública, acessível a todos os alunos e respetivas famílias que se identifiquem com o seu projeto educativo da educação pré-escolar até ao 9.º ano e queiram beneficiar de uma educação integral. E como? Como é que isto será possível? De acordo ou submetendo-se à celebração de contratos de autonomia com a Direção Regional Escolar, obviamente se alguma unidade orgânica nesta Região estiver aberta à entrada deste projeto dentro da sua escola e dentro das suas atividades.

O Conselho de Escola tem que ser ouvido, o Conselho Pedagógico também e se estes dois conselhos derem a sua aprovação é que a pretensão será dirigida à Direção Regional Escolar.

É por isso, Sras. e Srs. Deputados, que não pertencendo à Comissão de Assuntos Sociais, é com perplexidade, mas aceito por desconhecimento, que não vi um único parecer das unidades orgânicas desta Região, mas vi um

parecer de um colégio que não compreende a que propósito é que é o único a quem é pedido um parecer sobre o “Projeto Novas Rotas”, e todas as outras escolas não se pronunciaram sobre o assunto, porquanto tanto quanto percebi pelo relatório e se não estou enganada, não foi pedida a nenhuma escola um parecer sobre esta matéria. Perplexidade minha, porque acho que faria todo o sentido, dado que à partida a decisão está exatamente na abertura das unidades orgânicas, que elas fossem ouvidas relativamente a esta matéria,

Do nosso ponto de vista esta Região precisa de todos os “ProSucessos” que for capaz de inventar, de criar, de imaginar e o “Projeto Novas Rotas” pode ser mais um PROSUCESSO, mais uma oportunidade e mais um contributo para que os resultados quer do abandono, quer do insucesso, e quando falo do abandono precoce ou não precoce, deixem de ter uma marca negativa como ainda tem na Região Autónoma dos Açores.

E mais uma vez a propósito deste “Projeto Novas Rotas”, permitam-me contar uma história que não é minha. É uma história contada pelo Professor Doutor José Morgado, doutorado em Estudos da Criança e pedagogo reconhecido no nosso país, e que como todas as histórias começa assim:

“Era uma vez uma menina chamada Maria. Tinha onze anos e não era muito bonita. Há meninos e meninas que não são.

A Maria também não era muito boa aluna, os colegas tinham sempre melhores notas do que ela. E ela até se esforçava. Às vezes tinha dúvidas, os professores procuravam ajudar, mas o tempo não era muito pelo que ainda ficava sem saber algumas coisas. Queria e tentava fazer os trabalhos de casa, mas o pai e a mãe não sabiam ajudar porque tinham andado poucos anos na escola e o irmão era mais novo.

A Maria era uma menina triste.

Um dia a diretora de turma perguntou-lhe porque estava assim quase sempre. Escondida atrás de uns olhos grandes, esses sim muito bonitos, mas tristes. A

Maria disse baixinho: “Eu nunca tive um bom, nem sequer um bom pequeno. Gostava tanto de ter um”.

Umás aulas depois, a professora avisou que a turma teria novo teste.

A Maria, como sempre, ficou assustada, mas depois de o fazer ficou mais tranquila, até achou que tinha corrido bem.

Quando a professora devolveu os trabalhos a Maria viu escrito em letras gordas, Bom, Bom grande. Os olhos que já eram grandes, ficaram maiores, até ela se sentia mais crescida.

Os pais contaram aos vizinhos. A Maria podia não ter sempre notas tão altas como outros colegas, mas já tinha tido um Bom. Um Bom grande, aquele Bom grande.

A professora também ficou grande. Grande e amiga.

Felizmente os professores sabem que avaliar não é apenas classificar e muitos estão atentos às Marias que nunca tiveram um bom e que muitas vezes se perdem na transparência do anonimato, do destino.”

Isto para dizer o quê, Sras. e Srs. Deputados?

Que muitos de nós e, quiçá, muitos educadores e educadoras, empenhados, bem-intencionados, sentir-se-ão escandalizados por haver Marias que são capazes de ter um Bom grande quando se calhar aquilo que fizeram no teste não o exigia, mas aquilo que a professora fez é pedagogia e se calhar é uma forma de pedagogia alternativa.

É por isso que é inevitável não terminar com uma parte pequenina de uma carta aberta, escrita por uma professora do 1.º e do 2.º ciclos, que neste momento tem 73 anos, que foi professora durante 25 anos, que se reformou em 2009, que ousou escrever uma carta aberta à Assembleia da República, ao Ministério da Educação e neste caso à “Revista Visão” que foi onde eu a fui recuperar, e que a determinada altura diz assim: “a escola não pode continuar a seguir os

modelos do séc. XVI sob pena dela própria se suicidar. A escola ou faz uma revolução ou morre”, Arminda Silva, 73 anos.

Subscritores do “Projeto Novas Rotas”, insistam, persistam, sejam teimosos, porque de certeza que até o Sr. Secretário Regional da Educação vai ceder.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Queremos em primeiro lugar saudar a primeira signatária desta Petição bem como todos os seus subscritores. Entendemos que a prática do direito à Petição é parte ativa e integrante da Democracia.

Acreditamos haver interesse em conseguir algo que seja novo, embora nem sempre isso seja a melhor solução para dar resposta aos problemas no sector da Educação.

É disso um exemplo positivo a “Escola Moderna”, onde os alunos regulam a sua aprendizagem, em função das suas características, que falam do aluno "como um todo";

Onde os alunos desenvolvem a sua autonomia e as próprias experiências de aprendizagem inseridos no grupo turma, orientada pelo professor, com a função de os levar a atingir os objetivos dos currículos;

Onde o respeito pelas características individuais do aluno tem inerente a interiorização pelo aluno do conceito de democracia.

O modelo da Escola da Ponte tem uma aplicação muito interessante, por ser adequada a uma realidade social concreta. Fora dela, temos as lições maiores deste – a integração do indivíduo respeitando as suas características sociais; o primado da aprendizagem, sobre as formas tradicionais de avaliação (a

avaliação "de papel e caneta" toma um papel secundário, face ao desenvolvimento cognitivo do aluno); entre outras ideias.

O objetivo do “Projeto Novas Rotas” de respeitar a característica multidimensional de cada indivíduo e de cada aluno, de integrar os conhecimentos, de estimular o pensamento divergente, de produzir conhecimentos ao invés de os transmitir, à partida não parecem opções erradas, mas é preciso conhecer a forma como os pretendem concretizar.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar de tudo, a aprendizagem também não se faz sem os métodos tradicionais – o exemplo, a transmissão, a memorização, a repetição, etc..

Apenas se pode reduzir o peso destas componentes, mas não se podem eliminar – nem contem connosco para as diabolizar!

O Ensino deve respeitar o Indivíduo, mas só o faz se o considerar parte crítica de uma Sociedade, sem desvalorizar a mais-valia que um projeto desta natureza possa trazer.

Estamos frontalmente contra qualquer experiência que passe pela privatização do ensino, com recurso a verbas públicas. Esta não pode ser mais uma desculpa para o desinvestimento na escola pública – nos seus recursos humanos e materiais!

Para nós, PCP, havendo esse interesse da parte dos órgãos de gestão próprios da Escola e das comunidades educativas, não se deve colocar entraves, mas sim estimular e apoiar, desde que exista o necessário acompanhamento e estudo a médio prazo, bem como a aceitação por parte dos Pais e Encarregados de Educação.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Porque assim é entendemos que o Governo e especificamente a Secretaria Regional da Educação e Cultura deve:

- Investir realmente nas escolas, nos professores e nos alunos;



- Dar espaço às escolas para o desenvolvimento deste e de outros projetos, mas no respeito pela vontade de pais e encarregados de educação, que devem ter a palavra final na integração dos seus educandos;
- Deixar de optar pela deslocação de verbas da escola pública para os estabelecimentos privados;
- Dar condições aos docentes para o seu trabalho, nomeadamente com melhores horários de trabalho e com formação contínua que dê resposta às suas necessidades;
- Fixar os docentes nas escolas, recorrendo onde necessário a incentivos à fixação.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para uma interpelação? Tem a palavra, Sr. Deputado.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, para pedir um intervalo regimental de 30 minutos, por favor.

**Presidente:** É regimental. Regressamos às 19h10.

*Eram 18 horas e 37 minutos.*

*(O Deputado Jorge Jorge voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

*Eram 19 horas e 13 minutos.*

Sras. e Srs. Deputados, vamos então concluir o debate sobre a Petição uma vez que faltava apenas intervir o Sr. Deputado Paulo Estêvão a quem dou a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero saudar os peticionários e quero também referir que obviamente tenho simpatia por algumas destas ideias que são aqui apresentadas, mas fazendo uso da capacidade crítica que este projeto reivindica, não pensarmos todos da mesma forma, eu quero dizer aqui que não penso da mesma forma que os peticionários.

Eu não penso da mesma forma que os peticionários porque os peticionários fazem aqui uma demonização da escola pública portuguesa e fazem aqui uma caricatura da escola pública portuguesa, uma caricatura que não corresponde à sociedade atual. É uma caricatura que servia, porventura ao salazarismo, ao que era ao sistema educativo durante o período do Estado Novo, mas esta escola pública depois do 25 de Abril, é uma escola pública universal, é uma escola pública que não segrega os alunos.

É uma escola pública que tem muitos projetos e tem muita preocupação para ser inclusiva. É uma escola pública democrática, com órgãos eleitos de forma democrática aqui nos Açores, com a participação de todos nos órgãos de escola, na Assembleia, no Conselho Pedagógico onde estão representados os alunos, onde estão representados os professores, onde estão representados os pais e os encarregados de educação.

É uma escola pública que ao contrário do que aqui é dito não é uma escola do livro único, é uma escola em que os órgãos próprios podem optar por adquirir manuais ou não o fazer. Aqui há uns anos, por exemplo, a escola dos Biscoitos optou por não utilizar os manuais escolares. É uma opção livre dentro de cada escola e é uma opção debatida democraticamente dentro dos órgãos de escola, votada democraticamente dentro dos órgãos de escola. Não é esta escola do

livro único. Também não é a escola acrílica. Nas nossas escolas o que nós fazemos é promover a liberdade de pensamento das crianças e dos nossos alunos.

Não é uma escola em que se impõe um pensamento. É uma escola em que essa liberdade existe.

É uma escola que tem formado uma grande quantidade de profissionais que se espalham por essa Europa fora, os enfermeiros, os médicos, os engenheiros, que são considerados criativos, que são considerados profissionais.

É uma escola que está a ter um êxito tremendo na Europa. O “El País” noticia hoje ainda, se tiverem essa preocupação, aquele que é o êxito da escola em Portugal, do sistema educativo público em Portugal.

Desde 2000 a 2018, somos o único país da Europa que cresceu sempre, superando países que têm muito mais capacidade do ponto de vista económico, a França ou a Espanha.

É evidente que esta é a visão da escola portuguesa. Nós temos problemas específicos nos Açores que têm a ver com um mau governo, com más opções, mas essa é outra questão.

Nós estamos aqui a discutir o modelo da escola portuguesa e este modelo, acho é uma caricatura. Não me revejo nesta caricatura.

Acho que os novos projetos têm que ser criativos, com certeza; críticos, com certeza; mas têm que ser justos e esta apreciação que aqui está é baseada na caricatura, uma caricatura que não corresponde à realidade da escola, do que é a escola portuguesa, do que são as escolas portuguesas hoje.

Eu não acho que um Projeto se deva impor criando, caricaturando imagens, caricaturando outros modelos, nomeadamente o modelo que está em vigor, porque depois da caricatura e da crítica ao modelo atual, que é o modelo de sucesso, que é o modelo inclusivo, é o modelo que permitiu que a escolaridade aumentasse muito significativamente na sociedade portuguesa, que é o modelo

que tem cada vez melhores resultados a nível internacional, somos até considerados (o El País noticia) a Nova Finlândia.

Portugal é a nova Finlândia! Bom, eu não acho! Eu ficaria de consciência pesada se não fizesse aqui a defesa de todos aqueles que trabalham nas escolas públicas em Portugal, de todos aqueles que ao longo destes 40 anos têm conseguido êxitos muito relevantes na sociedade portuguesa, que têm contribuído para o avanço da nossa sociedade. Eu não ficaria bem se a mensagem e imagem que fica deste discurso é a dos Velhos do Restelo, de todos aqueles que trabalham no sistema ou trabalharam no sistema educativo ao longo destas últimas quatro décadas têm esta caricatura e esta imagem. Não!...

A escola portuguesa é uma escola aberta, é uma escola progressista, é uma escola inclusiva, é uma escola em que há com certeza muita coisa para progredir, mas não corresponde a esta caricatura. Corresponde, sim, a uma sociedade que tem nesta área conhecido grandes avanços.

Por isso se há ideias que eu partilho, não posso de forma nenhuma aceitar esta caricatura das nossas escolas, dos nossos professores, dos nossos alunos e dos nossos encarregados de educação e do esforço e dos resultados obtidos com tanto esforço por tanta gente no âmbito do sistema público português.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Está encerrada então a Petição.

Conforme foi acordado pelos líderes parlamentares nós vamos trocar os pontos da nossa Agenda, pelo que iniciamos agora o debate e depois votação do ponto oito: **Projeto de Resolução n.º 49/XI – “Criação de um domínio de primeiro nível para a Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agora num registo completamente diferente.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Convém!

**O Orador:** Convém!...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Já chegou à terra! Estava no domínio estratosférico!

**O Orador:** Vou falar da criação de um domínio de primeiro nível para a Região Autónoma dos Açores.

Este é um tema que já foi aqui discutido por diversas vezes no Parlamento dos Açores. O que eu faço, acho que é aquilo que é justo e que se adequa às práticas parlamentares, que é, apresento o projeto uma vez por legislatura.

É evidente que muitos podem perguntar, por que é que o faz? O Governo é o mesmo há 22 anos e a maioria é a mesma há 22 anos?

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Não é não!

**O Orador:** Bem, eu tenho sempre esperança que as pessoas mudem e que a apreciação dos partidos políticos e do partido hegemónico há 22 anos nesta Assembleia mude a sua perspetiva. Já o fez noutras matérias. Já estive contra o ensino secundário na Ilha do Corvo, depois afinal ficou a favor, já alterou muitas posições, por isso tenho sempre uma certa esperança, a maior parte das vezes infundada, mas tenho uma esperança porque há um número ínfimo de situações em que a posição do partido hegemónico mude. Partido hegemónico, no sentido de ser partido dominante, no sentido de ser o partido que governa aqui há 22 anos de forma incontestável.

Portanto, isso significa uma hegemonia. Uma hegemonia é ter mais deputados neste caso.

Eu quero dizer que acredito profundamente neste projeto. É um projeto que tem uma preocupação fundamental e que tem uma natureza fundamental.

É um projeto identitário. É um projeto que eu inclusivamente remeti para a CEVERA como um projeto de identidade e de reforço do sentimento autonómico dos mecanismos de autonomia dos Açores.

A criação de um domínio próprio para muitas Regiões tem tido essa característica, tem essa natureza e tem esse objetivo.

Por exemplo, na Catalunha, por exemplo na Galiza, por exemplo no país Basco, mas por exemplo também em Regiões insulares de pequena dimensão como nas ilhas Faroé que estão ligadas administrativamente à Dinamarca, que só têm 50 mil habitantes e criaram um domínio próprio de primeiro nível. Ou como por exemplo, nas regiões insulares francesas, como a Guadalupe, ou a Reunião ou a Martinica, que também têm domínio próprio, ou noutras ilhas e noutras Regiões Autónomas da Finlândia, por exemplo, em que criaram também por razões identitárias um domínio próprio.

Eu já dei aqui exemplos de regiões que têm menos habitantes, muitos menos (as ilhas Faroé têm 50 mil habitantes) do que nós e que têm um domínio próprio, por razões identitárias.

Mas também o que é importante dizer é que eu olho para os Açores e este projeto é um projeto para os Açores e os Açores deve ser visto aqui como não só os 250 mil que aqui vivem, mas os cerca de 3 milhões de açorianos e descendentes de açorianos que vivem no exterior, nomeadamente na América do Norte.

É para esta comunidade, para uma grande comunidade açoriana, olhando para este projeto como um projeto ambicioso, um projeto que quer dar um contributo para a união da comunidade açoriana, uma comunidade de 3 milhões de pessoas, constituída por 3 milhões de pessoas que estão ligadas à nossa história,

que estão ligadas à nossa cultura e que podem aprofundar os laços, os intercâmbios, do ponto de vista cultural e económico.

É pensando num projeto deste tipo que eu considero que este projeto pode ser um projeto agregador desta identidade e que pode ter esta ambição, porque, meus senhores, não nos iludamos, a internet, a presença destes símbolos de unidade, destes símbolos identitários, na área, neste âmbito da internet, é fundamental. É cada vez mais o futuro e os nossos mecanismos, os mecanismos de quem pretende reforçar os conceitos de identidade, para quem pretende reforçar os conceitos de identidade neste grupo mais alargado, que é a comunidade açoriana, deve criar um mecanismo deste tipo.

Bem vejo que o Partido Socialista e o Governo Regional em relação a esta matéria não mudaram de opinião.

Eu estou convencido da bondade dos argumentos que aqui apresentei, noutras intervenções vou apresentar outros, mas o que é importante é que eu estou também de consciência tranquila. Acho que este é um bom projeto para os Açores, acho que este é o futuro dos Açores.

Acho que temos que aumentar os nossos mecanismos, melhorar os nossos mecanismos de afirmação de identidade e que também se afirma a identidade não só através, como por exemplo foi uma proposta do PPM, do ensino da história, da geografia e da cultura dos Açores, que hoje em dia já é feito nas nossas escolas e em que o PPM se empenhou bastante nesta matéria (é importante),

mas também esta afirmação identitária tem que ocorrer em mecanismos que são o futuro e ter um domínio próprio de primeiro nível na internet é um deles.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Relativamente a este Projeto de Resolução do Partido Popular Monárquico eu não posso deixar de fazer um ponto prévio, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

O atual Governo em funções há um ano, como o Sr. Deputado bem sabe, e também tendo em conta o trabalho que temos desenvolvido, o Partido Socialista e o Governo, já mudámos de opinião algumas vezes, porque quando avaliamos ou analisamos uma determinada matéria consoante determinadas circunstâncias tomamos uma posição com base nessas circunstâncias.

Mas, podemos, relativamente à mesma matéria, passado algum tempo e com uma alteração de circunstâncias ter uma opinião diferente relativamente a essa matéria. Isso já aconteceu, como o Sr. Deputado referiu, e certamente vai voltar a acontecer e ainda bem que assim é, porque é assim que mudando, por vezes, evoluímos e continuamos a crescer e a melhorar.

Relativamente a esta questão que está em discussão e como sabem penso ser a terceira vez que é discutida aqui em plenário.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Nas três últimas legislaturas!

**O Orador**: Penso que a primeira vez terá sido em 2011,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: É uma por legislatura!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP)**: Se tivesse sido aprovado há três anos quando o Sr. Deputado propôs, já tínhamos!

**O Orador**: ... outra na legislatura anterior e agora estamos a discuti-la.

Há aqui, permitam-me a referência, duas dimensões. Por um lado, a questão do ponto de vista conceptual e do ponto de vista do princípio, que é aquela que o Sr. Deputado Paulo Estêvão coloca mais enfoque, referindo-se à questão identitária, à questão de estar aqui a relacionar uma questão do ponto de vista de identidade regional e a outra questão prática que tem a ver com a



implementação daquilo que está em causa que é o domínio de primeiro nível, o chamado *top level domain* naquilo que se refere à definição da rede de internet, vulgo rede de internet.

Relativamente à questão identitária, eu, sem prejuízo com certeza daquela que tem sido a perspetiva e avaliação de outras regiões que o Sr. Deputado citou, tenho muitas dúvidas sobre o contributo, a eficácia, ou retorno que uma definição de um domínio deste nível possa dar a essa questão identitária.

Para que todos percebam, certamente quem se dedica mais a estas matérias perceberá, nós estamos a falar de em vez de ter um “.pt” ou “.com”, passarmos a ter “.azo” ou “.az”, ou “.azores”. É disso que estamos a falar.

Portanto, tendo em conta toda a evolução que todos nós experienciamos diariamente naquilo que é hoje a rede e a internet e toda a transformação que tem acontecido neste mundo gigantesco com o qual nos confrontamos e onde participamos todos os dias, Sr. Deputado, parece-me que é muito discutível que ter o domínio “.az” ou “.azores”, se tenha aqui uma questão muito evidente desse ponto de vista, mas, enfim, essa é uma matéria discutível sendo também importante, e era importante que o Sr. Deputado pudesse ter essa avaliação, perceber o impacto que isso teve desse ponto de vista nas regiões que solicitaram e se candidataram para a criação destes domínios.

Eu acho, por aquilo que temos visto na evolução que temos tido ao longo dos últimos anos, tendo em conta as características que hoje temos na tal internet, que será mais importante a forma como divulgamos o *site* em causa do que o seu domínio e a forma como o seu domínio está definido ou está designado.

Parece-me que a evolução que o mundo tem tido hoje, isso é bem mais relevante, é uma questão com certeza discutível e haverá várias doutrinas relativamente a essa matéria.

Quanto à questão prática, de definição ou criação de um *top level domain*, como é sugerido pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, desse ponto de vista, a criação de

um domínio de primeiro nível implica um conjunto de ações junto do ICANN, que é quem, digamos, regula e aceita ou não a criação deste tipo de domínios.

Para que isso aconteça, segundo o seu *Applicant Guidebook*, o último de 2012, e que define aqueles que são os requisitos para que um processo como estes possa avançar, depois da apresentação da candidatura, feita por estados, normalmente, ou no caso por regiões com outro tipo de características do que os Açores, mas que possam candidatar, a subscrição de candidatura e pedido de reserva de um novo domínio, custa 190 mil dólares americanos, um pagamento a fundo perdido. Ou seja, independentemente desta candidatura ser ou não ser aceite, nós pagamos 190 mil dólares americanos a fundo perdido, sendo ou não sendo aprovado.

A este valor dos 190 mil dólares americanos soma-se um valor variável de cerca de 100 mil dólares para a infraestrutura técnica que suporta o domínio, e essa terá que existir naturalmente, e uma anuidade de 25 mil dólares, somando a isto todos os custos de pessoal técnico e *upgrades* de infraestrutura.

Neste âmbito, a receita que isto poderia gerar, obviamente sem termos aqui em causa e sem avaliarmos a volatilidade e a globalidade de estar a recorrer a uma questão deste tipo quando se fala da internet e da rede de comunicações que isso potencia, nós teríamos uma receita de 30 euros por registo para presença *web* sob esse domínio a ser criado.

Para se ter uma ideia, nós temos neste momento nos Açores 7.822 domínios TLD.pt registados na Região Açores (para que tenhamos noção do universo que estamos a falar) e para rentabilizar o investimento destes nós teríamos que ter anualmente quase, ou em média, 2.000 registos por ano, o que tendo em conta os números que temos atualmente não seria fácil, mas isto numa avaliação financeira e prática daquilo que está em causa.

Depois há ainda outra questão que é aquilo que tem acontecido e a média que existe não só para apreciação do processo, mas para aceitação da candidatura apresentada à criação de um novo domínio.

Este processo depois de entrado e aceite a candidatura demora em média dois anos, e para que se tenha uma ideia o processo das Canárias entrou em 2011 e ainda não tem qualquer resposta, ainda não tem qualquer *feedback* a apresentação e a candidatura do domínio “Islas Canarias”.

Mas a verdade é que todos vocês certamente já ouviram falar na “Islas Canarias”, ou seja, não é pelo facto de existir ou não existir o domínio de primeiro nível IC que os senhores não ouvem falar no “Islas Canarias”, como ouvem falar no “azores.gov.pt” ou nos “azores.pt”, ou na marca “Azores”, naquilo que se refere à promoção externa da Região. Isto para reforçar de que é muito discutível a relação direta entre aquilo que é a afirmação da identidade da Região, com a existência de um domínio de primeiro nível, porque confesso que na minha opinião a nossa identidade afirma-se de muitas outras formas que não desta forma.

Também para vos dizer que temos feito, e hoje é evidente, fruto de toda a evolução que temos tido nesta matéria, nós temos tido um crescimento considerável de procura, daquilo que é, no caso, o sub domínio “azores.gov.pt” e tudo aquilo que potencia na internet na nossa Região. Aliás, tivemos a oportunidade, e eu tive a oportunidade também de fornecer esses dados à Comissão Parlamentar quando discutimos esta questão, para que se tenha uma ideia, no período de 12 meses, entre novembro de 2016 e novembro de 2017, nós tivemos 3 milhões, 344 mil e 510 visualizações na plataforma de comunicação do cidadão do Governo.

Julgo que se justifica no âmbito deste debate dizer-vos que é também nossa responsabilidade, no âmbito destas questões do domínio e daquilo que é a nossa presença na web e a forma como podemos potenciar a nossa imagem na *web*,

com o sem domínio de primeiro nível, que já temos, porque referi isso também aqui no âmbito do debate do Plano e Orçamento, e dou-vos conta também, a aprovação da candidatura que o Governo dos Açores apresentou para a construção de uma nova plataforma de comunicação do cidadão da Região.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** A atual plataforma data de 2004 e nós muito recentemente obtivemos a aprovação da nossa candidatura.

Portanto, contamos a muito curto prazo ter uma nova plataforma de comunicação da Região que continue a potenciar este crescimento de promoção da nossa Região e de afirmação também daquela que é a nossa identidade através daquilo que é feito pelo Governo dos Açores, pelo Parlamento dos Açores, no Jornal Oficial dos Açores, enfim, daquilo que é feito na nossa Região, porque assim também se afirma a nossa identidade.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, sem prejuízo de daqui a algum tempo nós voltarmos a avaliar esta questão e percebermos que as circunstâncias...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Outra vez?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** 2020!

**O Orador:** ... possam potenciar outra abordagem, neste momento, Sr. Deputado, com toda a sinceridade que me caracteriza, permita-me dizê-lo, nós não concordamos a aprovação desta resolução e com as diligências, tendo em conta as questões políticas, identitárias e práticas que eu aqui referi.

Muito obrigado.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Eu queria aproveitar para informar a câmara que está nas galerias o antigo Deputado desta Casa Jorge Macedo. Seja muito bem-vindo! Saúdo-o em nome de toda a Assembleia.

*(Aplausos da Câmara)*

Vamos continuar o nosso debate. Sr. Deputado César Toste tem agora a palavra.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, haja muita saúde e muita vida.

2011 | 2014 | 2018

Pela terceira vez este Parlamento analisa este diploma e com ele entramos no mundo digital.

A internet é um sistema global que evolui cada vez mais rápido e uma rede de várias redes cada vez mais avançada.

A aldeia global está cada vez mais próxima, que nem precisamos fazer nada para que a informação nos seja disponibilizada.

Criar um domínio de primeiro nível é, de facto, um mecanismo para sinalizar a nossa identidade específica e marca no mapa digital internacional.

Aparentemente simples, mas não é.

Na sua análise estão sempre os seguintes fatores:

- Custos
- 140/150.000 - inscrição/candidatura
- 74/100.000 - infraestruturas técnicas de alojamento
- 18.000 – anuidade
- 30.000 despesas anuais com pessoal
- Retorno que pode variar entre os 8 a 30 euros por inscrição no domínio
- Incerteza da sua aceitação (poderá ser de 2 anos ou mais anos)
- A sua aplicação prática, pois a sua introdução não garante que a Região deixe de utilizar todos os outros domínios que já existem, designadamente o pt.

Em 2011, contexto socioeconómico não era favorecedor.

Em 2014 não era prioridade.

Em 2017 o Governo acha que não acrescenta muito à afirmação dos Açores. Com a informação fornecida pelo Governo dos Açores não conseguimos perceber a evolução dos números de acessos nem os *sites* mais acedidos. É um bom investimento, com bons objetivos, mas com muitas condicionantes. Obrigado.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Berto Messias:

Em primeiro lugar, quero saudar V. Exa. pela civilidade do debate que estamos aqui a ter e o facto do Sr. Deputado ter, pura e simplesmente, apresentado uma posição diferente do Sr. Secretário – estou tão habituado a chamar-lhe Deputado, já passaram dois anos – mas é importante que se apresente os argumentos.

V. Exa. discorda! Deixe-me dizer-lhe que também discordo de alguns argumentos que apresentou.

Em primeiro lugar, que esta questão é cada vez menos desnecessária dada a massificação do mundo da internet, o volume de tráfico e a criação de cada vez mais domínios.

Bom, eu penso que a conclusão que se deve retirar é exatamente contrária da que retirou V. Exa..

No mundo massificado é muito importante ter faróis de identidade, ter elementos de agregação e é por isso, veja bem, que começámos por ter Regiões Autónomas, ilhas, entidades com autonomia, a criar domínios de primeiro nível, mas agora já estamos numa outra fase. Já estamos numa fase em que são as próprias cidades a criar os seus próprios domínios. Berlim já tem

uma, Londres já tem, Paris também já tem, muitas outras. Podia dar-lhe muitos outros exemplos de cidades que optaram por ter domínios.

Depois, este processo é um processo complexo e muito difícil. Claro que é, por isso é que outras regiões e outros países tomaram a dianteira há muitos anos nesta matéria.

Os Estados Unidos criou, com os seus territórios, com os territórios que lhes estão ligados administrativamente, vários domínios. A Dinamarca também fez a mesma coisa, por exemplo também para a Gronelândia. Ou a Grã-Bretanha até para Gibraltar e para um conjunto de territórios. Inclusivamente a Grã-Bretanha até fez mais, criou, já assegurou a assistência de domínios para ilhas que neste momento são desabitadas, exatamente porque quer garantir a existência destes domínios que são fundamentais para o exercício da soberania da Grã-Bretanha e também para que estas regiões dotadas de Autonomia possam ter uma personalidade jurídica cada vez mais forte nos novos tempos.

A França fez a mesma coisa, a Nova Zelândia fez a mesma coisa e a Austrália fez a mesma coisa. Há cada vez mais domínios em territórios insulares. Por isso a tendência é oposta daquela que foi descrita por V. Exa..

Há cada vez mais comunidades culturais preocupadas em assegurar a existência e a posse de domínios de internet próprios. Há cada vez mais gente a fazer isso.

Há cada vez mais comunidades culturais que querem ter esta referência, porque esta referência é importante num mundo cada vez mais complexo.

E o que lhe devo dizer também nesta matéria, até países conhecidos pelo seu centralismo, como por exemplo a França que permitiu recentemente que a Bretanha tivesse o seu próprio domínio. Países com esta tradição centralista como a França, já têm, já permitiram e já apoiaram até a Bretanha na aquisição deste domínio, porque é evidente que é necessário que o Estado Central apoie a criação destes domínios.

Por isso a tendência é exatamente contrária daquela que foi descrita por V. Exa. e devo dizer-lhe, o Sr. Secretário referenciou a pequenez da nossa Região.

Eu dei-lhe o exemplo das ilhas da Faroé, que têm 50 mil habitantes, dei-lhe esse exemplo.

Eu não sei se tenho conseguido transmitir esta ideia, mas vou repetir outra vez: eu penso em termos de comunidade açoriana (eu penso em termos de comunidade açoriana!) e estou a pensar numa comunidade de 3 milhões de pessoas. Eu conheço alguma da diáspora aqui, mas há muito gente que conhece muito melhor do que eu a diáspora açoriana.

Estamos a falar de muita gente, de muitas comunidades, de muita gente que se sente ligada aos Açores, de muitas empresas que se sentem ligadas aos Açores, de muitas instituições, de muitas casas dos Açores que criariam o domínio dos Açores.

Nós temos imensos particulares interessados, temos imensas instituições, temos muita gente que criaria domínios dos Açores no Canadá, nos Estados Unidos, no Brasil. Há muita gente que se sente ligada ao mundo açoriano.

E essa distância física pode hoje ser quebrada através das ferramentas da internet, através da agregação deste interesse cultural, desta identidade cultural, através desta ferramenta que é ter um domínio próprio, agregar toda esta gente, os particulares, as instituições, as empresas, existir, ou seja, o domínio dos Açores ser um fator potenciador de negócios, ser um fator potenciador de ligação política social entre os Açores e a sua diáspora.

Eu acho que este projeto tem um grande interesse estratégico para o desenvolvimento económico dos Açores e um projeto que tem muito, mas muito interesse para a afirmação da identidade açoriana nos dois lados do atlântico.

Devo dizer que não sou criador da ideia. Todas estas regiões, e tive a oportunidade de analisar, apresentaram um conjunto de argumentos que eu



agora apresentei. Foi uma luta tremenda para a Galiza ter o seu próprio domínio também.

Foi uma luta tremenda para outras regiões autónomas da Europa terem o seu próprio domínio, porque os estados centrais, evidentemente tentam sempre impor e impedir que estes mecanismos possam surgir, porque têm sempre uma desconfiança em relação à autonomia das regiões.

Eu acho que é um projeto de enorme interesse.

Evidentemente que se for chumbado, como tudo indica, hoje, esta noite, eu vou apresentar na próxima legislatura, mas tenho muita fé, muita esperança, eu diria até que tenho uma enorme convicção que a composição deste Parlamento será muito diferente em 2020 e que em 2020 vamos ter uma maioria diferente, uma maioria que olhe para a identidade dos Açores de forma muito mais ambiciosa, alguém que tenha a ambição de criar uma estrutura muito mais ambiciosa do ponto de vista autonómico, um Governo, uma nova maioria que tenha muito mais vitalidade, que tenha muito mais ambição, que tenha muito mais humildade, que já não tenha a arrogância e a prepotência de saber tudo, que aceite as ideias dos outros, que aceite as perspetivas da sociedade civil e dos outros partidos.

Eu acredito, eu acredito que daqui a dois anos este projeto poderá passar.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(\*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico apresenta-nos aqui um Projeto de Resolução que pretende que a Região adquira, através do Governo Regional, um domínio genérico intitulado “azo” em detrimento do domínio que agora é utilizado, o domínio territorial “pt”.

Esta questão pode ser uma questão de pormenor, mas não é uma questão de pormenor. O que nós estamos aqui a fazer é a analisar a proposta do PPM para substituir um domínio territorial, com todas as consequências que essa mesma designação tem, por um domínio genérico.

Eu gostaria de ter aqui uma apreciação de duas formas: a questão financeira, que aqui já foi abordada pelo Sr. Secretário, e inclusivamente pelo Sr. Deputado do PSD e deixar aqui também uma nota da forma transparente e disponível como o Sr. Secretário, em sede de Comissão, deu toda a informação que foi solicitada, nomeadamente pelo PSD relativamente aos dados. Deixar aqui esta nota que me parece ser positiva.

Quanto à questão financeira penso que já ficou aqui amplamente definido que efetivamente ter esta componente de custo financeiro não é de todo retribuível, nem pelo próprio preâmbulo do Projeto de Resolução que em nada diz relativamente àquela que poderá ser a expectativa de retorno deste valor.

Portanto, não há qualquer garantia no aspeto financeiro de adesão a este mesmo domínio, isto no que diz respeito à questão financeira.

A questão técnica que já está englobada no modelo conceptual que o PPM aqui nos apresenta, como eu dizia há pouco, aquilo que o PPM aqui nos propõe, contrariamente àquilo que é dito, não reforça a identidade autonómica dos Açores, não reforça as especificidades culturais da Região Autónoma dos Açores, muito pelo contrário, porque ao nível da implementação técnica quando assim, e se assim viesse a acontecer, há aqui uma questão que me parece bastante importante.

*(Diálogo entre o Secretário Regional Adjunto da Presidência e o Deputado Paulo Estêvão)*

**A Oradora:** Posso, Sra. Presidente? Muito obrigada! É para ver se nós não temos uma quarta vez a ser apresentada esta sua proposta. É só isso.

Dizia eu que nós temos aqui um projeto que pretende efetivamente alterar o domínio “pt” pelo domínio “azo”. E por que é que isto não é totalmente despiciendo, contrariamente àquilo que está no Projeto de Resolução que nos faz crer que esta alteração para o domínio “azo”, como outras situações, irá despoletar aqui uma procura imensa, exuberante, até como o Sr. Deputado assim a determina.

Isto não é totalmente verdade...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não é verdade é o que acabou de dizer, isso é completamente falso!

**A Oradora:** ... e se nós olharmos para a operação prática, olhando para a componente prática, o que nós temos é uma situação muito simples: o domínio que aqui é proposto pelo Sr. Deputado, que é um domínio genérico, com três letras, que qualquer pessoa, Sr. Deputado, pode pedi-lo, inclusive o Sr. Deputado, não é preciso um Governo Regional ou uma instituição, pode o Sr. Deputado fazê-lo, e esta é uma das novidades da internet, é efetivamente qualquer pessoa poder registar um domínio genérico.

E o que o Sr. Deputado está aqui a propor é que o Governo dos Açores substitua um domínio “pt”, que é um domínio territorial e que tem, em termos hierárquicos, nas pesquisas algorítmicas, precedência,...

**Deputado José Contente (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... e é, em primeiro lugar, pesquisável...

**Deputado José Contente (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... em detrimento daquilo que está aqui a propor.

O que o Sr. Deputado está a propor é que aquando de uma pesquisa num motor qualquer essa pesquisa fique depois do “pt”. Essa é questão é muito pertinente.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**A Oradora:** Outra questão. O Sr. Deputado faz uma imensa confusão no seu Projeto Resolução, que é o seguinte:

O Sr. Deputado há pouco dizia que foi com imenso trabalho que a Galiza, salvo erro foi isso que referia, conseguiu este domínio genético.

Eu volto a frisar: o que o Sr. Deputado está a propor para a Região Autónoma dos Açores é um domínio genérico, está a propor que troquemos um domínio territorial, com procedência nas pesquisas por um domínio genérico.

Ora vejamos: a Galiza e a Catalunha, que são ambos domínios genéricos, foram pedidos pelo Governo Regional ou pelos Governos de cada uma? Não!... Foram pedidos pelas cidades? Não!... Foram associações privadas, Sr. Deputado. Associações privados que o solicitaram!

Portanto, não foi absolutamente o Governo Regional, ou no âmbito local, que o solicitou. Foram associações privadas que o pediram.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Olha que descoberta!

**A Oradora:** Não! Descoberta é o Sr. Deputado que quer fazer crer nesta Casa, pelo seu projeto de Resolução, que foi o Governo Regional.

Mais, Sr. Deputado!... O Sr. Deputado vem dizer que os Estados têm imensa dificuldade a autorizar, a ceder a domínios genéricos.

Sr. Deputado, isso está nas normas que o Sr. Deputado aqui coloca, já está definido.

Para que é o que Sr. Deputado vem dizer esta questão querendo lançar aqui a confusão?

Mas voltemos à questão da Galiza.

Desde 2009. Nós temos uma associação privada que solicitou esse mesmo domínio numa população de 2 milhões, 719 mil pessoas, e qual a percentagem de entidades que aderiram? 0.014%!

Domínio CAT, Catalunha (CAT, 3 letras, não é territorial, é genérico). Num universo de 7 milhões, 522, qual foi a percentagem? 0.006%, das instituições aqui presentes.

Sr. Deputado, há uma coisa que nós concordamos, isso aí nós estamos perfeitamente de acordo, que é o seguinte: é extremamente importante a presença, naquela que é a tecnologia digital, de sítios *web*. Isso estamos de acordo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Secretário Berto Messias, sabia esses números, não sabia? Não estavam no relatório!

**A Oradora:** Agora não venha o Sr. Deputado aqui fazer uma intervenção que quem está a ouvir, e não leu o seu Projeto de Resolução, até parece que o Governo Regional e as instituições privadas e públicas não têm sítios de internet. Aqueles que assim o desejam têm.

O que nós estamos aqui a falar, Sr. Deputado, é daquela que é a presença do Governo Regional e das instituições privadas e públicas naquela que é a chamada Europa digital e aí, Sr. Deputado, não é, com todo o respeito pela sua iniciativa, um sítio *web*, com domínio genérico, que vai aumentar a presença do Governo Regional das instituições privadas, nem muito menos associar aqui aquilo que há pouco que referia da diáspora.

Sabe o que é que aumenta, Sr. Deputado, a sociedade digital, o Governo digital, e aquilo que aumenta a nossa presença em termos de comportamento digital nos novos modelos dinâmicos na sociedade?

É por exemplo isto: nos Açores, com indicadores de 2017, registados através do INE, a proporção de indivíduos que utilizam a internet na Região Autónoma dos Açores é 75.4, acima da média. Isto sim, é potenciar que os nossos cidadãos tenham capacidade de utilizar as tecnologias de informação.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Isso sim, é colocar os Açores e os açorianos no mapa digital.

Sabe o que é mais? A proporção de indivíduos que utilizam um computador.

Sabe quanto é que é na Região Autónoma dos Açores? 67.1%, acima da média.

A proporção de agregados privados com computador em casa, 75.8, acima da média nacional.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** A proporção de agregados com ligação à internet em casa, 84.2%, acima da média.

E mais, Sr. Deputado! Sabe o que é que é importante, Sr. Deputado? Sabe o que é que é importante para o mundo digital? Sabe o que é que é importante para a sociedade do conhecimento?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sei, sei!

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Está a levar uma tarefa e das grandes!

**A Oradora:** Não, não sabe! Sabe por que é que não sabe? Sabe por que é que dá a entender que não sabe? Porque quando o Sr. Deputado, com todo o respeito apresenta aqui um Projeto de Resolução que dá a entender que o nível genérico é que fará aqui a ligação entre a diáspora, irá anular o fosso da insularidade, irá colocar os Açores nos mapas digitais, isso não é verdade, Sr. Deputado.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** É isso que lhe estou a dizer, é que isto não é verdade.

Sabe o que é que é verdade? É quando nós garantimos, uma boa cobertura de banda larga, é quando nós garantimos que todas as nossas ilhas tenham acesso à internet. Isto sim, é que é colocar os Açores, efetivamente no mapa digital e isto o Governo dos Açores tem feito.

Portanto, não pode, Sr. Deputado, com todo o respeito...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Com todo o respeito, mas sempre atirando, é cada canelada!

**A Oradora:** ... reduzir a presença do Governo a um domínio genérico, não pode reduzir a presença das instituições a um domínio genérico. Esta é, Sr. Deputado, uma questão conceptual que ao nível daqueles que são os princípios da Europa digital, o Sr. Deputado com esta proposta está muito longe.

Muito obrigada.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):**

Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Atingimos o nosso horário regimental. Regressamos amanhã às 10H00.

*Eram 20 horas.*

*Deputados que entraram durante a sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**André Jorge Dionísio Bradford**

**João Paulo Lopes Araújo Ávila**

*Deputados que faltaram à sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**Manuel Alberto da Silva Pereira**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**Paulo Henrique Parece Batista**

(\*) Texto não revisto pelo Orador.

**A redatora:** Maria da Conceição Fraga Branco